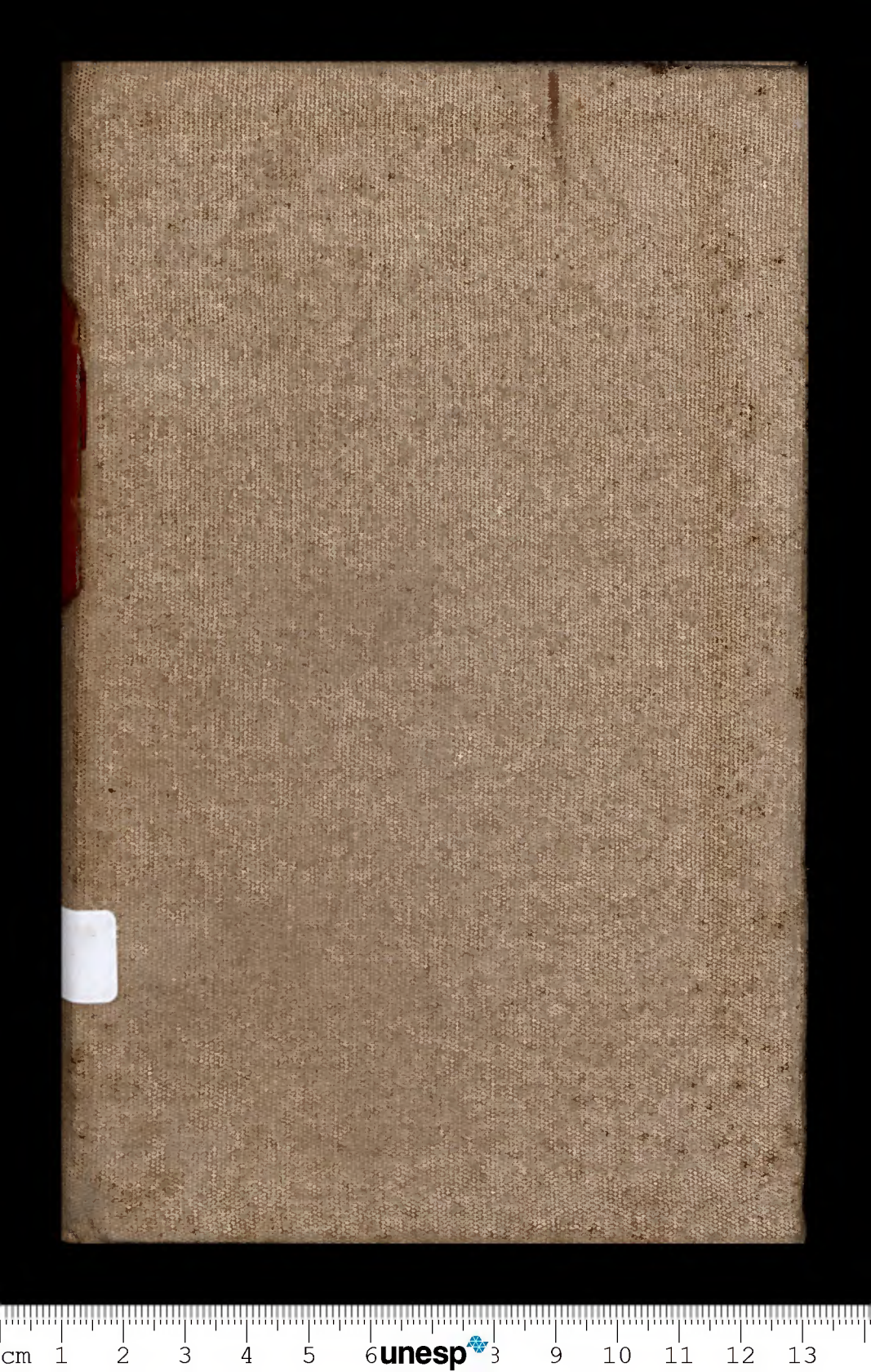


MENDES CORRÊA
DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

RAÇA E NACIONALIDADE

EDITORES
RENASCENÇA PORTUGUESA — PORTO
LUSO-BRASILIANA — RIO DE JANEIRO

Direitos reservados

RAÇA E NACIONALIDADE

DO AUTOR

LIVROS:

O génio e o talento na patologia — 1911 (esgotado).
Os criminosos portugueses — 1.ª ed. — 1913 (esgotada).
» » » — 2.ª ed. — 1914.
Creanças delinquentes — 1915.
Antropologia (lições) — 1915.
Raça e Nacionalidade — 1919.
Homo—(no prelo).

SEPARATAS:

Antropologia da Beira Alta.
Timorenses d'Okussi e Ambeno.
Antropologia timorense.
Sobre alguns crânios da India Portuguesa.
Objectos protoistóricos e luso-romanos d'Alpiarça e Silva.
Antropologia angolense (I e II).
Sobre a abertura nasal no crânio dos mamíferos.
Á propos des caractères inférieurs de quelques crânes préhistoriques du Portugal.
Sulla pluralità dei tipi ipsistenocefali e sopra alcuni crani portoghesi.
Sur les brachycéphales prénéolithiques et leur culture.
Sobre uma forma craniana arcaica.
Estudos da etnogenia portuguesa (Crânios braquicéfalos).
» » » » (Os habitantes primitivos do território).
Taylorismo e reeducação profissional.
Mendigos e criminosos.
As origens humanas.
O metopismo e a evolução das formas crânianas.
Notas craniográficas.
Osteometria portuguesa.
The origins of the Portuguese — (em publicação).
Sur les proportions des membres chez le foetus—(idem).
Etc.

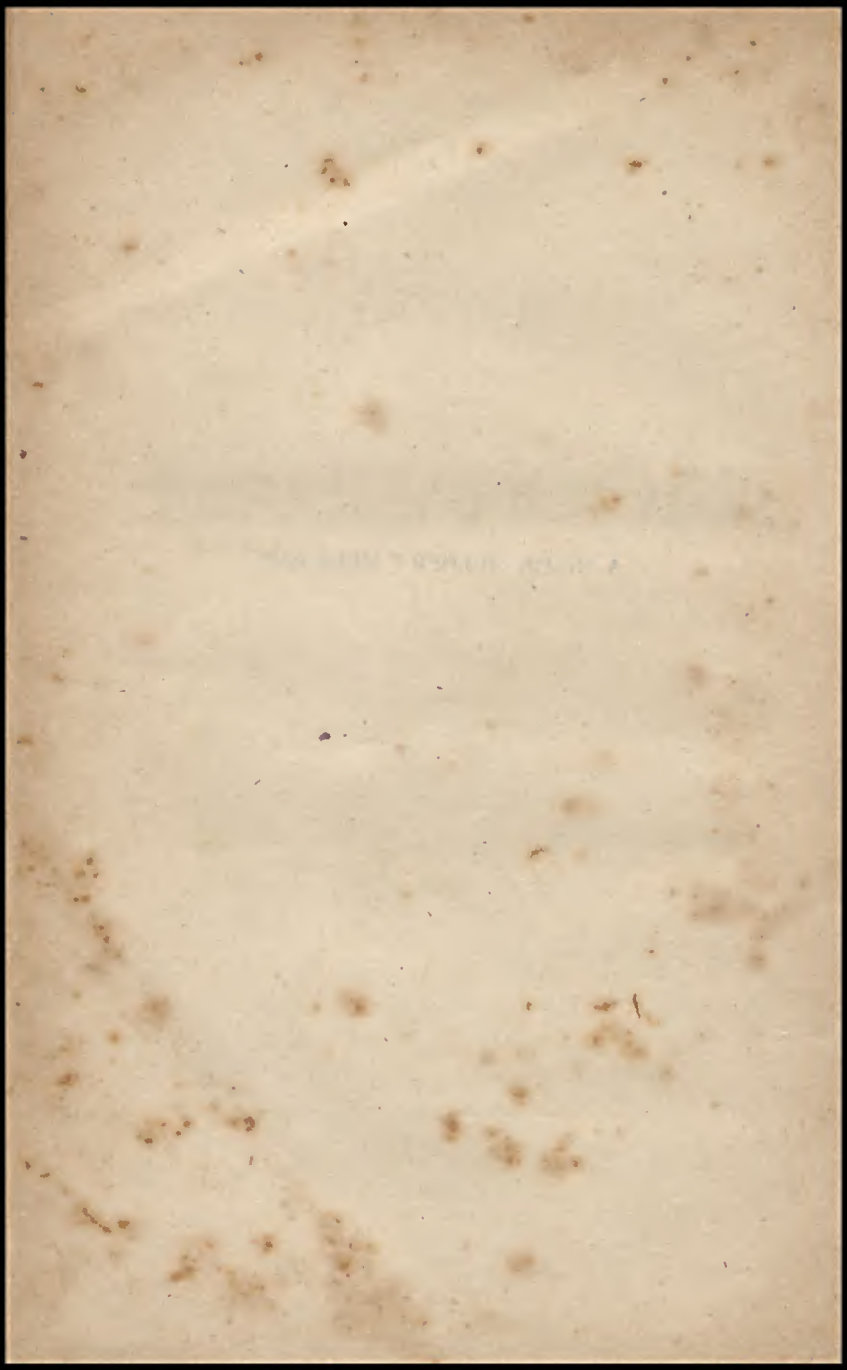
MENDES CORRÊA
Da Academia das Sciências de Lisboa

RAÇA
E
NACIONALIDADE

EDIÇÃO DA
«RENASCENÇA PORTUGUESA»
PÔRTO

RAÇA
e
NACIONALIDADE

A MINHA MULHER E MEUS PAIS



I

A CRISE DA ANTROPOSOCIOLOGIA

Tem-se proclamado o descrédito da Antroposociologia, supondo-se que ela nada mais é e será do que uma ficção hábil de pangermanistas eruditos. Mas por Antroposociologia não devemos entender hipóteses mais ou menos arrojadas de escritores sectários: trata-se dum autêntico ramo scientífico — embora ainda embrionário — baseado, como os outros, na constatação imparcial dos factos.

Em todos os tempos se tem procurado alicerçar em fortes razões os grandes cometimentos de nações ambiciosas e expansivas. As tentativas imperialistas de alguns povos semitas surgiram do fervoroso anceio de, como filantrópico dom, propagar a toda a humanidade um ideal místico. As d'outros foram animadas pela crença de que Deus era uma entidade estreitamente ligada aos seus interesses nacionaes; diziam-se os eleitos do

ceu, vendo desdonhosamente nos mais povos os filisteus, os gentios, os amaldiçoados de Deus, e legitimando assim a sua absorpção e conquista. A nossa expansão dos séculos XV e XVI fez-se sob o emblema cristão que se conciliava curiosamente com interesses mercantís. É em nome da civilisação, que aínda hoje as nações coloniaes conservam o indígena sob a sua tutela político-económica. E osses factores místicos, económicos, etc. surgem na Alemanha moderna escorados com denodo numa doutrina para-scientífica que atribue a uma raça o monopólio das supremas virtudes, das melhores faculdades, devendo assim o seu predomínio constituir a mais segura garantia do progresso e da felicidade humana.

Tendo tido por precursor um francês, o conde de Gobineau, essa doutrina encontrou auxílio em Ammon, Chamberlain, Woltmann, e aínda num francês, Lapouge—para não citar senão os seus partidários de maior vulto. Saudou-se o dólico-loiro como o legítimo dominador do futuro, identificando-o com o ariano e transferindo o berço dos árias da Asia para a Europa, para a região alagadiça e brumosa chamada de Latham. Atribuiu-se especialmente ao índice cefálico uma significação formidavel na vida política e social.

O braquicéfalo moreno tambem seria considerado ariano, mas escravo ou servo do dólico-loiro, e porisso sem a importância deste ultimo. Vacher de Lapouge esclarece que historicamente a desi-

gnação de «ariano» cabe apenas aos indo-iranianos, sendo, porém, os dólico-loiros os autores primitivos da cultura e lingua «arianas» (1). Estamos na mesma, é uma questão de nomes.

Na sua ousada concepção do imperialismo ariano, o conde de Gobineau não se fixava na caracterisação somática do ária, cujo panegírico traçou; talvez por ter êle mesmo cabelos pouco loiros e olhos bastante castanhos — êle que se supunha ariano (2). Mas muitos dos seus heróis da *raça* são loiros e d'olhos azues, como Aquiles, e, para êle, Tezeu, «percorrendo d'espada em punho o orbe, parece um verdadeiro escandinavo, um primo dos Vikings». As heroinas das epopeias hindus, pinta-as de cabelos loiros, olhos claros e braços alvos (3). Ammon e Lapouge precisam melhor a doutrina e atribuem ao ária dominador o tipo germânico, dólico-loiro. Fazem-no o autor da civilisação helénica, explicam pela sua falta a queda de Roma, designam-lhe a mais alta missão nas sociedades modernas.

Afinal, quanto á origem e arianismo do dólico-loiro, veiu a evidenciar-se a fragilidade da miragem ocidental que sucedera á miragem oriental;

(1) V. de Lapouge — *Race et milieu social* — Paris, 1909, pp. 9 e segs.

(2) Ernest Seillière — *La philosophie de l'Impérialisme — I — Le Comte de Gobineau et l'aryanisme historique* — Paris, 1903, p. 46.

(3) *Ibid.*, pp. 66 e 68.

reduzida a importância da linguística como elemento d'análise antropológica, mostrou-se que em antropologia a questão ariana era uma mistificação, e a pretendida raça ariana primitiva «uma invenção do gabinete de trabalho» (1). Quanto ao valor do índice cefálico, as leis apresentadas são por vezes contraditórias e desmentidas por certas observações. É que na diferenciação das raças o índice cefálico não representa o elemento exclusivo ou mesmo o elemento principal, e os autores em questão estavam cegos pela dolicocefalia germânica, não vendo na raça outros caracteres. Compreende-se o seu embaraço para explicar a tendência braquicéfala dos intelectuaes e a irónica presença da dolicocefalia em raças inferiores, como os negros...

Sem se contestarem altas faculdades á raça nordica (*Homo europeus*, Lin., raça anglo-escandinava de Topinard), é deveras extranho que a paixão nacional ou a obsecação sectária levasse aquêles pangermanistas a esquecer que o dólico-loiro povoa a Suécia, a Noruega, a Dinamarca, grande parte da Inglaterra e Escócia e outros paizes que não são alemães, ao passo que na Baviera, na região do Rêno, no sudeste da Boémia, na Áustria alemã, etc. abundam morenos braquicéfalos.

(1) Houzé — *L'Aryen et l'anthroposociologie*, Bruxelles, 1906, pags. 32 e 33.

Uma desastrada confusão se estabeleceu entre Antroposociologia e pangermanismo, e dessa confusão provém em grande parte o desfavor com que até nos meios mais cultos déla se fala. Como todos os grandes impérios da história, o império alemão ha de desaparecer mais cedo ou mais tarde na voragem exterminadora das maiores ambições humanas (1), e a antroposociologia ficará de pé, porque como sciência biosociológica éla mesma proclama a evolução dos povos e a instabilidade das organisações sociaes, mesmo das mais fortes e menos sujeitas a influências dissolventes e abastardantes.

Não são de agora, porém, estas tentativas de identificação de interesses materiaes de povos com doutrinas scientíficas ou para-scientíficas. O poligenismo foi um auxiliar da escravatura. As maiores crueldades dos espanhoes na América encontraram uma facil justificação na afirmação duma diversidade essencial entre a raça conquistadora e os pobres índios. E' o que se não tem escrito de contraditório sobre as problemas da mestiçagem, sobre o valor social das raças puras e dos mestiços! Á doutrina de Gobineau proclamando a superioridade das raças puras opoz o

(1) Estas linhas foram escritas antes da victória aliada. O império do Hohenzollern desapareceu já, mas é erróneo supor-se que a Alemanha se extingulu com ele, afundando-se para sempre as suas ambições expansivas.

barão de Reitzenstein, sobre os dados de Fischer e de Ribbert, a asserção de que os mestiços não herdam só as más qualidades dos progenitores, e, por outro lado, de acordo com Adachi, asseverou que não há raças que no conjunto sejam mais primitivas ou mais progressivas do que outras (1). Sobre precários dados de observação concreta, houve pressa em generalisar: no reino das teorias, escreve Hervé, temos visto sucessivamente produzirem-se: a teoria das raças puras, de Gobineau, Knox, Perier; a teoria mitigada das raças puras, de Dally; a da diversidade fisiológica dos cruzamentos, de Broca; a da eugenesia absoluta, de A. de Quatrefages; emfim a da superioridade das raças mestiças, sustentada pelos partidários americanos e outros da miscegenação (2).

É certo que em muitas das afirmações sobre mestiços se esquecem as condições sociaes da sua origem, e o ambiente hostil em que muitos vivem. Tambem alguns se cegam, pelo contrário, com o brilho mais ou menos superficial da mentalidade de alguns mestiços celebres, sobretudo na política.

Mas o que se não póde fundadamente negar é uma certa hierarquia mental e social das raças. É negar uma flagrante realidade. As experiências

(1) Aranzadi—Artigo *Mestizo* na Enciclopedia Espanhola, t. XXXIV, p. 1091.

(2) «Revue Anthropologique», n.os 9—10, 1912, p. 342.

de Rowe, Strong, Loades e Pyle sobre a mentalidade de creanças índias, negras e brancas, são bem concludentes, sobretudo as do ultimo autor, que acusam tambêm interessantes diferenças psicológicas segundo as classes sociais (1).

Ninguem pode, no estado actual dos conhecimentos biológicos, negar a insofismável evidência de que a estrutura somática dum ser vivo é elemento de valia e significação no seu feitio psíquico e nas suas actividades. A antroposociologia nasce duma lei suprema da vida que estabelece as conexões entre o ser físico e o ser pensante e em acção. É o ramo de saber que estuda os traços unitivos entre o homem animal e vegetativo e o homem social.

Claro está que não basta um caracter da morfologia externa para se definir um tipo moral ou uma tendência individual ou colectiva. Os escritores que num só caracter dessa ordem pretenderam encontrar correlações imediatas com a psicologia e a acção social das raças, fizeram obra quasi tão vã como os frenologistas quando queriam adivinhar a mentalidade e a moralidade dos indivíduos por uma dada bossa craniana.

Sómente um conjunto de caracteres físicos,

(1) F. U. Saffiotti—*Differenze mentali tra fanciulli bianchi e fanciulli indiani e negri del nord America e del Sud Africa*—«Rivista di Antropologia», vol. XX, Roma, 1915-16, p. 19.

permitindo estabelecer nitidamente um tipo antropológico, poderá esclarecer com probabilidade o investigador sobre o modo de ser íntimo e o valor social dum agregado humano. Adversários da doutrina lombrosiana do tipo antropológico do criminoso, não nos contradizemos admitindo a definição psico-social das raças. O crime é um conceito relativo, mais ou menos convencional, muitas vezes constituindo apenas um acidente na existência dum indivíduo; e a estigmatisação física que marca certos delinqüentes habituaes, não pode confundir-se com a caracterisação somática duma raça, mais uniforme e persistente no decurso dos tempos.

Entretanto registe-se que nós mesmos escrevemos: «é de crêr que haja correlações entre alguns sinaes anatómicos e as tendências criminaes mas essas correlações ainda não encontraram uma regra que as definisse» (1).

Evidentemente nem neste caso nem no estudo psico-social das raças se pretende que certos caracteres d'importância antropológica, como a estatura, a côr dos olhos, dos cabelos e da péle, o prognatismo, etc. tenham uma interferência directa, imediata, nas manifestações do espírito e da actividade humana. Seria ridículo supor que um negro, atingido d'albinismo, pensaria e proce-

(1) *Os Criminosos Portugueses*, 2.ª edição, Coimbra 1914, pag. 114.

deria como um branco, e que um branco muito prognata teria necessariamente a mentalidade dum negro... Os fenómenos da vida mental e colectiva resultam sem dúvida do funcionamento dos sistemas nervosos individuaes. Estes não são fisiologicamente independentes dos outros aparelhos da vida da relação, e mesmo da vida vegetativa. Mas os caracteres mais consagrados em taxonomia antropológica teem decerto uma correlação remota, talvez mesmo em muitos casos nula, com a fisiologia cérebro-espinal.

Este modo de vêr traria a destruição da antroposociologia, pelo menos da antroposociologia baseada nos actuaes estudos d'antropologia etnica, se, definindo presentemente as raças pelos elementos referidos — os mais acessiveis á nossa observação — nós não descortinassemos por traz da sua aparente passividade plástica a história secular dum tronco genealógico, duma multidão de sêres humanos, vivendo num mesmo ambiente telúrico e social, submetidos ás mesmas necessidades, unificados na sua origem, na sua consciência colectiva, nos seus designios.

Embora isto custe ao seleccionismo exclusivo, anti-lamarckista de Lapouge, um tipo físico de raça é a concretisação palpavel dum passado longo de influências mesológicas (1), exercendo-se

(1) O seleccionismo *à outrance*, de Lapouge, *(Les sélections sociales*, Paris, Fontemoing, 1896) não o impede de,

embora num âmbito limitado que é determinado pelas condições internas d'equilíbrio do sêr vivo. A antropologia confina dêsde as origens com a mesologia, a «sciencia dos meios», que Hipocrates já ha muitos seculos adoptara, e de que os seleccionistas modernos não querem vêr o grande alcance filosófico.

Friedrich Ratzel (1) escreve: «São tão dificeis os problemas da história relativos á sucessão dos meios que em geral os afastam sumariamente, invocando uma pretendida diferença essencial do que chamam as «raças». Depois de se ter procurado compreender as influências imediatas actuando duma maneira evidente, atribuem-se de bom grado todo os outros traços do caracter nacional á presumida raça. Mas o que é a propria raça... senão o producto dos meios anteriores multiplicando-se infinitamente, durante todo o período que decorreu desde a aparição... do género humano?»

Perdidos os documentos relativos á formação da raça, a antroposociologia tem de a aceitar em bloco, sem se extraviar nas nebulosas das ori-

exprimindo a opinião de que o berço dos arianos foi uma região vizinha do Mar do Norte, a assentar no facto d'ali se encontrarem as condições meteorológicas necessárias (humidade permanente, inactinismo) para determinar a sua descoloração, o seu quási albinismo *(Race et milieu social*, pag. 11.)

(1) *Völkerkunde*, tomo 2.º, pag. 5.

gens, e tem de a considerar como entidade antropológica, psicológica e social. O que se diria se os adversários do livre arbitrio, conhecendo o determinismo dos actos humanos, os dessem como não existentes, e não entrassem em jogo senão com as influências directoras da volição?

Está evidenciado em séculos de história que os fenomenos sociais se não desenrolam analogamente no seio de todas as raças. É certo que as várias condições mesológicas em que as raças vivem não são absolutamente iguaes, mas nada autorisa a supor que, colocadas em eguais circunstâncias, élas apresentem a mesma feição sociológica. Raça presupõe, como vimos, um passado especial, um condicionalismo anterior distinto. E assim como dois indivíduos transportados ao mesmo meio, sob as mesmas influências, vendo satisfeitas da mesma maneira as suas necessidades, se não mostrariam eguais na mentalidade e nas acções, tambem duas raças num mesmo ambiente se não comportariam de egual modo. Sobre o momento actual ha o pêso formidavel da hereditariedade de seculos, ha o legado colossal de gerações diversas. Se o meio fosse omnipotente, não haveria tipos físicos estaveis. A hereditariedade é o mais forte principio vital: o meio é um estatuário paciente que vae cinzelando lentamente o bloco — por vezes tão lenta-

mente que as variações escapam á observação do homem (1).

Nem porisso o meio deixa de ser um elemento importantissimo em antropologia, como em toda a biologia.

A situação geográfica, a configuração do solo, a sua natureza geológica, a vizinhança do mar ou de cursos de agua, a temperatura, a humidade, a pressão atmosférica, os ventos, a luz, os pântanos, a vegetação, a fauna, o proprio caracter das paisagens, são factores naturaes de primacial interesse na vida dos povos. Alguns desses factores implicam já os que resultam das necessidades de alimentação, vestuário e habitação, do modo de vida, da organização social, e da reacção do homem sôbre o homem (2). Mas impossivel é le-

(1) Nada nos repugna crêr em *mutações* ou variações bruscas, que não contradizem o neo-lamarckismo no que êle tem de essencial (M. Corrêa, *Antropologia*, Porto, 1915, pag. 68). Mas as fases de mutabilidade não aparecem freqüentemente sob a observação directa; a existirem, são episódios separados por largos períodos de persistência de caracteres. Noutro trabalho em publicação *(Homo-Estudos sobre a origem humana)* fazemos salientar que o papel do meio na evolução diminue dos sêres inferiores para os superiores, e que na interpretação dos fenómenos evolutivos não se deve perder de vista o sêr vivo, as condições internas de afinidade interorgânica, de equilibrio bio-fisico-quimico, de correlação, de adaptação mútua dos orgãos e caracteres.

(2) Elysée Reclus—*L'homme et la terre*—I—Pag. 55 a 119.

var até ás origens a destrinça dos complexos factores telúricos e sociaes, e a raça aparece-nos em certa altura consubstanciando todo esse determinismo e constituindo o termo aparente duma evolução.

Contra a opinião de Tarde (1), as palavras *génio dum povo* ou *duma raça* não representam uma expressão literária sem sentido. Evidentemente a acção social e a consciência colectiva duma raça dissociam-se numa infinidade de factos distintos, cujo laço no entanto o psicólogo, o sociólogo e o historiador conseguem descobrir. É uma expressão tão legítima como, por exemplo, a religião dum povo. Cada indivíduo é crente e praticante a seu modo; nem porisso deixa de existir uma religião comum, com traços caracteristicos de devoção, moral, fé, proselitismo, tolerância, ritual, etc. Simplesmente o génio dum povo é um facto mais alto, que abrange a consciência e a actividade social em todas as suas formas.

«A alma dum pôvo — escreve Gustavo Le Bon, não é uma concepção metafísica, mas uma realidade muito viva. É formada duma estratificação atávica, de tradições, de ideias, de modos de pensar, até de preconceitos. Da sua solidez depende a força duma nação.»

O estabelecimento das diferenças psico-socio-

(1) G. Tarde — *Les lois sociales*, 5.ª ed., Paris, Alcan. 1907 — pag. 43.

lógicas das raças é muitas vezes obscuro, mas deve notar-se que a análise e a definição dos tipos físicos são tambem freqùentemente da mais alta dificuldade. As raças puras tornaram-se raras, o globo está cheio de mestiços. Já na mais alta antiguidade em alguns pontos da terra a heterogeneidade e confusão eram grandes. O isomorfismo politópico e as próprias fluctuações individuais desnorteiam por vezes o scientista. Ora se as simples análises antropológicas, se as pesquizas etnogénicas, constituem em muitos casos problemas insoluveis, compreende-se tambem que da ganga confusa das populações actuaes sáiam manifestações psicológicas e sociaes que deixam perplexo o observador superficial e desprevenido. Mal elucidados em geral sobre a composição antropológica dessas populações, os investigadores precipitam-se em fantasias nefastas, em confusões lastimaveis, cujo resultado é lançar a perturbação e o descrédito sobre um ramo de saber tão digno de apreço como os outros.

Aos devaneadores de mal acabada erudição se deve, em grande parte, não constituir a antroposociologia ainda um corpo harmónico e ordenado de conhecimentos e de doutrinas. Compilaram-se observações ao acaso, sem plano, e tantas vezes — o que é peor — sem rigor e probidade. O seu número era muito restrito. Sobre tão fragil fundamento, dum empirismo grosseiro e mesmo falso, não tem podido o método scientífico esta-

belecer uma ampla classificação antroposociológica e extraír dos fenómenos observados todas as leis. Mas constatar o estado embrionário e hesitante duma sciência não é negá-la. Antes a todo o espírito progressivo pertence dissipar, na medida das proprias energias, os obstaculos que se opõem á sua floração, a condição primeira da sua fecundidade.

Longe de nós está, porém, atribuir apenas á leviandade de certos pesquizadores o atrazo de tão curioso ramo scientífico. Esse atrazo deriva tambem da complexidade dos factos que constituem o seu tema de estudo.

Acabámos de notar a dificuldade que ha correntemente em determinar as raças, em definir tipos antropológicos. Mas a psicologia dos povos e das raças é ainda mais dificil. Os inquéritos feitos não obedecem geralmente a um método sério e não representam muitas vezes mais do que a expressão de inclinações nacionaes e simpatias do seu autor. Remontando ao passado, êstes defeitos agravam-se consideravelmente, e não se pode ligar grande confiança ao que os contemporâncos dizem da maioria dos povos da antiguidade. Mesmo hoje, a psicologia etnica está recheada d'erros, de lacunas, de pueridades, de banalidades.

Raros são os povos europeus que se não descrevem como «laboriosos, sobrios, honrados, etc.», sobretudo pelos próprios compatriotas.

E tantas particularidades importantes do caracter e da mentalidade das populações da terra escapam á investigação de escritores mal preparados para a sua missão!

O determinismo dos fenómenos sociais excede em complicação o dos fenómenos biológicos, já de si obscuro. Vae tão longe que a sua ignorância tem levado grandes espíritos a considerá-lo insolnvel ou a proclamar que a história e a vida social não resultam dum encadeamento lógico de causas. Mas se o homem tivesse quedado inerte e alheado ante os fenómenos naturais, que não sabia explicar, não se possuiria agora o formidável material da nossa civilisação. E se ainda hoje escapam á sua investigação anciosa as causas primeiras e a essência íntima dos fenómenos e dos sêres, não é isso razão bastante para que se rejeite por imperfeita e inútil a massa dos conhecimentos já adquiridos. A ignorância deve ser um estímulo de aperfeiçoamento, não uma razão de descrença, desalento e passividade. O scepticismo é grande inimigo do homem e do progresso.

Se as observações osteológicas e a antropometria não tivessem outro objecto senão classificar os tipos somáticos da humanidade, se todos os antropologistas visassem apenas esse intuito restrito, não mereceria a antropologia uma categoria honrosa entre as sciências da natureza. Com pouco se contentariam os modestos estudio-

sos: isso, afirma Lapouge (1), ainda não é fazer sciência, mas apenas reunir materiaes.

Broca, o grande mestre da antropologia, escreveu: «aquele que se preocupa com as diferenças existentes entre os povos e as raças sob o ponto de vista da potência intelectual, da perfectibilidade, da sociabilidade, das aptidões artisticas, scientíficas, literárias, industriaes, religiosas, políticas, colabora na obra dos antropólogos, e é assim que a psicologia comparada das raças se torna um dos ramos mais interessantes da antropologia geral» (2).

Zaborowski diz a seu turno: «É de toda a necessidade que a sciência integral do homem possa um dia ou outro resolver-se, pelo menos em parte, em leis da evolução do espírito humano. A sociologia e a história interrogam-n'a já incessantemente a tal respeito» (3).

A antroposociologia não se confunde com o simples estudo da psicologia das raças, mas recebe desta magnificos elementos. Ninguem ignora que para muitos sociólogos contemporâneos a sociologia nada mais é do que a psicologia social (4),

(1) Vacher de Lapouge—*Race*, etc. Op. cit., pag. XV.

(2) Broca—Artigo *Psychologie* na *Encyclopèdie des Sciences Médicales*.

(3) Zaborowski—Artigo *Anthropologie* na *Grande Encyclopèdie*.

(4) G. Palante—*Sociologia* (trad. de Fortes)—Lisboa, 1908—Pags. 4 e 18.

formula talvez exagerada o unilateral, embora encerre uma grande parte do verdade.

Aplicando-se á solução de problemas demográficos, económicos, políticos, etc. a antroposociologia virá um dia a ser considerada de alta importância entre as sciências.

Abstraindo do que Ammon, Lapouge, e outros, (mesmo alguns que não creem na antroposociologia) teem investigado sobre as relações entre a raça e certos factos demográficos, vem a proposito reproduzir pela sua latitude as palavras autorisadas de Brunhes: «As raças desempenham um papel, por vezes mesmo um grande papel, em geografia humana» (1).

E que dizer da importância do factor raça em economia política? A Alemanha estando em condições naturaes inferiores ás do México, da Roménia e da Turquia, tem tido uma vida económica superior (2). A Grécia, o Egypto e a Espanha acham-se nas mesmas condições naturaes de outrora e não rivalisam entretanto já com outros países menos favorecidos pela natureza. E como explicar que nas planícies das margens do Tigre e do Eufrates, onde populações activas alcançaram um grande desenvolvimento agrícola, os ára-

(1) J. Brunhes—*La géographie humaine*, 2.ª ed., Paris, Alcan,—pag. 569.

(2) Marnoco e Souza—*Sciencia economica*, Coimbra, 1910—pags. 249 e 250. Daqui extráio esta série de exemplos.

bes nada tenham podido fazer? A raça—disse Le Bon com justeza—é a pedra angular do equilibrio das nações, a sua alma representa o que ha de mais estavel na vida dum povo e da solidez dessa alma depende a força duma nação.

Duma maneira geral, em todos os factos sociaes intervem o factor raça. Cada indivíduo traz para a vida social dentro de si uma parte da alma do tronco antropológico a que pertence. Mas onde essa acção tem sido procurada com maior entusiasmo e interesse—sem que se pense tantas vezes em que se está fazendo antroposociologia!—é no campo da história e da política, atribuindo-se mesmo ao génio das raças os factos culminantes da vida dos povos e da evolução das nacionalidades, quando é certo que várias condições telúricas, psicológicas, económicas, políticas, etc. nêles cooperam diariamente com os factores antropológicos. E quantos acidentes individuais teem mudado a face da história!

Os trabalhos de antroposociologia política teem sido em geral creações de gabinete, e feitos por quem nunca experimentou duradouramente a influência salutar do ambiente laboratorial e da investigação directa no campo. O talento e o saber de alguns desses autores, o seu poder de síntese, a sua penetrante intuição, a sua imaginação viva, o seu equilibrio filosófico, o seu discernimento crítico, não suprem um dos principaes elementos d'estudo: o conhecimento, pela expe-

riência pessoal, do valor absoluto e relativo dos documentos scientíficos, que dizem respeito a esses assuntos.

Depois, as lacunas em antropologia, como noutros estudos do homem e das sociedades, são numerosas e vastas. Não dignifica a sciência querer preenchê-las com hipóteses infundamentadas e mais ou menos facciosas, que se desmoronam, como castelos de cartas, a um sopro de crítica imparcial. Cumpre tirar aos trabalhos antroposociológicos a feição sectária e perigosamente simplista, que naturalmente lhes teem sugerido as críticas mais contundentes, da parte de homens como Manouvrier, Houzé, etc. Urge reformar o método antroposociológico: não é com um caracter antropológico isolado que devem relacionar-se os factos sociais, mas com o conjuncto de caracteres, com a distribuição dos tipos, das raças.

E, quando isso se fizer, a antroposociologia sairá da crise em que a lançou sobretudo um patriotismo mal avisado. Todos os de boa fé reconhecerão então que se trata de sciência autêntica, destinada a prestar serviços; e alguns dos que hoje a combatem, virão talvez declarar lealmente que, sem o suporem, teem trabalhado para o seu progresso com investigações próprias.

Conscios d'antemão das dificuldades do assunto, ensaiaremos determinar, tanto quanto possível seja, o papel dos factores antropológicos na formação, evolução e futuro da nacionalidade

portuguesa. A raça é um passado muitas vezes secular, o resíduo ancestral, e, como tal, uma expressão palpável do caracter e do valor social dum povo.

Diz muito bem o meu ilustre amigo Dr. Leite de Vasconcelos: «o presente é solidário com o passado... Quanto mais intenso fôr o conhecimento da história, tanto mais firme será a consciência da nacionalidade».

II

ETNOGENIA PORTUGUESA (1)

EMQUANTO muitos dizem que Portugal nasceu dum fortuito episódio político, outros afirmam que êle surgiu necessáriamente dum condicionalismo natural cujo desenvolvimento se iniciara muito antes do facto histórico da independência portuguesa.

Geográficamente, é êste país na realidade um fragmento da grande unidade peninsular, embora bem individualisado sob o ponto de vista climá-

(1) A quási totalidade da bibliografia relativa á etnogenia portuguesa figura no meu artigo em publicação *The origins of the Portuguese*, «American Journal of Physical Anthropology», Washington, 1919, e bem assim nos meus *Estudos da etnogenia portuguesa (Crânios braquicéfalos)*. «Anaes Scientificos da Faculdade de Medicina do Porto», Porto, 1918; e *Estudos da etnogenia portuguesa* (*Os habitantes primitivos do territorio*), «Terra Portuguesa», Lisboa, 1918.

tico. Mas, se é certo que no encadeamento dos factos que antecederam a autonomia política, nem sempre é possivel distinguir com nitidez o poder das forças naturais que a determinaram, não é menos certo que essas forças existiram e que, com um terreno predisposto, apenas coube ao conde Henrique canalisá-las num sentido claro e interpretá-las dum modo efectivo.

Sem dúvida, a independência política, por uma acção isoladora, veiu accentuar a diferenciação dêste agregado etnico, nos costumes, na lingua, no proprio sentimento nacional. O que fôra uma consequência, converteu-se tambem em factor adjuvante. Nove séculos de história forneceram á nação portuguesa um sólido fundamento tradicional. Se outras razões lhe não dessem jus á autonomia, garantir-lha-ia a sua epopeia admiravel.

Mas outras razões existem, entre élas as que a arqueologia e a antropologia estabelecem. Desde muito, este nucleo de população, de relativa homogeneidade, marcara fortemente a sua individualidade etnica e nacional. É o que se depreenderá da curta síntese que vamos fazer sobre as origens antropológicas do povo português.

É claro que nessa síntese remontaremos a épocas em que nem por sombras é lícito supor nos habitantes do território o sentimento nacional que constituiria o embrião da Patria futura. As obscuridades e as lacunas da preistória e da

protoistória não autorisam a ascender tão longe em conjecturas dessa ordem. Mas, se, em contrário duma tese recente, não veremos no sedentarismo dos pescadores epipaleolíticos do Mugem as raizes da nação portuguesa, teremos, porêm, de reconhecer os antepassados distantes dêste pequeno povo nalgumas das tribus neolíticas que construíram os dolmens e os primeiros *castros*, habitaram cavernas, e, com um rudimentar sentimento artístico, procuraram representar em curiosas placas as suas divindades.

Caldeados, entretanto, êsses precursores com imigrantes de múltiplas origens, a nacionalidade não se revela ainda na protoistória senão por vagos traços de originalidade nalgumas indústrias da época. Só quando Roma inicia a dominação do país é que o sentimento nacional se exteriorisa numa resistência heróica, e são os próprios dominadores romanos o subseqüentes quem, organisando o govêrno e as colectividades, fornecendo instituições, chefes e princípios, dão alento e forma a esse sentimento, primeiro confuso, inconsciente e esparso por mil moléculas mal unidas, mais tarde bem definido e concretisado numa massa homogénea, a Nação.

*

Em 1866 o geólogo Carlos Ribeiro, num estudo sobre o terreno das bacias do Tejo e do Sado alu-

diu a sílices o quartzites lascadas que aí encontrara e que lhe pareceram produtos do trabalho humano. A presença dêsses supostos instrumentos levou-o a classificar então de quaternário êsse terreno que outras particularidades lhe indicavam ser antes terciário. Em 1871, numa memória á Academia das Sciências de Lisboa, êle vinha, porêm, incluir já quási todas essas camadas na éra terciária, e particularmente no mioceno.

O maior número dos supostos instrumentos provinha da linha de camadas miocenas que se estende do sul para o norte desde o Carregado até ao Cercal, junto das vertentes da cadeia de colinas que passa em Alemquer. Os conglomerados miocenos das bacias do Tejo e do Sado depositaram-se no fundo dum grande lago terciário que ocupava toda aquela vasta região. As primeiras camadas depositadas foram contemporâneas da acção ígnea e eruptiva dos bassaltos de Lisboa que veiu revolucioná-las. Nalguns pontos o mar submergiu mais tarde o antigo domínio da água dôce, e as formações miocenas marinhas assentam nuns lugares sobre os estractos lacustres, noutros sobre as camadas secundárias por se terem eliminado as lacustres por denudação.

Emquanto que as formações marinhas não forneceram peças lascadas, nos calcáreos, marnes e grés lacustres também do mioceno médio e supe-

rior encontrou-as Carlos Ribeiro na maior abundância (1).

Por ocasião do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Preistórica de 1880, o arqueólogo italiano Bellucci, em Ota (um dos lugares que mais peças lascadas fornecera a Carlos Ribeiro) descobriu *in situ* o arrancou um exemplar com esquírula e bolbo de percussão como outros que o geólogo português encontrara.

No Congresso do Paris do 1889, Nery Delgado apresentou 30 sílicos lascados extraídos duma camada de grés terciário em Ota o 24 encontrados á superfície do sólo na mesma localidade. Segundo Nery Delgado, os da superfície apresentavam mais supostos vestígios de talhe intencional do que os do interior da camada, nenhum dos quaos era semelhanto aos achados por Carlos Ribeiro em idênticas condições.

A questão foi posta nos Congressos de Bruxelas, em 1872, do Lisboa, em 1880, o do Paris, em 1889, e em 1905 perante a Sociedade Preistórica do França, e so ninguêm duvida da classificação dos terrenos como formações lacustres, do mioceno superior, andar tortoniano, as opiniões dividiram-so sobre a atribuição dos objectos ao

(1) Em arenatas e argilas pliocenas, contendo na sua base, nas vizinhanças de Lisboa, pequenos moldes de moluscos *Cerithium*, *Cardium*, *Arca*, *Nucula*, etc. e folhas de plantas dos generos *Quercus*, *Salix* e outros, também êle descobriu alguns dos seus supostos instrumentos.

interior da camada geológica e a um ser inteligente, que Mortillet não hesitou em prematuramente chamar *Homosimius Ribeiroi.*

Examinámos nós mesmos os exemplares que existem no Muzeu do Serviço Geológico de Lisboa. Constatámos a presença dos conchoides de percussão em vários. Mas êsses sílices são muito grosseiros, e é difícil considerá-los como tendo uma fórma preconcebida por um sêr inteligente, humano ou quási humano. Pretendendo-se mesmo que êles fôssem apenas «colitos» ou pedras *utilisadas*, não talhadas segundo uma fórma préviamente estabelecida, ainda assim é duvidosa a sua autenticidade paletnológica, desde que se verificou que o torvelinho produzido por correntes d'água e talvez a pressão das terras, as acções atmosféricas, etc., podem produzir «pseudo-eolitos» que nada ficam a dever aos supostos «eolitos» autênticos.

No estado actual da sciência, o pretenso *Homosimius Ribeiroi* não passa duma arrojada conjectura, sem documentação bastante.

*

Muitos dos dados referentes ao palcolítico português necessitam indubitavelmente de revisão, mas póde considerar-se averiguada a existência do homem no período paleolítico no território português, como é lícito assentar em que, entre

as estações descobertas, predominam as do paleolítico inferior. A maior parte dessas estações são á superfície do solo, e todas se referem aos paleolíticos inferior ou médio, contendo indústrias chelenses, acheulenses, musterienses, ou umas e outras.

De muitas dessas estações nem se conhece bem a localisação precisa, e algumas, como a de Serra de Brunheira (arredores de Chaves), Castelo do Queijo (Pôrto), Ervilha (Pôrto), Fontela (arredores da Figueira), arredores de Leiria, etc. forneceram apenas, cada, um ou dois objectos de autenticidade provável ou averiguada.

Das estações do norte do país, a mais importante é a da Mealhada (perto de Coimbra), descoberta por Carlos Ribeiro e estudada por Joaquim Fontes. Em aluviões quaternárias, contendo restos fósseis de *Equus*, *Elephas* cfr. *antiquus*, *Cervus elaphus* e do vegetal *Trapa natans*, contemporâneos dos glaciares do Vale do Mondego, encontraram-se 1 *coup de poing* (a 3,^{m}30 de profundidade), 1 raspador (a 2,^{m}40), outro raspador (a 4,^{m}20) e uma lâmina, que foram considerados chelenses ou acheulenses. São, porêm, bastante obscuros os dados sôbre as assentadas de que cada objecto provêm.

A metade meridional do país, particularmente os arredores de Lisboa, é muito mais rica em estações paleolíticas, de que referiremos as seguintes.

Na gruta da Furninha (Peniche) descobriu

Nery Delgado, além duma importante estação neolítica, uma jazida paleolítica, que forneceu alguns instrumentos de pedra, vários fósseis animais, um ornato ou amuleto d'osso e um fragmento de mandíbula humana. A fauna da Furninha, segundo Harlé, era composta de *Ursus arctos*, *Hyaena striata*, *Felis catus ferus*, *Felis lynx*, *Felis pardus*, *Rhinocerus Merckü*. Além dum *coup de poing* chelense, encontraram-se ali noutro nível, uma ponta, uma lâmina, e três raspadores do tipo musteriense, acompanhando o fragmento de mandíbula, e, ainda noutros níveis, lascas d'ossos, um amuleto ou ornato em osso, e uma pedra de fronda. Alguns outros sílices que Nery Delgado também figurara, não eram instrumentos, na opinião de Joaquim Fontes. Êste mesmo autor, contra o parecer de Harlé, considera estabelecida a contemporaneidade do homem e da hiena raiada na gruta da Furninha e, em vez de, como o autor francês, vêr simples eolitos nos instrumentos que estudou, di-los belos utensílios de fácies musteriense, exceptuando o *coup de poing* que classifica chelense.

Perto da fronteira hispano-portuguesa, nas proximidades do cemitério d'Arronches, descobriu há pouco tempo o arqueólogo francês Henri Breuil uma importante estação paleolítica, que está num antigo terraço dominando pelo menos 20^{m} a ribeira actual, o rio Caia. A uma fraca profundidade na massa do terreno ou entre os res-

tos d'explorações, há uma indústria chelense de grosseiros *coups de poing*, e outra, acheulense, sobreposta á anterior, melhor trabalhada e constituida por lascas, discos, núcleos e *coups de poing*.

No distrito de Lisboa conta o sr. Vergílio Corrêa nada menos de 38 jazidas paleolíticas. São, porêm, geralmente estações de superfície e há algumas talvez de discutível autenticidade. A de Rabicha (Campolide), descoberta e estudada por Fonseca Cardoso, forneceu um magnífico *coup de poing* acheulense, outro do tipo do Casal do Monte e uma possível lasca *Levallois* (1). A de Monsanto, descoberta, nas vizinhanças duma estação neolítica, pelo Padre Lapierre e depois estudada por Vergílio Corrêa, era rica em lascas, raspadores, facas, etc. A de Casal do Monte (Póvoa de Santo Adrião), descoberta e estudada por Joaquim Fontes como muitas outras dos arredores de Lisboa, era muito abundante em *coups de*

(1) O sr. dr. Leite de Vasconcelos, que examinou ultimamente estes exemplares na Faculdade de Sciências do Pôrto, onde êles se encontram, não considera esta supostà lasca Levallois como um instrumento autêntico e põe dúvidas também sobre o *coup de poing* acheulense, discordando assim de Fonseca Cardoso e fundamentando as dúvidas postas já por Choffat e por Joaquim Fontes. Embora de calcáreo, este último exemplar nos parece, porêm, ter resultado do trabalho intencional: é de forma muito regular e definida para que possa atribuir-se a forças naturais, independentemente da actividade humana.

poing de pequenas dimensões, com um tipo que aparece noutros pontos, como a N. E. de Casal de Valbuin, arredores de Tojal (?). Numa camada arqueológica de pequena espessura e pouco profunda, encontrou o sr. Felix Alves Pereira em Santo António do Estoril uma indústria que descreveu como do paleolítico inferior, apezar da sua coexistência com uma indústria calcolítica: a sua tipologia seria muito semelhante á de alguns sílex lascados de Casal do Monte. Alongaríamos demasiado estas linhas com a menção das outras jazidas da região.

Se devemos considerar averiguada a existência do homem no território português no período paleolítico, nada se pode ainda apurar sobre o tipo físico dessas remotas populações. ¿Ter-se-ia extendido até ao ocidente ibérico o *H. nèanderthalensis*, que deixou os seus restos em Bañolas e Forbes-Quarry, na vizinha Espanha? Nada o demonstra. Admitindo, porêm, que a civilisação do paleolítico inferior penetrou na Ibéria pelo sul e possuiria talvez uma proveniência africana, igual roteiro e igual proveniência teriam assim também os primeiros povoadores do território. Mas estamos no méro campo das hipóteses.

No Vale d'Arieiro, Vila Nova da Rainha, foi encontrado a $3^{m},70$ de profundidade um crânio que foi classificado *provavelmente* quaternário, não sendo, porêm, acompanhado de qualquer utensílio ou fóssil que permitisse bem caracteri-

sar a sua idade paletnológica. Era sub-braquicéfalo, muito semelhante ao n.º 2 de Furfooz. Excluido esse crânio, pela sua cronologia duvidosa, fica como documento, até agora único, do tipo humano do quaternário português, a mandíbula da gruta da Furninha, que Nery Delgado atribuiu com probabilidade a uma criança. Reduzida a uma parte do ramo montante e a um côndilo, ela não lhe facultou, entretanto, elementos interessantes de estudo.

*

De todos os achados da preistória portuguesa os mais notáveis são indubitavelmente os «kiökkenmöddinger» ou «restos de cosinha» do Vale do Tejo, quer pelas características dos restos industriais encontrados, quer sobretudo pelo número e particularidades dos esqueletos que acompanhavam esses restos.

Descoberto em 1863 o primeiro destes «kiökkenmöddinger» (1), outros 3 se seguiram, todos nas vizinhanças de Mugem e Salvaterra de Magos.

1 Atribue-se a descoberta a Pereira da Costa. Efectivamente é dêste autor a primeira notícia escrita dos «kiökkenmöddinger» (1865), mas Carlos Ribeiro em 1880 afirmava no Congresso de Lisboa («Compte-rendu», p. 280): «o primeiro dêsses montículos *que nós descobrimos em abril de 1863*, encontra-se na Quinta da Sardinha, entre as povoações de Salvaterra e Mugem.»

O mais importante, o do Cabeço da Arruda, era uma elevação de cêrca de 95.m de comprimento, 40.m de largura, 5.m de altura sobre a planície arenosa e 10 a 12.m sobre o plano do paul adjacente, Paul do Duque, situado na margem direita do vale da ribeira de Muge, que alagava freqüentemente todo o sólo na frente do Cabeço, e assentava sobre a arenata do plioceno novo, a descoberto nas proximidades e tendo sofrido provavelmente a desagregação. Constituiam-no restos de animais, areia, lôdo, calhaus, fragmentos de madeira carbonisada e tufo calcário irregularmente distribuido. Estas matérias estavam dispostas em leitos pouco regulares e em geral com inclinações discordantes. Nas camadas inferiores encontraram-se os esqueletos humanos com detritos de conchas de *Lutraria compressa*, fragmentos de carvão, etc.

O montículo do Porto da Amoreira, a 1 km. a S. O. do anterior e com 3.m de altura, a lomba da Fonte do Padre Pedro, a 3 km. a N. O. do Cabeço da Arruda e com 1.m de altura apenas, e a Moita do Sebastião, a 1 km,5 da Amoreira, apresentavam uma estrutura semelhante, mas sem leitos distintos.

Estudados por Pereira da Costa (1863-1865), os «kiökkenmöddinger» foram-no também por Carlos Ribeiro (1863-1880) e mais tarde por Paula e Oliveira (1884-1885), os quais reuniram importantes dados a seu respeito.

Os moluscos predominantes nos depósitos eram a *Lutaria compressa* e o *Cardium edule*, ainda principalmente a primeira que constituía a massa quási toda. Além dêsses, encontraram-se restos de *Cerithium vulgatum*, *Solen marginatus*, *Easthomia rugosa*, *Tapes decussata*, *Cardium norvegicum*, *Pecten maximus*, *Mytilus edulis*, *Ostrea edulis*, *Helix pisana*, *H. aspersa*, *H. lactea*, *Bulinus decollatus*, *Unio littoralis*, *U. pictorum*, segundo as determinações de Berkeley Cotter. Como a *Lutraria compressa* não aparece actualmente no Tejo a menos de 33 km., pouco mais ou menos, a jusante de Mugêm, e as outras espécies marinhas são talvez ainda mais afastadas, deve concluir-se que os «kiökkenmöddinger» datarão duma época em que as águas salgadas atingiam as suas proximidades, e serão anteriores ao último movimento ascensional do sólo, que reduziu á sua extensão actual o estuário do Tejo.

A fauna mamalógica compreendia espécimes dos géneros *Bos*, *Cervus*, *Ovis*, *Equus*, *Sus*, *Canis*, *Felis*, *Meles*, *Viverra* e *Lepus*, sendo certo que dos esqueletos dos animais de maiores dimensões não se encontram todas as partes proporcionalmente, o que faz presumir que os caçassem longe e transportassem apenas para ali as partes utilisáveis ou mais apreciadas. Não havia animais domésticos: o próprio cão viveria talvez no estado selvagem.

Além das cinzas, de carvões e de pedaços de barro cosido que não constituiam propriamente cerâmica, encontraram-se utensílios de osso e de pedra, como facas e pontas de osso e de chifres de veado, pequenas lascas, núcleos e facas de sílex, particularmente microlitos geométricos de forma trapezoidal, placas e mós grosseiras de grés, e matérias corantes.

Os restos humanos dos «kiökkenmöddinger», recolhidos no Museu do Serviço Geológico de Portugal, pertenceriam a cêrca de 200 indivíduos, predominando os esqueletos de crianças e sobretudo os de mulheres. Não há nos ossos humanos quaisquer sinais de violência, a não ser talvez em 2 indivíduos, um com uma depressão circular na fronte, outro com uma fractura do cúbito.

Os selvagens de Mugem seriam populações pacíficas, sedentárias, miseráveis, vivendo da caça e da pesca, num grande atrazo cultural.

Classificados por Breuil na época tardenoisiense, fim do quaternário, na vertente paleolítica do período de transição da pedra lascada para a pedra polida, os «kiökkenmöddinger» teem, pela presença dos microlitos geométricos que caracterisam o tardenoisiense, afinidades com os abrigos e «escargotières» dos arredores de Gafsa (norte de África), de certas estações da Sicília, da Espanha meridional e do Tardenois francês. Essa civilisação teria mais ligações com a aurignacense

do que com a madalenense, e a sua origem, como a da aurignacense, seria meridional, mediterrânea ou africana.

Não há homogeneidade de tipo físico nos esqueletos encontrados em Mugem. A braquicefalia surge em muito menor proporção do que a dolicocefalia, embora crivelmente numa proporção mais alta do que na população actual do país.

Os dolicocéfalos de aquelas estações teem sido abrangidos num tipo caracterisado por: baixa estatura, arcadas supraciliares desenvolvidas nos crânios masculinos, apagadas nos femininos, fronte por vezes inclinada, crânio alto e de fraca capacidade, suturas cranianas anteriores bastante simples, as posteriores muito complicadas, achatamento posterior da região paríeto-ocipital, face moderadamente alongada, órbitas em geral baixas, mesorrinia, pequena saliência das arcadas zigomáticas, acentuado prognatismo, saliência do mento, extroversão do gónion, húmeros freqüentemente perfurados, fémures em pilastra, tíbias platicnémicas.

Este tipo dolicocéfalo, que designámos por *Homo afer* var. *taganus*, foi identificado com a a raça neolítica de Baumes-Chaudes e com o português médio contemporâneo. Mostrámos, porêm, ultimamente (1) que essa identificação não é exa-

(1) Cf. Mendes Corrêa — *À propos des caractères inférieurs de quelques crânes préhistoriques du Portugal* —

cta, devendo antes o *Homo taganus* incluir-se num grupo de raças inferiores, australoides ou protoetiópicas, de origem equatorial provável, o que concorda com o roteiro da civilisação tardenoisiense.

A fraca capacidade craniana, a mesorrinia, o prognatismo, a freqüento obliqüidade da fronte, a estatura mais baixa, etc., são outros tantos caracteres que distancoiam o *H. taganus* do homem de Baumes-Chaudes, padrão racial do tipo mediterrâneo o do português actual, de crânio mais volumoso, leptorrínico, ortognata, de fronte vertical, de ostatura mais elevada, embora ainda não alta.

Sobre as medições feitas por Paula o Oliveira nos ossos longos dos esqueletos dos «kiökkenmöddinger», calculámos as seguintes médias para alguns dos principais índices do esqueleto, as quais comparámos com os valores correspondentes por nós determinados provisóriamente numa série de portugueses modernos:

«Archivo d'Anatomia e Anthopologia», Lisboa, 1917; *Novos subsídios para a Antropologia portuguesa* — «Congresso de Sevilha da Associação Espanhola para o Progresso das Sciências» — Madrid, 1917; *Estudos da etnogenia portuguesa (Os habitantes primitivos do território)*, op. cit. Cf. tambem Giuffrida Ruggeri — *La posizione antropologica dell'uomo fossile di Combe-Capelle* — «Rivista di Antropologia», Roma, 1916-1917, p. 7 do extr.

	Kiökkenmöddinger		Portugueses modernos
Indice ante-braquial. . .	79,8	(6 casos)	74
» tíbio-femural . . .	80,5	(8)	81
» húmero-femural . .	69,4	(5)	73
» intermembral . . .	70,0	(3)	70

Pelos índices intermembral e tíbio-femural, os esqueletos epipaleolíticos de Mugem não parecem diferir dos portugueses modernos, sendo certo que pelo segundo estão, ao mesmo tempo, vizinhos dos negros e dos europeus, em face dos dados osteométricos de Turner. O índice húmero-femural acusa, porêm, alguma diferença, mas esta é notavel no índice ante-braquial que, no homem do Mugem, corresponde a uma mesati-dolicocercia semelhante á dos negros e australianos e nitidamente diversa da braquicercia dos europeus e dos portugueses contemporâneos.

Os braquicéfalos dos «kiökkenmöddinger» não pertencem a um mesmo tipo craniano. Neles distinguimos: o *protobraquimorfo*, de contorno horizontal trapezoide, fronte estreita e occiput vertical; o *protosfenoide*, porventura assimilável ao anterior, mas de caracteres menos acentuados; e talvez o *ortobraquimorfo*, de fronte mais larga e inclinada, occiput convexo, contorno horizontal arredondado, órbitas altas, mesorrinia, prognatismo, aspecto mais mongoloide. Reconhece-se o último dos 3 tipos no crânio n.º 1 de Mugem e num da Moita de Sebastião.

São êsses tipos 3 das 5 formas que julgámos poder distinguir nos braquicéfalos primitivos da Europa. Abstraindo dos ortobraquimorfos levemente mongoloides, os braquicéfalos de Mugem correspondem ao tipo *Acrogonus* de Lapouge, aos protobraquicéfalos do neolítico (tipo de Grenelle), aos invasores da Grã-Bretanha na idade do bronze. O prof. Keith distingue estes últimos dos braquicéfalos continentais, antigos ê modernos, de crânio globuloso, occiput convexo e sem forte relevo supraciliar, que são referíveis ao tipo *alpino* e cujos espécimes primitivos enquadrámos no nósso *neobraquimorfo* (1).

Os «kiökkenmöddinger» de Mugem constituem, com a estação aziliense de Ofnet (Baviera oriental) as jazidas paletnológicas averiguadamente mais antigas em que a braquicefalia aparece no *Homo sapiens* europeu.

Supoz-se durante muito tempo que os primeiros braquicéfalos da Europa foram os introdutores da pedra polida e dos dolmens. Mugem e Ofnet desmoronam tal hipótese. Mais: reconhece-se que atribuindo-se-lhes mesmo — o que é contestável — a paternidade da civilisação azílio-tardenoisiense, ainda assim foi pequeno o seu *apport* de cultura.

Os míseros pescadores de Mugem estavam

(1) Mendes Corrêa — *Estudos da etnogenia portuguesa (Crânios braquicéfalos)*, op. cit., p. 38 e segs.

longe de conhecer os requintes da civilisação madalenense, sua antecessora (1).

Depois que o Conde de la Vega del Sella colocou numa época epipaleolítica, que designou por *asturiense*, as quartzites típicas da Cueva del Penicial, no noroeste espanhol, que primeiro supuzera paleolíticas, ocorreu, e fundadamente, que algumas estações portuguesas consideradas paleolíticas, pertencessem antes a essa época post-paleolítica. Pela nossa parte, estamos em crêr que uma dessas estações é a de Santo Izidro, Caldas da Rainha D. Leonor, descoberta por Félix Alves Pereira e Paul Choffat, e pelo primeiro descrita como paleolítica. As semelhanças frizantes dos *coups de poing* e talvez as condições topográficas (vizinhança da lagoa d'Óbidos) nos conduzem a tal hipótese. Mas o assunto merece ser esclarecido com vagar.

*

Abundam em Portugal os vestígios da civilisação da pedra polida, desde numerosos instrumentos isolados até importantes estações bem caracterisadas e bem exploradas.

Das estações neolíticas as mais numerosas são os dolmens, no país designados por *antas* e atri-

(1) Mendes Corrêa — *Sur les brachycéphales pré-néolithiques et leur culture* — «Bull. de Soc. Portugaise des Sciences Naturelles» — Lisboa, 1917.

buídos pela legenda popular aos mouros, aos quais, de resto, o povo atribue, também erradamente, outras jazidas preistóricas e protoistóricas.

A facies defensiva do neolítico está representada em Portugal por *castros* e *cêrcas*. Os castros eram recintos fortificados no alto de montes, constituindo, porêm, na sua grande maioria antes documentos da civilisação lusitano-romana. Entre os que remontam ao neolítico, pode mencionar-se o de Liceia, perto de Barcarena.

Excluidos dêste período os «kiökkenmöddinger» de Mugem e Salvaterra, ainda na preistória portuguesa se registam algumas estações possuindo certas afinidades com os «restos de cosinha» neolíticos da Dinamarca. Na estação neolítica de Forno de Cal, na Vinha da Rainha (concelho de Soure), ao sul do Rio Mondego, encontrou Santos Rocha muitas conchas marinhas, algumas queimadas. Na margem direita da lagoa d'Albufeira descobriu Carlos Ribeiro restos de cosinha, constituidos por conchas marinhas e ossos de animaes, misturados com lascas de sílex e restos de cerâmica grosseira e muito mal cosida. Joaquim Fontes descobriu vestígios idênticos na na outra margem; apenas a cerâmica era mais perfeita. A cerâmica do neolítico português difere duma estações para outras, mas é quási sempre grosseira, sem ornatos ou com ornatos simples, sem azas, e feita á mão, sem roda d'oleiro.

Se muitas populações neolíticas viviam em

aldeias, acampamentos e recintos fortificados, algumas seriam ainda trogloditas, habitando grutas naturais e artificiais, como as de Cezareda, a de Furninha, as do Poço Velho (Cascais), algumas de Alcobaça, as de Santo Adrião (Trás-os-Montes), etc. É possível que houvesse também habitações lacustres, como hoje há ainda em Lavos.

A facies industrial do período está representada por galerias em pedreiras para extração do sílex, como em Vale de Alcântara, perto de Lisboa, e por oficinas de fabrico de instrumentos de sílex, como algumas das já referidas grutas de Alcobaça. Queremos crêr que certas estações portuguesas dada como paleolíticas, devam antes, pela falta dos elementos tipológicos e estratigráficos necessários e pela abundância de lascas e refugos que contêm, ser incluidas nesta forma do neolítico. Dos instrumentos deste período podem mencionar-se, além dos machados tão freqüentes, facas, percutores e polidores de sílex, e punções de osso.

Teem sido encontrados objectos de adôrno, ídolos, amuletos e insígnias, oferecendo particular interesse as placas-ídolos em que os homens neolíticos grosseiramente pretendiam representar a sua divindade. Atribuem-se-lhes os cultos da lua, do sol, do mar, dos animais, dos espíritos, dos mortos. São de difícil interpretação e cronologia mal estabelecida certos sinais gravados em pedra, as *fossettes (covinhas),* espirais, círculos

concêntricos, etc., alguns dos relacionam as civilizações ibéricas com as de outros países.

Foram atribuidas ao período da pedra polida algumas pinturas de rochas e abrigos portugueses, como as de Valdejunco (Esperança, perto de Arronches) e as das margens do Douro. Nenhuma atinge, porêm, a elevação artística das pinturas quaternárias das cavernas espanholas. Apenas uma de Valdejunco apresenta, segundo Breuil, afinidades paleolíticas. Mas em concordância com a ausência do paleolitíco superior, o homem do paleolítico português não se assinalou, ao que até á data se verificou, pelo requintado sentimento artístico dos que com prodigioso talento decoraram a caverna de Altamira.

Os neolíticos de Portugal viviam decerto em tríbus, com acentuadas diversidades de cultura e de costumes, mas relacionadas entre si e mesmo com as de fóra do país, como o provam a posse de instrumentos cuja matéria prima só poderia provir de regiões distantes, e a semelhança dalguns restos arqueológicos achados em pontos muitos afastados uns dos outros. Já possivelmente no neolítico a costa ocidental da Ibéria era uma região de trânsito marítimo entre o Mediterrâneo e os países do norte da Europa.

No fim da pedra polida, segundo Carlos Ribeiro, os povoadores do território português conheciam a domesticação dos animais e alimentavam-se de vegetais, sendo posssível que se dedi-

cassem a trabalhos agrícolas. Está averiguado por documentos osteológicos das grutas da Furninha e Cezareda que algumas tríbus neolíticas praticavam a trepanação do crânio, não estando, porêm, assente entre os arqueólogos se lhes pode atribuir também a prática da incineração e a da antropofagia.

Das ossadas descobertas em sepulturas neolíticas nem todas teem sido utilisadas para um estudo sistemático do tipo físico do homem que nessa época vivia no território português. Paula e Oliveira registou as suas observações em crânios das grutas de Cezareda e do Carvalhal (Aljubarrota), do dolmen de Niza, das cavernas de Montejunto e d'Alcobertas, da sepultura de Folhas das Barradas, e da estação de Liceia. Ferraz de Macedo observou alguns exemplares do Algarve, mas não publicou as suas conclusões. Também Ricardo Severo e Fonseca Cardoso estudaram alguns restos muito fragmentares dos arredores da Figueira. Nós acabamos de analisar fragmentos cranianos extraídos dum dolmen e por Vergílio Corrêa gentilmente submetidos ao nosso exame, e bem assim passámos em revista alguns exemplares neolíticos do Serviço Geológico de Portugal.

De todas essas observações se conclue a heterogeneidade antropológica da população neolítica de Portugal.

Um tipo, dominante, se encontra na anta de

Nisa, em Casa da Moura, em Montejunto, Alcobertas, Folhas das Barradas, talvez noutras estações. É um dolicocéfalo, já diverso do tardenoisiense de Mugem, e mais próximo do dolicocéfalo neolítico francês do Baumes-Chaudes.

Nas grutas de Cezareda, em Monto Junto, no Algarve, etc. observam-se também formas subdolicocéfalas e mesaticéfalas, talvez mixtas de dólico e braquicefalia. Os do Algarve seriam mesorrínicos, segundo Ferraz de Macedo, citado por Leite de Vasconcelos, mas os de Cezareda são leptorrínicos, embora duma leptorrinia moderada.

Encontram-se braquicéfalos e subbraquicéfalos, como um fragmento craniano de Casa da Moura, um crânio de Liceia, uma caloto de Carvalhal, um exemplar do Algarve. Os primeiros, pelo seu contôrno trapezoide e occiput vertical, foram por nós incluidos no tipo *protobraquimorfo* europeu, já representado em Mugem. O exemplar do Algarve seria mesorrínico, segundo Ferraz de Macedo.

Nalgumas mandíbulas de Cezareda, da gruta da Furninha e dos arredores da Figueira, nota-se um alto ângulo mandibular, ao passo que nas de Mugem era baixo. O ângulo sinfisiano em 7 mandíbulas das vizinhanças da Figueira é, em média, de 67°,7, e os índices mandibulares, em 3 delas, vão de 49,2 a 54,2.

Em alguns esqueletos do neolítico português encontram-se a platicnemia, a goteira profunda

do peróneo, o desenvolvimento da linha áspera do fémur, a curvatura superior do cúbito e a perfuração da fosseta olecraniana. Mas a platicnemia e a perfuração olecraniana são mais freqùentes nos ossos dos «kiökkenmöddinger».

A reconstituição da estatura pelas dimensões dos ossos longos deu, em geral, valores inferiores á mediana. No Cabeço dos Moinhos, arredores da Figueira, sobre 1 fémur, 1 cúbito o 1 rádio, obteve-se a média do 1^m,589; no Cabeço do Facho, tambêm perto da Figueira, a média era de 1^m,605; na caverna dos Alqueves um fémur indicava a estatura de 1^m,63. Nos ossos longos das estações neolíticas que estudou, Paula o Oliveira verificou maiores dimensões do que nos do Cabeço da Arruda, o que concordava com um maior volume do crânio.

Na gruta da Furninha, Nery Delgado achou alguns ossos de dimensões tão extraordinárias que aventou a hipótese da oxistência no neolítico português duma raça de estatura gigantesca ou pelo menos pouco comum. Nada veiu ainda confirmar esta hipótese.

No neolítico foi, portanto, habitado o território português por tríbus de diferentes origens antropológicas, entre as quaes se encontravam ao que parece, não só parentes ou descendentes de alguns dos remotos pescadores de Mugem (como protobraquicéfalos e possivelmente alguns dolicoides e tipos mixtos modificados), mas também

representantes de novos tipos (como o francês de Baumes-Chaudes). Não apresentava, pois, pelo seu tipo físico, como pela sua cultura, a população neolítica do ocidente ibérico uma individualidade étnica de tal modo perfeita que seja lógico ir buscar a tão remota data a origem natural da nacionalidade.

Mas, se essa população não constitue ainda um agregado nacional, já nela figuram elementos étnicos que entraram dum modo importante na composição antropológica da população actual do país. Alguns, como os protobraquimorfos, virão a ser eliminados, absorvidos ou transformados. Mas outros, como o dolicoide de Baumes-Chaudes, coevo da construção dos dolmens e dos primeiros castros, virão a formar uma grande massa da população portuguesa de hoje.

III

ETNOGENIA PORTUGUESA

(CONTINUAÇÃO)

Não é fácil distinguir, com rigor, na época dos metais, em Portugal o que pertence á preistória e o que está no domínio da protoistória. Por outro lado, os achados arqueológicos relativos a essa época não são tão abundantes no país, que se possa fazer com minúcia e exactidão bastante a sua classificação e sistematisação cronológica.

O periodo eneolítico está representado em Portugal por algumas sepulturas do sul do país, pelas criptas d'Alcalar, pelas grutas artificiais de Palmela, por alguns vestígios encontrados nas vizinhanças da Figueira, etc. As grutas sepulcrais de Palmela oferecem afinidades com outras necrópoles de Espanha, França, Irlanda e Sicília. Os túmulos de cúpula d'Alcalar são semelhantes a outros da Península (Millares), e parecem derivar,

segundo Dechelette, dum prototipo do este do Mediterrâneo (minoense primitivo). Como no neolítico, Portugal continuava pois, ao iniciar-se a época dos metais, a receber influências extranhas, que se manifestariam ainda no decurso da idade do bronze. Estava na via marítima do oriente mediterrâneo e egeu para os países do norte da Europa, donde nesta idade e ainda depois, viriam o estanho, o ouro e o âmbar. Dechelette escreve tambêm que a região da Gironda recebeu muito cedo o estanho dos jazigos portugueses.

Comquanto Briteiros e Sabroso pertençam, sobretudo, uma á civilisação luso-romana, outra á idade do ferro, ali se encontraram, segundo alguns, vestígios da civilisação micénica. O losango cíclico de Briteiros, por exemplo, ligaria esta *citânia* a Mycenas, e porventura á Ásia, donde o losango provêm, ao que parece.

O vaso caliciforme de Alpiarça, que descrevemos com outros restos da idade do bronze do mesmo lugar (1), é muito semelhante a um de Abydos, mas a origem egípcia e mesmo mediterrânea oriental dêstes vasos é contestada, havendo até quem afirme tratar-se dum tipo primitivo por excelência, que se deve encontrar por toda a parte.

(1) Mendes Corrêa — *Sobre alguns objectos protolstóricos e lusitano-romanos, especialmente d'Alpiarça e Silvã* — «Arqueólogo Português», vol. XI, Lisboa, 1917.

Biberons ou bules de barro do mesmo local, também por nós descritos, pertencerão a um tipo semelhante ao de alguns exemplares dos palafitas da quarta idade do bronze da Europa Central.

O colar de ouro da sepultura da Quinta da Água Branca indica possível afinidade escandinava.

Mas tais afinidades de formas, algumas mesmo superficiais, não traduzem sempre necessariamente estreitas relações de civilisação. Civilisações idênticas se podem desenvolver independentemente por um fenómeno espontâneo e natural. De resto, está assente que a Península Ibérica «não teve apenas um papel passivo na difusão da cultura». A muitos objectos se deve atribuir um certo cunho de individualidade. Abundavam em Portugal as minas de cobre e estanho; o fabrico de objectos metálicos, como dos de cerâmica era, sem dúvida, ao menos em grande parte, indígena. Ainda há pouco tempo o sr. Joaquim Fontes descreveu um molde de fouces de bronze, descoberto no Casal de Rocanes. O sr. José Fortes descreveu também os restos achados num esconderijo de fundidor mercante do período tsignaniano, em Viatodos, perto de Barcelos. Outros tesouros de negociantes fundidores se teem encontrado no país.

A edade do ferro deveria ter começado tardiamente em Portugal, em vista da facilidade em obter aqui o bronze com os recursos mineiros do territorio. A primeira edade do ferro (halstatiana) deve pertencer a necrópole d'Alcácer do Sal,

onde se encontraram vestígios da indústria grega. Tambem Estâcio da Veiga faz remontar a essa data o cemitério algarvio de Bensafrim. Em Sabroso encontraram-se fíbulas da 1.ª e 2.ª edades, em Santa Luzia uma fíbula incompleta da 1.ª edade, e no castro de Pragança (Cadaval) fíbulas da 2.ª edade (La Tène). As estações de Santa Olaya, Crasto e Chões (vizinhanças da Figueira) foram classificadas marneanas ou de La Tène I, e receberam influências ibero-púnicas talvez do S. da Península, por via marítima. Ao elemento púnico atribue tambêm o arqueólogo Santos Rocha certas reminiscências da Etrúria e do oriente mediterrâneo, ali constatadas. Tirante essas influências tudo o mais nas mesmas estações é pobre e bárbaro: o mobiliário apresenta o tipo da 2.ª edade do ferro da Europa, mas a arte reduz-se a pouco ou a nada. A cerâmica de Sabroso com palmípedes estampados terá, como a similar da Armórica, origem itálica.

O sr. José Fortes, estudando as fíbulas do nóroeste da Península, estabelece a introdução tardia dêsses objectos na região, e, assinalando uma assimilação de fórmas gaulesas e itálicas, regista entretanto a creação dum tipo original. O sr. Vergílio Corrêa numa placa de bronze e oiro e em fíbulas da edade de ferro de Conímbriga, estabelece aproximações itálicas e gregas.

As influências fenícias e púnicas descortinam-se no mobiliário de certos ópidos alemteja-

nos, em artefactos do Algarve. As contas de vidro da necrópole de Fonte Velha (Bensafrim), sugerem paralelismos com exemplares cartagineses. O sr. Costa Ferreira descreveu dois vasos em forma de garrafa, com um bocal maxilar, existentes no Museu Etnológico Português, que lhe parecem de origem púnica. Algumas inscrições em caracteres ibéricos teem sido descobertas, e, se é certo que êstes caracteres são d'origem fenícia, assinalam portanto esta influência. De resto, como afirma Dechelette, a via marítima do Atlântico fez a fortuna das gentes de Tyro, Sidon e Tartêssio, e não só a navegação de cabotagem traria as suas estreitas aproximações com os indígenas do território português, como as riquezas dêste último não poderiam deixar de as atrair.

As influências helénicas, manifestadas não só em Alcácer do Sal, Conímbriga, Briteiros, etc. já citadas, mas também na cerâmica pintada de S. Julião (perto de Caldelas) e noutros castros, revelar-se-hão ainda talvez no touro de bronze existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, e na œnoché de bronze encontrada em Rio Maior e descrita pelo sr. Joaquim Fontes. Mas é possível que algumas dessas influências se não tivessem exercido directamente. Na œnoché ter-se-hiam exercido através das œnochés etruscas. Briteiros, S. Julião, etc. atingem o período da dominação romana.

Neste período efectivamente teem a sua época

florescente grande número de *castros*, *castelos*, *citânias* e *cividades*, povoações, geralmente fortificadas, no alto dos montes, e particularmente abundantes no norte e centro do país. Algumas eram apenas recintos fortificados a que os povos das planícies se acolhiam transitóriamente quando acossados pelo perigo. Em geral, revelam a miséria e atrazo em que viviam as suas populações.

Erraria quem pretendesse atribuir exclusivamente a influências exóticas a cultura protoistórica e luso-romana de Portugal. Dechelette reconhece a individualidade do génio ibérico. Há que reconhecer de facto que os povos ibéricos conservaram até muito tarde os seus antigos costumes, e em muitos dos achados arqueológicos das idades dos metais no território português, que referimos, há inegavelmente traços originais e próprios. É crível que certas fórmas, supostas de origem exótica, tivessem pelo contrário, aqui a sua origem, ou houvessem nascido duma cultura ibérica autónoma e distinta, paralelamente ás formas extrangeiras. Nas fíbulas, nas armas, na joalharia, na propria cerâmica, os lusitanos, a despeito do seu atrazo cultural, afirmaram um certo cunho de individualidade, e resistiram á própria influência romana. Os arqueólogos portugueses notam com patriótico orgulho que, perante a invasão romana, os habitantes dos castros «se mostravam refractários aos usos dos conquistadores».

*

Quer pela imaginativa de alguns antigos historiadores portgueses, desejosos de aristocratisar o seu povo, filiando-o em personagens e povos da Bíblia, da mitologia antiga ou da história clássica, quer pelas hipótese de eruditos contemporâneos, debruçados sobre os textos ou escavando as ruinas arqueológicas—múltiplas origens se têm atribuido aos portugueses. São raros os que ao núcleo neolítico, do padrão de Baumes-Chaudes, vão buscar a principal filiação étnica dêste povo, como scientificamente é lícito supôr. Mais freqüentes são hoje os que fazem dos portugueses um confuso e intrincado amálgama de povos protoistóricos e históricos que em migrações sucessivas teriam aportado á Ibéria.

Das velhas lendas que atribuem a personagens mitológicos ou dos tempos heróicos a chefia das expedições que primeiro vieram povoar o território português, nada se mantêm hoje na história. Foram talvez afinidades onomásticas que sugeriram a asserção de que Tubal, filho de Japhet, capitaneara os primeiros povoadores da Lusitânia, aportando com êles ao local onde hoje é *Setubal*. O mesmo se deu, atribuindo-se a Ulysses a fundação de Lisboa (Olisippo) e da Lusitânia. Esta tiraria o seu nome de *Lysas*, filho de Baco e seu antigo rei.

Tratar-se-ia de fantasias meramente inspiradas em taes afinidades, ¿ou traduziriam já essas asserções o reconhecimento de velhas influências do oriente mediterrânco no ocidente ibérico? Não o pudemos apurar.

Mais modernamente, tem-se dito que foram os iberos os primeiros povoadores do território, considerando-os, uns, autóctones, outros de proveniência africana. Os lusitanos seriam iberos ou celtiberos, isto é, resultantes da fusão dos iberos com os celtas, invasores do seu território.

Para outros, os lígures teriam a prioridade na meseta ibérica. Schutel, considerando os lusitanos como iberos, e afirmando que os celtas antecederam na meseta os iberos, d'origem africana, dá os lígures como a população primitiva da Península e admite que os vasconços constituam suas sobrevivências. D'Arbois de Jubainville, estendendo os lígures a toda a Europa ocidental, atribuía-lhes os monumentos megalíticos e a civilisação da pedra polida, que não distinguia da do bronze. O português Martins Sarmento supoz estabelecer aos lusitanos a filiação ligúrica, formulando mesmo uma etimologia do nome: *ligus —ligusitanus—liusitanus—lusitanus.*

Os celtas também recolhem alguns sufrágios. Durante muito tempo recusou-se crêr na existência de *pre-celtas* no território. Pinho Leal, sem o recusar, dá á palavra *Lusitânia* uma origem céltica: *lous* (guerreiro) e *tan* (país)—país de guerreiros.

Não é, porêm, possível por emquanto identificar os povoadores preistóricos do território português com os primeiros póvos citados pelos textos no ocidente europeu. A origem da civilisação tardenoisiense esclarece talvez sobre a proveniência meridional do *Homo taganus* e dos protobraquicéfalos de Mugem, que, tendo o seu berço na Asia, acompanhariam aquele ao longo das costas septentrionais da África, emquanto outra onda migratória subiria o Danúbio até á Baviera Oriental (Ofnet) (1). O dolicocéfalo neolítico oferece a seu turno os caracteres da moderna raça ibero-insular ou mediterrânea, freqüentemente suposta a dos velhos iberos. Mas os textos mais antigos não permitem estender a designação de iberos a outros povos além dos que habitavam nas proximidades do Iberus ou Ebro, sendo possivel que tal designação fôsse mais geográfica do que étnica. Por outro lado, quando do século VI para o V, Hecateu de Mileto faz a mais antiga referência histórica aos iberos, já o sudeste espanhol vinha sendo, desde muito antes, povoado por populações antropologicamente mixtas como as das necrópoles d'El Argar. Não é forçoso nem crível que, para todos os povos da história, a uma individualidade étnica tenha sempre correspondido uma perfeita individualidade antropológica.

(1) Mendes Corrêa — *Sur les brachycéphales prenéolithiques*, etc., op. cit.

Os lígures são citados pelos textos muito antes dos iberos, mas ainda assim é dificil aproxima-los de qualquer dos elementos neolíticos de Portugal. A idade do bronze começa na Gália cerca da 2.ª metade do 3.º milenário antes de Cristo e só no século VIII a. C. é que Hesíodo faz a mais antiga referência histórica àquele povo. A arqueologia permite, porêm, considerar a idade do bronze como o período ligúrico por excelência. Não consente, porêm, que a designação étnica de lígures seja recuada até ao neolítico — e especialmente ao neolítico português — se bem que, admitindo-se a braquicefalia ligúrica (não provada), alguma relação poderia haver entre êles, a distribuição dos monumentos megalíticos, as migrações dos protobraquicéfalos europeus e porventura a distribuição actual da braquicefalia nas costas europeias. A invasão da Grã-Bretanha na idade do bronze pelos protobraquicéfalos estaria em concordância com a existência neste país de colonias ligúricas nos tempos protoistóricos, e com as relações dos lígures com o norte sobretudo no tráfico do ambar.

Mais tais identificações são pelo menos prematuras. Dè resto, não só é certo que pouco sabemos da caracterisação física de muitos dos primeiros povos históricos, como é também certo que a ignorancia dos autores antigos a respeito de alguns dêsses povos, como os iberos e os celtas, é notória e por êles mesmos confessada. Só

assim se explicam as obscuridades, confusões, discordâncias e contradições enormes de alguns textos. (1)

A arqueologia permite supor, como vimos, a vinda dos fenícios á costa ocidental da Ibéria em tempos muito remotos. A história confirma as expedições marítimas das gentes fenícias àquêm das colunas d'Hércules; seduzi-las-iam as riquezas naturais da Ibéria e dos países do norte. No século XII a. C. pouco mais ou menos, deveriam ter fundado no sul da Ibéria a importante colónia de Gades. O tipo semita-fenício foi estabelecido por Fonseca Cardoso na população piscatória da actual Póvoa do Varzim. Resta saber, porêm, até que ponto a influência fenícia se fez sentir directamente no território português, e até que ponto ela se exerceu por intermédio dos seus colonos de Tartesso e dos cartagineses ou libifenícios, cuja acção na Península está historicamente muito melhor determinada.

A vinda dos gregos ao território português não está tão bem estabelecida como ao N. E. e ao S. da Península. Os dados arqueológicos, considerações geográficas (vizinhança das colónias gregas peninsulares, relativa proximidade da colónia focense de Massalia—Marselha—), e alusões mais ou menos vagas de alguns textos não muito re-

(1) Sobre os povos antigos do território vd. nossos *Estudos da etnogenia portuguesa*, cit.

motos, levam a admitir que ao ocidente ibérico tivessem aportado gentes da Grécia e das suas colónias mediterrâneas. A formosura notória das mulheres contemporâneas d'Ílhavo (Aveiro) inspirou a suposição da filiação helénica de algumas populações do litoral português. Mas trata-se duma divagação literária, ainda não confirmada pela sciência antropológica.

É mais problemática ainda a presença dos lígures no ocidente ibérico nos tempos protoistóricos. Já vimos como não é possível rigorosamente fazê-los remontar ao neolítico como entidade étnica definida. Mas a sua vinda, pelo menos nos tempos protoistóricos, tem sido acerrimamente proclamada. Um trecho de *Ora maritima* de Festo Avieno, que teria sido inspirado por um périplo fenício do século VI a. C., sugeriu a asserção. Esse trecho dá o «pernix Ligus», com os Draganes, situado «sub nivoso maxime septentriono», perto dos Cempses e dos Sefes que habitavam «arduos colles» no campo d'Ophiusa (designação da costa ocidental da Ibéria). Mas a «editio princeps» contêm *Lucis* o não *Ligus*, e a expressão «sub nivoso maxime septentrione» tanto se poderia referir ao norte de Portugal, como ao de Espanha, como aos países setentrionais, — á Grã-Bretanha, por exemplo. O mesmo Avieno fala da expulsão duns lígures das regiões geladas do Ursa, pelos celtas.

O culto do Deus Bormânico em Vizela, o ra-

dical *asc* das minas de *Vipascum*, no Alemtejo, a designação do rio *Durius*, igual á dum afluente do Pó, e outros elementos isolados não bastam para formular a hipótese da influência ligúrica no ocidente peninsular. Nem o culto do cisne astral, nem uma grande abundância de fouces de bronze, tão numerosas no território ligúrico, aqui se constatam. Mas é possivel, com razões geográficas análogas às invocadas para a influência grega, e com o conhecimento do facto histórico da existência de ibero-lígures sobretudo no sudeste espanhol, admitir a referida hipótese. De resto, os lígures, alêm de agricultores, eram mercadores e viajantes. Os seus tráficos terrestres e marítimos com o norte são conhecidos e os atractivos das minas portuguesas tê-los iam trazido aqui, embora mais como negociantes, do que como colonos sedentários, dados os seus raros e discutíveis vestígios no território.

A aceitarmos a cronologia indicada para o poema de Avieno, os mais antigos povos mencionados nos textos como habitando a faixa ocidental da península, seriam do sul para o norte os cinetes, cempses e os sefes, talvez os draganes, o aqueles designados por *Lucis* ou *Ligus*.

Os tartéssios são em geral colocados na bacia do Betis (Guadalquivir), estendendo-se do Anas (Guadiana) ao Iberus, onde Avieno coloca os iberos, entendidos *strictu sensu*. Herodoro (sé-

culo V. a C.) dá entretanto os tartéssios entre as tribus iberas, com o que está em contradição a filiação ligúrica que Martins Sarmento lhes pretendeu atribuir.

Os cinetes, cinésios, cónios, cúneos ou cunetes habitariam junto do promontório sacro, havendo iguais divergências na sua filiação étnica. O Anas separa-los-ia dos tartéssios, seus visinhos de leste. Ocupariam assim a região correspondente ao Algarve actual.

A situação dos cempses e sefes é mais problemática. Se por *jugum Cepresicum* (Cabo Espichel) se deve no poema de Avieno ler antes *jugum Cempsicum,* como alguns pretendem, os cempses estender-se-iam talvez dos confins do território dos cinésios até junto daquele Cabo. Poucas referências aparecem, porêm, aos cempses nos textos históricos: Avieno noutro poema alarga o seu território até aos Pirineus, e no século III ou IV da era cristã Dionísio diz que os cempses habitam «ad radices Pyrenaei». Em Prisciano, que mais tarde parafraseia Dionísio, encontrámos também uma referência a êste povo de tão mal estabelecida área de dispersão geográfica e a que a história mal alude nesses raros textos.

Mais enigmáticos são ainda os sefes, que alguns autores pretendem identificar com os gletes, por Herodoro colocados ao N. dos cinetes. Nenhuma outra referência além da de Avieno apa-

rece a tal povo. Análogas dúvidas e obscuridades há para os draganes, que com o *pernix Lucis ou Ligus* o périplo fenício coloca «sub nivoso maxime septentrione» perto dos cempses e dos sefes. O texto não os situa claramente, como a êstes dois últimos, «Ophiusae in agro», o que permite pôr em dúvida que fôssem propriamente habitantes da região correspondente ao Portugal actual. A admitirmos que fossem indígenas da *Ophiusae frons*, não poderíamos então, em vez de corrigir *Lucis* em *Ligus*, vêr antes no termo, *Lusis* ou melhor *Lusus?* Seria essa a mais antiga referência aos lusitanos, os quais só no século II a. C. começam a ser acusados noutros textos.

No século V Herodoto afirma que junto dos cinetes, no extrêmo ocidental da Europa, havia celtas. No século IV, Ephoro também os dá no ocidente, e Aristóteles, coloca-os «acima da Ibéria, numa região de frio muito rigoroso». O caminho de Hércules conduzia, segundo Aristóteles, da Itália até aos celtas, celto-lígures e iberos. Entendendo a Ibéria *strictu sensu*, o norte da Espanha confundir-se-ia assim talvez com as regiões setentrionais do norte da Europa, onde do século II em diante os escritores estabelecem a origem dos celtas. Políbio no século II refere-se aos célticos e celtiberos da Ibéria. Um trecho de périplo anónimo do século I atribuido a Scimnos de Chio leva a supor que as origens do Tartesso fossem povoadas por celtas. No princípio da era

cristã, Diodoro Sículo restringe a designação de celtas a povos d'alêm Pirineus, mas, referindo-se ás lutas entre celtas e iberos na Espanha, diz que acabaram por se fundir entre si, originando os celtiberos. O seu coevo Estrabão, estabelecendo também a Céltica alêm Pirineus, localisava alguns célticos na Ibéria, em especial exactamente no ocidente. Na Mesopotâmia entre o Tejo e o Anas colocava uma maioria de célticos com uma minoria de lusitanos; ao norte da Lusitânia, no extremo do noroeste da Ibéria, junto dos artabros do Cabo Nério, situava também célticos, crendo-os próximos parentes dos das margens do Anas; a leste dos carpetanos, vetões, váceos e calaicos (por alguns abrangidos nos lusitanos, e que êle parece considerar antes tribus limítrofes dos lusitanos a leste) colocava os celtiberos. No século I da era cristã, Pompónio Mela, dizendo que os artabros pertencem à nação céltica, coloca os célticos, do Douro para o norte. No mesmo século Plínio diz que os célticos da Bætúria (os do sudoeste), de entre o Betis e o Anas, vieram da Lusitânia e são um ramo dos celtiberos.

Em suma, os textos desde o século V a. C. não permitem duvidar da presença de celtas, ou melhor de povos célticos, no ocidente da Península. O onomástico confirma essas asserções, e até permite supôr a existência de celtas entre o Tejo e o Douro, região onde os textos os não mencionam claramente. Parece, porêm, segundo os

dados arqueológicos, que a influência dos celtas não impediu que os povos ibéricos conservassem até muito tarde os seus antigos costumes, como nota Dechelette. Os σαύνϛα lusitanos teem *barbelures* que se não encontram nos dardos celtas. A grande espada de ferro halstatiana não chega a aparecer em parte alguma da Península.

O domínio celta em Portugal, como em Espanha, iria desde o século VI-V antes de C. até à conquista cartaginesa (fim do séc. III). A sua influência nalguns pontos chegaria mesmo até à época romana.

Os cartagineses já no século VI a. C. deveriam ter, segundo um texto de Avieno, estabelecimentos aquêm das colunas de Hércules, decerto na região do Tartesso. A conquista da Península por Amilcar começou no século III a. C., e Políbio, no século II, fala-nos de cartagineses do país dos cónios e na Lusitânia. Já vimos que a arqueologia concorda com o que dos textos se deprcende sôbre a influência púnica no território português.

*

Da Lusitânia e dos lusitanos — se a interpretação de Avieno não tem fundamento — se começa a falar com os domínios cartaginês e romano na Península. Até aí as concepções etnográficas do ocidente ibérico sâo extremamente obscuras e

confusas, e como bárbaros passam os indígenas, ainda, aos olhos dos seus dominadores. Diodoro Sículo incluo os lusitanos entre os iberos, dizendo-os os mais fortes de todos e colocando os seus povoados no alto de rudes montes. Eram êstes povoados os *castros* e as *citânias* dos arqueólogos.

Estrabão marca á Lusitânia por limites o Tejo ao sul, o Oceano ao ocidente e ao norte, e os carpetanos, vetões e calaicos (por outros incluidos nos lusitanos) a leste. A província romana da Lusitânia ficava, porêm, compreendida entre o rio Douro ao norte, o oceano a oeste e sul, o Guadiana e os limites da Bética a leste.

Assim, os lusitanos históricos habitavam entre o Douro e o Tejo, estendendo-se, porém, alguns para o sul do Tejo e não sendo bem claras as relações e afinidades com êles, dos brácaros, calécios, artabros e outros povos do norte do Douro, como dos carpetanos, vetões, váceos, túrdulos, etc. Sem dúvida, tratava-se não dum só povo ocupando o ocidente ibérico, mas de diferentes tribus, senão homogéneas, pelo menos com certas afinidades. Entre essas tribus, as que mais se assinalaram pelo seu número, valor, patriotismo, costumes, etc. foram as dos lusitanos, porque só assim se explica a importância especial que lhes ligaram desde logo os escritores coevos das ocupações cartaginesa e romana. Se, portanto, a Lusitânia se não ajusta perfeitamente ás fronteiras do Portugal de hoje e não há uma si-

nonimia rigorosa entre lusitano e português, é inegável que os lusitanos constituem entre os indígenas históricos do território o núcleo mais importante da futura população portuguesa.

Confirmando o que os textos largamente relatam sôbre a valorosa resistência dos lusitanos à conquista romana, a arqueologia mostrou-nos já o cunho indelevel do génio nacional e a relutância do indígena em receber a cultura extranha. Com as guerras entre lusitanos e romanos, com os feitos heróicos de Viriato, nasce a epopeia portuguesa e surge a Nação. Reduzindo emfim o país ao seu domínio, Roma forneceria a êstes povos, com a língua una e com as concepções do direito, o mais forte instrumento da soberania popular: o município. Êste guardaria intactas, através das subseqùentes invasões dos povos do norte, de árabes e de berberes, e ainda depois perante a ameaça do feudalismo, as fôrças vivas da nacionalidade nascente.

Não nos deteremos na menção de pormenores relativos ás invasões do povos do norte que se desencadeiam desde o princípio do século sôbre a Lusitânia, entendida latamente, isto é, desde o extremo norte da faixa ocidental da Ibéria até ao Promontório sacro e foz do Guadiana. Do Douro para o norte instalaram-se os vândalos e suevos, de origem germânica, para o sul do Douro os alanos que não eram germânicos, e no extremo sul do país alguns ramos dos vândalos, os silin-

gos. Poucos anos duraram êsses domínios. O mais longo foi o dos suevos.

Novos invasores nórdicos vieram apoderar-se do território: os visigodos. Quási três séculos teve o seu domínio de duração. Com a batalha de Guadalete em 711, extinguia-se o império visigótico de Espanha. Pouca importância etnogénica deveremos nós atribuir aos vândalos e alanos na Lusitânia. Maior foi, porêm, a dos suevos, e muito maior ainda a dos visigodos. Naturalmente de cultura inferior aos romanos, os invasores nórdicos iam pouco a pouco adotando a civilização luso-romana, a despeito do seu predomínio político e militar. Afinal de contas, constituiram quási apenas uma aristocracia guerreira, que, iniciando mais tarde a reconquista aos árabes e fundando pelas armas as nações ibéricas modernas, traduziria, integrada já pelos costumes e pela língua na população indígena, as aspirações desta. Como os romanos, foram até certo ponto instrumentos da soberania dos povos que subjugaram dum modo menos profundo do que geralmente se pensa.

A dominação árabe e berbere estende-se do século VIII ao fim da primeira metade do século XIII em alternativas de tolerância e de despotismo. Alguns autores afirmam que os povos ibéricos não sentiam em relação a êsses invasores (como a não teriam sentido em relação aos africanos enviados por Cartago muitos séculos

antes) a antipatia natural que só é dictada pela disparidade da raça.

A facilidade com que os invasores se acomodavam aos costumes e organizações indígenas como a facilidade com que os indígenas adoptavam também os costumes e a supremacia política dos primeiros, são sintomas de que não havia entre êles um antagonismo essencial. Quando os cavaleiros cristãos da reconquista, no século XI, arrancam ao domínio árabe grande parte do território português, existe uma população livre nesse território. Apoiando os reis contra a ameaça do feudalismo, os municípios e o povo encontram nos monarcas a garantia duma unidade nacional, que a aristocracia militar, tendo inconscientemente trabalhado por ela, ameaçaria depois pulverisar.

Deve notar-se que a separação de Portugal de Leão e de Castela se fez mais facilmente do que se poderia supôr. As guerras entre portugueses e castelhanos no início da monarquia portuguesa quási sempre surgiram de dissensões mais sôbre a posse de terrenos fronteiriços do que sôbre a questão máxima da independência portuguesa. Isso não se explica por uma repartição artificial de territórios entre chefes militares ou famílias aristocráticas. Não se explica pelos costumes feudais que levavam os reis a reconhecer nos senhores, quási uns seus iguais, e a conceder-lhes uma soberania absoluta, uma quási independên-

cia, nos seus territórios. Aquele facto é apenas a expressão de que Portugal era já, antes do conde Henrique e de Afonso I, uma nação. Quando em 1383 morre o rei D. Fernando e as combinações dinásticas ameaçam colocar Portugal debaixo do scetro castelhano, é o sentimento popular, é a alma da nação, que arma o braço de D. João I e conduz Nun'Alvares á vitória de Aljubarrota. Nessa data ainda muitos grandes de Portugal desconheciam um patriotismo que o povo desde muito sentia. Resgatar-se-iam da sua falta em 1640, revoltando-se contra o domínio de Filipe IV.

*

Reconquistado aos sarracenos o território português, ainda neste permaneceram muitos indivíduos dos povos vencidos. Pelo nome de *mouros* eram os sarracenos designados no país. Lendas e tradições deles nos falam. Documentos da época atestam a sua permanência num regimen tolerante, e ainda hoje um bairro de Lisboa conserva o nome de *Mouraria*.

Não se traduzindo em qualquer ruidoso episódio de predomínio político, antes feita silenciosa e lentamente no curso dos séculos, é a migração judaica. A actividade mercantil e financeira dos judeus não foi apagada, na história portuguesa.

Já na época visigótica a sua importância era muito grande.

Quando D. Manuel I em 1497 decreta a expulsão dos judeus, constituem êles também uma parte importante da população do país. Posteriormente, a história da Inquisição em Portugal está recheada de documentos da sua permanência no país, através de todos os perigos e perseguições, embora transformados em *hanussim* (1) ou *nosrim hadash* — cristão novos. Dos expulsos no século XV ainda se encontram hoje na Holanda descendentes que falam o português. As mais conhecidas colónias de *sepharadim* (judeus do ocidente) em Portugal localizaram-se em Penamacor, Bragança, Mezão-Frio e Covilhã, não falando em Lisboa. Ainda existem sobrevivências de algumas.

As migrações dos tsiganos na Europa ocidental estenderam-se também ao território português. Alguns autores do século XVI e seguintes se lhes referem e há leis várias decretando a sua expulsão do país, onde aliás se foram conservando, sobretudo no Alentejo. São designados por o nome de *ciganos* e êles próprios se chamam *caló*, *calé*, *calli*, *rom*. Ainda hoje se ocupam em trabalhos de circo por feiras provincianas, em pequenos tráficos de animais, na leitura da *buena-dicha* e... na prática de furtos. São raros os metalúr-

(1) Tradução literal: forçados.

gicos e os fabricantes de objectos de vime ou de madeira. Falam o português, o espanhol e o *rumanho*. Êste é, segundo o sr. Adolfo Coelho, um mau espanhol semeado de palavras especiais, na maioria de origem tsigana. Na gíria portuguesa há muitas palavras dessa origem: a própria designação da gíria — *calão* — o é.

Desde a ora das conquistas e descobrimentos marítimos, se deram movimentos migratórios de algum interesse entre Portugal e o Brasil, a Índia e a Africa. Um momento há na história em que Lisboa se converte num centro cosmopolita, a que afluem indivíduos das mais longínquas gentes. O tráfico de escravos nos séculos XVI e seguintes trouxe a Portugal muitos negros africanos: em 1551 êles constituem 9,95 % da população de Lisboa, em 1620 6,3 %. Alguns, tornados *fôrros* ou libertos, iam para a província e montavam um pequeno comércio, em geral uma casa de bebidas: tornou-se vulgar êsse tipo de taberneiro negro. Em parte alguma a mestiçagem deixou, porêm, vestígios muitos profundos, graças ao regresso ao tipo dominante, á excessiva diluição na massa total do sangue indígena, ao facto do número de mulheres brancas ser elevado em relação aos homens brancos, e até á resistência natural ao cruzamento. É inexacta a asserção de alguns autores de que, em Lisboa sobretudo, uma parte enorme da população é de *mulatos*. Nem o índice nasal, nem o índice de prognatismo, acu-

sam na população portuguesa uma forte dosagem do sangue nogro (1).

As relações étnicas com os países ouropeus do ocidente continuam nos tempos históricos. Naturalmente a Espanha vem na cabeça do rol. A Galiza especialmente, tem uma emigração importante para Portugal. Mas a Inglaterra, a França, etc. também estão representadas no país, sobretudo nos centros populosos do litoral, Lisboa o Pôrto. Grande número de comerciantes do Pôrto são ingleses e alemães. Em tempo, foi o rio Douro muito visitado por naus flamengas o doutros países do norte. As invasões napoleónicas e as remessas de soldados ingleses para a Península no princípio do século XIX, as irrupções de piratas normandos e argelinos no litoral no princípio da monarquia e mesmo em tempos mais remotos, as expodições de cruzados que, de passagem para a Palestina, aportavam ás costas portuguesas nos séculos XII e XIII,—embora sem a importância etnogénica das grandes colonizações,—são factos a mencionar.

Apesar de ter, em todos os tempos, abrigado gentes de tão diversas origens, Portugal é hoje um dos países da Europa menos heterogéneos sob o ponto de vista somatológico.

Adoptando a teoria das raças puras, a homo-

(1) D. G. Dalgado—*The Climate of Portugal and Notes on its Health Resorts*—Lisbon, 1914, p. 224.

geneidade antropológica dos portugueses actuais seria um índice do seu valor histórico e social. Adoptando pelo contrário a da superioridade dos mestiços, não seria inoportuno relembrar em favor dos portugueses as multidões de gentes diversas que pisaram o território em tempos remotos e se fundiram na unidade nacional. Mas não tomaremos perante as duas doutrinas opostas, outra atitude que não seja a duma prudente reserva: é cedo ainda para generalisarmos sôbre os precários dados colhidos.

Admitindo mesmo uma inferioridade dos portugueses, poder-se-ia talvez recordar a frase de Durand de Gros: «Não há raça necessáriamente votada a uma inferioridade eterna». Recusando embora ás condições externas a categoria de factores exclusivos da evolução, que é determinada também por factores internos, e não crendo possível que se venham a erguer aos mais altos estádios da civilização e hegemonia certas raças, como os australianos e os pigmeus da Ásia e Africa, admitimos entretanto a possibilidade do aperfeiçoamento de povos inegávelmente bem dotados, como é o nosso.

*

São muito reduzidos os dados de interêsse antropológico que teem sido registados em estações protohistóricas portuguesas. Apenas na série eneo-

lítica da gruta de Palmela se verificou que os índices cefálicos iam da dolicocefalia pura á sub-braquicefalia, encontrando-se caracteres mixtos das formas dolicocéfalas e braquicéfalas do neolítico. A princípio supoz-se que as necrópoles das vizinhanças de Cascais (Alcoutão e Abujarda) fôssem coevas da civilização halstattiana, quando muito da romana. Hoje são consideradas germânicas.

Só em relação á época da dominação romana se reata o fio da evolução antropológica da população do território. Nos registos manuscritos de Ferraz de Macedo verificámos que em 12 crânios masculinos da época romana da Algarve havia 2 sub-braquicéfalos e 1 braquicéfalo, e em 14 femininos se encontraram 5 sub-braquicéfalos e 1 braquicéfalo. Isto corresponde a uma percentagem de cêrca de 35 % de braquicéfalos e sub-braquicéfalos para uma maioria mesati-dolicóide. O índice nasal em dois crânios do Algarve, um mesaticéfalo, outro sub-dolicocéfalo, é de 38,7 para o segundo, 47,96 para o primeiro. A diferença é grande, embora dentro da leptorrinia. Os índices orbitários são respectivamente de 80, 71 e 100,0. Um sub-braquicéfalo (n.° 9) tem o índice orbitário de 94,6. Em geral a capacidade craniana é grande. Se atendermos a que em Portugal a percentagem de crânios braquicéfalos é hoje de 6 a 8 %, a percentagem da época romana do Algarve surge enorme. É certo que essa província é

ainda hoje das menos dolicóides do país, mas em crânios da época árabe do Algarve, os registos de Ferraz de Macedo não dão senão dolicocéfalos.

Num cemitério romano de Viana do Alemtejo, do IV ou V século, encontraram-se alguns crânios sôbre cujas fotografias o sr. Costa Ferreira emitiu o parecer de serem dolicocéfalos occipitalisados «da raça primitiva da Península» e 2 deles mestiços de dolicocéfalos e braquicéfalos, de norma vertical nítidamente pentagonóide e face larga, como as órbitas e aberturas nasais. «O contôrno da face, qùási quadrada, a horizontalidade do bôrdo inferior das maxilas, e a forma arredondada do mento, lembram mesmo — diz Costa Ferreira — certos crânios romanos...». No século XVI Amato Lusitano notava grandes semelhanças fisionómicas entre os habitantes de Lisboa e os de Roma.

Em supostos lusitanos e romanos duma necrópole de Vila Franca de Xira encontrou Ferraz de Macedo sub-dolicocéfalos, mesaticéfalos, apenas um dolicocéfalo e nenhum braquicéfalo.

Na necrópole de Nossa Senhora do Destêrro, perto da Figueira, Ricardo Severo e Fonséca Cardoso, encontraram num crânio a dolicocefalia (ind. cefálico 70, 32), e a estatura calculada sôbre 1 fémur e 1 tíbia, é de $1^{m},628$. Na de Ferrestelo, também perto da Figueira, os mesmos autores tiraram algumas medidas em 3 crânios e em 10 ossos longos. Dois crânios masculinos são

ambos dolicocéfalos; outras medidas num deles mostram face alongada, órbitas microsemas, leptorrinia. Um crânio feminino era mesaticéfalo, de órbitas microsemas quási mesosemas, face um pouco mais curta, mesorrínico. A estatura calculada sôbre 9 ossos longos masculinos era em média $1^m,618$.

Da época germânica, as sepulturas alinhadas de Cascais fornecem alguns documentos.

Nestes se reconheceu o tipo nórdico ou kímrico, alto, de cabeça alongada, leptorrínico, de grande desenvolvimento frontal. Estudando alguns dêsses restos, encontrámos nós exemplares braquicéfalos em pequena proporção. A estatura calculada sôbre medições de Paula e Oliveira, é, em média, de $1^m,67$, mais elevada sem dúvida do que a dos luso-romanos, em que se pôde determinar.

Dos restos da época árabe já falámos.

Muito precários são os dados relativos aos períodos que se seguem á fundação da monarquia. Apenas nós descrevemos um crânio feminino, suposto do século XIV, dolicocéfalo, de fronte larga, d'órbitas mesosemas, de face alongada, moderadamente leptorrínico, não diferindo essencialmente do tipo médio português contemporâneo na maioria dos seus mais importantes caracteres (1).

(1) *Um pretenso vencedor d'Aljubarrota* — «Medicina Moderna», Pôrto, 1918.

Poucos restos ósseos das sepulturas e necrópoles protoistóricas e históricas de Portugal teem sido devidamente conservados e aproveitados. O fio da evolução antropológica do povo português não está ainda estabelecido com bastante segurança scientífica.

Mais numerosos são naturalmente os dados referentes á antropologia da população actual do país.

IV

ETNOGENIA PORTUGUESA

(CONCLUSÃO)

Procuremos esboçar um rápido estudo da distribuição de alguns dos principais caracteres antropológicos na população portuguesa de hoje.

Côr — A pigmentação segundo os estudos do sr. Eusébio Tamagníni, nas creanças das escolas, distribue-se no país de modo a estabelecer um menor predomínio das côres morenas nas províncias do norte do que nas do sul. Não concordam inteiramente com estas constatações as que nos adultos fôram feitas no Minho, no Douro, na Beira-Alta e na Beira-Baixa por Fonseca Cardoso, Gonçalves Lopes e pelo autor. No Minho o tipo moreno tem a percentagem de 72, 7 %, o loiro de 8, 7 %: o excesso do primeiro é de 64 %. No Douro a primeira percentagem é de 60, 2 %, a de loiros é de 11, 9 %, correspondendo assim a uma dife-

Índice facial — O de Broca é de 71,78 em média na série de Ferraz de Macedo. Na série do Museu de Coimbra o sr. Barros e Cunha determinou para o índice facial superior de Kollmann a média de 54,3 — como aquela, correspondente a uma face alongada.

Capacidade craniana — Segundo Ferraz de Macedo, a capacidade média em Portugal é de 1573 cc. no homem e de 1399 cc. na mulher. A Beira Alta é a província de maior capacidade média (1597 cc.), seguindo-se-lhe o Minho (1591 cc.) e a Beira Baixa (1587 cc.). Traz-os-Montes apresenta o valor mínimo (1507 cc.). A diferença de capacidade craniana entre o beirão e o transmontano concorda com a diferença d'estatura. O segundo é, como vimos, mais baixo do que o primeiro.

Prognatismo e outros caracteres cefálicos — O índice alveolar nos portugueses em geral é de 95,0 em média e o ângulo facial de Francfort de 86°,4, segundo o sr. Felismino Ribeiro Gomes, que estudou sob o ponto de vista do prognatismo a série do Museu de Coimbra. Êsses valores correspondem a um franco ortognatismo.

Nós, estudando os caracteres descritivos da série das províncias do norte do Museu de Antropologia do Pôrto, verificámos o predomínio de crânios ovóides (mais de 50 %) e em geral de formas alongadas, a raridade de esfenóides e euripentagonóides (menos de 5 %) e a ausência de

esferóides. Os elipsóides são menos freqüentes na mulher (3,7 %) do que no homem (17,2 %).

Quanto ao perfil lateral, o tipo dominante na série é: glabela de saliência média ou pequena no homem, nula na mulher; pequeno relêvo supraciliar, limitando-se as arcadas á parte interna; fronte com inclinação média no sexo masculino, quási vertical no feminino; inflexão metópica em curva regular, que continua subindo até meio da abóbada, descendo depois sem inflexão brusca; occiput convexo e saliente, freqüentemente com *chignon;* perfil ínio-opistíaco horisontal ou quási horisontal. Corresponde ao tipo *mediterrâneo.* Mas o tipo nórdico, não occipitalisado, antes frontalisado, também aparece nalguns espécimes (1).

Coluna vertebral e membros—Sôbre algumas dezenas de esqueletos portugueses, identificados, existentes no Museu de Antropologia do Pôrto, fizemos o estudo métrico da coluna vertebral e dos membros, não tendo concluido, porêm, ainda a coordenação das nossas observações.

O índice lombo-vertebral corresponde, como nos outros europeus, á curtoraquia, ou a uma ortoraquia muito vizinha da curtoraquia. Mais importante, sob o ponto de vista sexual, é o ín-

(1) Mendes Corrêa—*Notas craniográficas e as pretendidas sobrevivências neandertalóides, nas províncias portuguesas do norte*—«Anaes da Faculdade de Medicina do Pôrto», Pôrto, 1918.

dice de conicidade, quer das vértebras lombares isoladas, quer da coluna lombar em conjunto.

Pelo índice sagrado o português é dos povos mais platiéricos, agrupando-se com os outros europeus, entre os mais platiéricos. Outros elementos determinámos sobre a coluna vertebral; constam dum nosso trabalho (1).

Encontrámos interessantes diferenças sexuaes sobretudo nos índices da bacia, espino-acromial e da cavidade glenóidea.

Do esqueleto apendicular dos membros estudámos com relativa minúcia o húmero, o rádio, o cúbito, o 1.º metacarpiano, o fémur, a rótula, a tíbia, o peróneo, o astragalo, o calcâneo, o escafóide e o cubóide. Só podemos por emquanto dar os resultados provisórios relativos aos índices intermembral, ante-braquial, tíbio-femural e húmero-femural, cujos valores figuram a pag. 47 na tabela comparativa com os ossos dos «kiökkenmöddinger», e não diferem profundamente dos resultados obtidos noutras séries europeias.

O sr. Eusébio Tamagníni, que estudou os fémures das colecções de Coimbra e Lisboa sôbre observações de Vieira de Campos, conclue que o fémur português se aproxima mais do de Baumes-Chaudes do que do de Cro-Magnon, com cujo

(1) *Osteometria portuguesa (I — Coluna vertebral; II — Cintura escapular)* «Anaes da Academia Politécnica do Pôrto», Coimbra, 1918 e 1919.

tipo se fizeram em tempos em Portugal aproximações mal fundadas. Do nosso estudo sôbre a platicnemia concluimos que esta é hoje pouco freqüente em Portugal.

Conclusão—Dois factos ressaltam aos olhos do antropólogo no estudo da população portuguesa actual: a sua relativa homogeneidade, apezar de pequenas diferererenças locaes e do grande número de elementos étnicos que colaboraram na sua formação; e a sua dolicocefalia superior á de qualquer outro país da Europa, o que atesta a pequena influência de tipos de crânio largo e curto. Encontrando-se estes em maior proporção nos restos de Mugem, no neolítico e até nalgumas estações protoìstóricas do território, naturalmente se conclue que fôram sendo eliminados, absorvidos ou modificados, o que é confirmado pela craniografia comparada dos braquióides portugueses primitivos e actuais. O dolicocéfalo baixo e moreno, do tipo ibero-insular ou mediterrâneo, conquistou uma primazia indiscutível. Elementos nórdicos e morenos altos, alguns dos quais de provável origem semita e berbere, em maior ou menor mestiçagem com êle, são factores etnogénicos menos importantes, embora ainda de modo algum desprezíveis.

O tipo mediterrâneo ou ibero-insular, que se filia decerto na raça de Baumes-Chaudes, já representada nas estações neolíticas do país, encontra-se mais puro nas recônditas regiões monta-

nhosas, em que os balnartes naturais o isentaram da transfusão de sangue extranho. É sobretudo no Minho (concelho de Viana, etc.), e no Algarve, e ainda um pouco na Extremadura e no Alemtejo, que se sente a influência de braquicéfalos. Estes em geral, não apresentam as formas dos braquicéfalos neolíticos e preneolíticos de Portugal, mas são referiveis a uma variante do *Homo alpinus*, em que se manifesta uma certa tendência hipsicéfala como nos braquióides da Extremadura espanhola. Além disso, a sua percentagem é muita pequena. Na série craniológica de Ferraz de Macedo não excede 8 %, ao passo que em Espanha ascende a 26,5 %, e na Itália a 74 %. A proporção de dolicocéfalos naquela série é, pelo contrário, de 56,8 %.

A influência braquióide acentua-se entrando em Espanha, quer á medida que nos avizinhamos do Cabo Ortegal, quer a sul com as proximidades da Andaluzia.

O tipo nórdico, o *Homo europaeus*, deixou tambem traços flagrantes das suas invasões protoistóricas e históricas no território português. A sua presença, em maior ou menor proporção sente-se sobretudo em certas regiões do norte, especialmente no litoral.

Um tipo semita-fenício, reconhecido por Fonseca Cardoso nos pescadores da Póvoa de Varzim, e alguns elementos semito-árabes e berberes sobretudo no sul do país (Alemtejo e Algarve,

segundo Costa Ferreira), teem sido também indicados na composição antropológica da população.

Será da raça *atlanto-mediterrânea* (ou da ibero-insular modificada) um tipo de estatura superior á média, moreno, dolicocéfalo, harmónico, de grande capacidade craniana, que na Beira Alta domina sôbre o moreno baixo, sôbre o nórdico mestiçado e ainda sôbre um dolicocéfalo desarmónico, que na província encontrei em pequena proporção e o qual é mesorrínico e se aproxima talvez de formas primitivas (Grimaldi?) (1). A tendência mesorrínica de Traz-os-Montes será também devida a possíveis sobrevivências dum tipo primitivo, como o *Homo taganus*, como sôbre alguns exemplares últimamente aventámos (2).

Quando, relanceando a vista pelas cartas antropológicas de outros países da Europa, se nota o complicado mosáico de tipos regionais que neles se encontram, naturalmente se acentua no nosso espírito a impressão de homogencidade que Portugal sugere.

Seria, porêm, um êrro supor que há uma unidade absoluta. Dificilmente esta se encontrará hoje no seio dos povos civilisados.

(1) Mendes Corrêa.—*Sôbre o índice nasal na Beira Alta e um crânio desarmónico beirão*—«Anaes da Acad. Politecn. do Pôrto»—Coimbra, 1917; *Antropologia da Beira-Alta*—«Instituto», Coimbra. 1917.

(2) *Notas craniográficas*, etc., óp. cit.

V

POVOS IRMÃOS

Não apresentando uma homogeneidade étnica tão acentuada como Portugal, a Espanha é ainda assim relativamente homogénea. Afirma-o Ripley (1) sôbre os dados diligentemente colhidos por autores vários na Península Ibérica. Dos trabalhos relativos ao país vizinho destacam-se os de Oloriz, Anton, Hoyos Sainz, Aranzadi e Sanches Fernandes, que honram aquela nação e nos dão uma ideia da sua composição antropológica.

Desses estudos mencionaremos os resultados principais.

A pigmentação dos olhos e cabelos, em geral, é escura, como a do tipo mediterrâneo. No sudoeste espanhol, perto de Granada, a côr «honey-

(1) Ripley — *The races of Europe*, London, 1900, pp. 273 e 275.

-brown» dos olhos é a predominante: Aranzadi atribue-a a uma possível influência mourisca (1). No noroeste, o nosso Fonseca Cardoso constatou uma elevação das percentagens das côres claras (2), o que é referível á influência nórdica ou a uma acção climática, ou a uma e outra coisa.

Sôbre 6072 observações Oloriz verificou que na maior parte das províncias espanholas prevalecem estaturas inferiores á mediana. Num mapa de Ripley que resume os resultados do antrópologo espanhol, apenas Valencia, as Baleares, Sevilha e Bilbao apresentam médias superiores a $1^{m},66$. Com $1^{m},66$ figuram Cadiz, Albacete, Castellon e parte da Catalúnha. As mais altas estaturas aparecem no sul e éste, exceptuando Malaga, Granada, Alicante e Barcelona, que teem médias inferiores a $1^{m},65$ e egualmente aparecem no norte desde Santander ao extrêmo mediterrâneo da fronteira franco-espanhola, excluindo Navarra e Saragoça. Na Galiza (excepto Pontevedra, em que a média é de $1^{m},65$), Leão, Asturias, Extremadura, grande parte da Andaluzia e do Aragão, Navarra e quási todas as Castelas, é inferior a $1^{m},65$, indo abaixo de $1^{m},62$ em Valladolid, Soria, Madrid, Caceres e Ciudad Real. Assim, um núcleo de baixas estaturas irradia do planalto castelhano para o sul e para Aragão,

(1) *Ibid.*, p. 276.

(2) Fonseca Cardoso—*Antropologia portuguesa*—«Notas sôbre Portugal», vol. I, Lisboa, 1903, pp. 63 e segs.

Navarra e sobretudo para noroeste, que apresenta uma mancha vasta e relativamente uniforme. Em Pontevedra e no nordeste é crível que as médias de estatura traduzam influências nórdicas. No sul e sudeste, trata-se de elementos mediterrâneos mais altos do que o ibero-insular meão, e talvez do Cro-Magnon, aventado por Verneau.

Sanches Fernandes, cujo estudo assenta sôbre o admirável pecúlio de 119.571 observações, determinou o índice esquélico médio de 52,1, vizinho do portugnês, 51,6, determinado por nós sôbre os dados de Ferraz de Macedo em 25 casos apenas. São ambos mesatisquélicos, de busto regular.

Para o autor espanhol, o pêso e o perímetro torácico são grandes no braquióide de baixa estatura das cordilheiras de noroeste (Galiza, Asturias e Leão), regulares no dolicocéfalo alto de sudeste (Valencia), e pequenos no mesaticéfalo baixo dos platós de Leão, Castelas e Extremadura.

Oloriz, estudando o índice cefálico espanhol sôbre 8368 indivíduos (1), verificou que à grande maioria das médias provínciais era de 77 e 78, correspondendo assim á subdolicocefalia. De 76 em Alicante, Valencia e Castellon, isto é, no litoral levantino, o índice cefálico ascende a 80 em

(1) V. mapa de Ripley—*Op. cit.*, p. 274. Na p. seguinte figura o mapa das estaturas.

-brown» dos olhos é a predominante: Aranzadi atribue-a a uma possível influência mourisca (1). No noroeste, o nosso Fonseca Cardoso constatou uma elevação das percentagens das côres claras (2), o que é referível á influência nórdica ou a uma acção climática, ou a uma e outra coisa.

Sôbre 6072 observações Oloriz verificou que na maior parte das províncias espanholas prevalecem estaturas inferiores á mediana. Num mapa de Ripley que resume os resultados do antrópologo espanhol, apenas Valencia, as Baleares, Sevilha e Bilbao apresentam médias superiores a $1^{m},66$. Com $1^{m},66$ figuram Cadiz, Albacete, Castellon e parte da Catalúnha. As mais altas estaturas aparecem no sul e éste, exceptuando Malaga, Granada, Alicante e Barcelona, que teem médias inferiores a $1^{m},65$ e egualmente aparecem no norte desde Santander ao extrêmo mediterrâneo da fronteira franco-espanhola, excluindo Navarra e Saragoça. Na Galiza (excepto Pontevedra, em que a média é de $1^{m},65$), Leão, Asturias, Extremadura, grande parte da Andaluzia e do Aragão, Navarra e quási todas as Castelas, é inferior a $1^{m},65$, indo abaixo de $1^{m},62$ em Valladolid, Soria, Madrid, Caceres e Ciudad Real. Assim, um núcleo de baixas estaturas irradia do planalto castelhano para o sul e para Aragão,

(1) *Ibid.*, p. 276.

(2) Fonseca Cardoso—*Antropologia portuguesa*—«Notas sôbre Portugal», vol. I, Lisboa, 1908, pp. 63 e segs.

Navarra e sobretudo para noroeste, que apresenta uma mancha vasta e relativamente uniforme. Em Pontevedra e no nordeste é crível que as médias de estatura traduzam influências nórdicas. No sul e sudeste, trata-se de elementos mediterrâneos mais altos do que o ibero-insular meão, e talvez do Cro-Magnon, aventado por Verneau.

Sanches Fernandes, cujo estudo assenta sôbre o admirável pecúlio de 119.571 observações, determinou o índice esquélico médio de 52,1, vizinho do português, 51,6, determinado por nós sôbre os dados de Ferraz de Macedo em 25 casos apenas. São ambos mesatisquélicos, de busto regular.

Para o autor espanhol, o pêso e o perímetro torácico são grandes no braquióide de baixa estatura das cordilheiras de noroeste (Galiza, Asturias e Leão), regulares no dolicocéfalo alto de sudeste (Valencia), e pequenos no mesaticéfalo baixo dos platós de Leão, Castelas e Extremadura.

Oloriz, estudando o índice cefálico espanhol sôbre 8368 indivíduos (1), verificou que à grande maioria das médias provínciais era de 77 e 78, correspondendo assim á subdolicocefalia. De 76 em Alicante, Valencia e Castellon, isto é, no litoral levantino, o índice cefálico ascende a 80 em

(1) V. mapa de Ripley—*Op. cit.*, p. 274. Na p. seguinte figura o mapa das estaturas.

Lugo e Oviedo, que são as províncias de médias mais elevadas, tendo o índice 79 as de Pontevedra, Santander, Viscaya, Toledo, e no sul as de Cadiz e Malaga. O estudo no esqueleto é mais elucidativo.

Segundo Hoyos Sainz (1), que com Aranzadi mediu 3500 crânios espanhóis, no índice cefálico espanhol há uma fraca amplitude de variação provincial: dum mínimo de 73 nos homens d'Alicante vai a um máximo de 80 nas mulheres d'Oviedo. A mesati-braquicefalia (>77,7) aparece nas províncias septentrionais da Galiza, cantábricas, Guipuzcoa, e atenuada na Extremadura. Pelo contrário a dolicocefalia acentua-se em Orense, e no sudeste, em Almeria, região valenciana, Albacete e sul d'Aragão, não falando nalguns fócos esporádicos. Êstes resultados concordam em grande parte com os d'Oloriz no vivo e com os estudos d'Aranzadi sôbre as dimensões de conjunto da caveira espanhola, apreciadas pelas chamadas relações modulares (2). O mapa que êste último autor apresenta sôbre as dimensões transversais do crânio mostra-nos o predomínio dos crânios largos no norte, na Extremadura, em Se-

(1) Hoyos Sainz — *Caractères généraux de la «Crania hispanica»* — «Compte-rendu du XIV.me Congrès Intern. d'Anthr. et Arch. Préhist.» Génève, 1914, t. II, pág. 447.

(2) T. de Aranzadi — *Dimensiones de la calvaria en España y sus relaciones de conjunto* — «Boletim de la Real Sociedad Española de Hist. Natural», junio, 1915, pág. 317.

govia e Malaga, e dos crânios estreitos no resto da Espanha, especialmente no litoral levantino.

O índice vértico-transverso em Espanha é, segundo Hoyos Sainz (1), de 96,2, em média, no sexo masculino. A platicefalia domina em Guipuzcoa, Corunha, Segovia, Salamanca, em geral no norte e nordeste, apresentando o máximo em Lugo (90,8).

Pelas relações verticais distinguem-se os fócos levantino e andaluz, de hipsidolicocefalia, o plati-dolicocéfalo da bacia do Douro que Hoyos diz ibero, e o plati-braquicéfalo cantábrico. Aranzadi sôbre as relações modulares médias das diferentes províncias espanholas estabelece dois grupos principais com crânios de preferência baixos, largos e compridos, o *vasconço* e o *castelhano velho*; com crânios largos e curtos o *cantábrico* (crânios baixos) e o *extremenho*, incluindo Huelva e Cordoba (altos ou medianos); com crânios altos, estreitos e curtos o *manchego*, o *levantino* e o *murciano*; com crânios altos, estreitos e compridos, o *aragonês*, o *valenciano* e o *zamorano*. Guadalajara e Madrid dão valores intermédios com alguma tendência a curtos.

Pelo índice facial total, segundo Hoyos Sainz, são leptoprósopas as regiões andalusa e bética e a zona valenciana, continuada pelo massiço mon-

(1) Hoyos Sainz — *Caractéristique générale des crânes espagnols* — « L'Anthropologie », t. XXXIV, 1913, p. 480.

tanhoso ibérico até Cuenca e Segovia; pelo contrário, a cameprosopia existe nas zonas cantábrica, galáica e extremenha. O índice facial superior, acusando faces curtas nas províncias cantábricas e Leão, não se apresenta, porêm, tão acentuadamente significativo da cameprosopia. O índice transverso-zigomático é mais elevado na costa cantábrica e na Extremadura do que na região do Douro e nas zonas leptoprósopas aludidas, o que está d'acordo com os resultados mencionados. Pelas relações gónio-zigomáticas verifica-se que as faces quadradas dominam em Aragão, Mancha e províncias da serra Carpetona, ao passo que a face é triangular em Oviedo, Lugo e reinos de Leão e Granada. A maior harmonia que parece existir entre o crânio e a face nas regiões braquicéfalas, atribue-a Hoyos a que nas regiões dolicocéfalas as influências antropológicas foram mais complexas, tendo intervindo muitos elementos de crânio alongado (1).

Para o mesmo autor a distribuição do índice nasal é dos dados antropológicos de menor valor na etnogenia espanhola (2). Com o índice de 53 no sexo feminino vem Teruel no mais alto lugar escala; para o sexo masculino teem Castellon e Malaga a primazia com o índice de 50. A ten-

(1) *Ibid.*, p. 483.

(2) *Caractères généraux de la «Crania hispanica»* op. cit., p. 460.

dência platirrínica nota-se a éste, de Teruel a Guadalajara, nos dolicocéfalos do reino de Valencia, continuando nos massiços d'Aragão e bacia média do Ebro e irradiando para Navarra e, pelas montanhas da Castela Velha, até Burgos e Palencia. Focos mais isolados aparecem em Lugo e, no sul, em Granada, nas serras de Ronda e Nevada. A leptorrinia surge nítida na região riojano-basco-cantábrica, na região do Minho, na Extremadura, Ciudad Real, Cordoba, bacia inferior do Guadalquivir e Cadiz. A leptorrinia coincide em grande parte com os focos braquicéfalos. A platirrinia resulta, segundo o autor, dos primitivos iberos e dos dolicocéfalos africanos que posteriormente invadiram o sul da Península. Mas não será antes dum elemento protoetiópico ou do *Homo taganus?*

O índice orbitário médio em Espanha é de 88,4 no sexo masculino. As órbitas altas predominam nas mulheres. O índice desce a 82 em Pontevedra e 83 em Tarragona. São êstes dois focos de camaeconquia a que ha a acrescentar os de Huelva, Almeria, Toledo e Oviedo, além dos reinos de Murcia e de Valencia, nos quais, como nalgumas províncias andaluzas de sudeste, se pretende que existe o tipo de Cro-Magnon. Pelo módulo orbitário, apresentam-se com órbitas grandes as regiões galaicas e andalusa ocidental, parte de Navarra e Guipuscoa, e com pequenas a região oretana (Toledo, Ciudad Real e Extre-

madura), as províncias de Cordoba, Almeria, Teruel e limítrofes.

*

Coordenando os dados múltiplos que acabamos de sumariar, sôbre alguns dos mais importantes caracteres antropológicos na população espanhola, necessariamente se conclue que a homogeneidade apontada nesta população não é tal que seja impossivel discriminar no seu seio vários elementos componentes e vários tipos regionais.

O dominante subdolicocéfalo ou mesaticéfalo dos platós leonês e castelhano, d'estatura inferior á média, de tendência platicéfala, de caracteres faciais mais ou menos variaveis, representa, com certo grau de mestiçagem braquioide, o *ibero-insular*, que aqui e além, e mais em Portugal do que em Espanha, surge em relativa pureza. Chama-lhe Hoyos Sainz o *ibero*, considerando-o — o que é discutivel — d'origem neandertaloide.

O plati-braquicéfalo, robusto, de estatura egualmente baixa, face curta e larga, leptorrínico, do tipo *alpino* ou *cevénola* está, mais ou menos atenuado por infiltrações nórdicas e ibéricas, nas populações cantábricas e da Alta Galiza. Na Extremadura, o braquioide de tendência hipsicéfala, representaria o tipo anterior modificado pelo hipsi-dolicocéfalo do sudeste, ou, como Aranzadi

justificadamente aventa (1), um imigrante *armenoide*, ou mesmo o *H. dinaricus* da bacia do Adriático, d'estatura aliás diminuida consideravelmente.

O dolicocéfalo de sudeste, d'órbitas baixas, hipsicéfalo, de tendência platirrínica, leptoprósopo, d'estatura superior à média, é considerado *eurafricano, mediterrâneo*, e, por alguns, representante do tipo de Cro-Magnon, de que aliás o afastam vários caracteres importantes, como os faciais.

Não será despropositado supor que alguns morenos altos resultem da influência nórdica sobre o moreno baixo, ibero-insular, influência que se não teria exercido na pigmentação, mas sómente na estatura. As influências pigmentares do tipo anglo-escandinavo *(H. europaeus)* manifestam-se nalguns pontos, sobretudo no noroeste, sendo, porém, provável que as côres claras se relacionem tambem com as condições geográficas.

O vasconço encerra um problema antropológico que tem sido muito controvertido. D'estatura mediana ou visinha da mediana, de crânio de preferencia baixo, largo e comprido (subdólico-mesaticéfalo, platicéfalo, euricéfalo o megistocéfalo), de regiões temporais salientes, com ângulo occipital de Daubenton negativo, leptorrínico,

(1) Aranzadi—*Dimensiones de la calvaria*, etc. op. cit., p. 328.

mesoconco, microsemo, de face moderadamente alongada, larga nos zigomas e triangular em ponta para baixo, ortognata, o tipo médio dos vascos corresponde ao da *raça pirenaica ocidental* de Victor Jacques, de que se encontraram nas estações da idade do cobre do sudeste espanhol alguns exemplares, a que por este autor foi considerado demonstrativo do parentesco dos vasconços com os velhos iberos e d'estes com o Cro-Magnon. Diz Aranzadi que não ha base para contrapôr ou assemelhar vascos e iberos, como fez Humboldt; estes últimos não são um verdadeiro elemento antropológico, mas apenas um conglomerado etnográfico, cuja unidade linguística está por demonstrar, de modo que o anariano *Euskaldunac* não póde ser dado como o idioma ibero (1). Parece ao ilustre professor de Barcelona que os vascos não têm absoluta unidade antropológica, mas que o seu tipo médio não é *mediterrâneo*, avisinhando-se antes do *tipo palafítico* de Schliz, a seu turno derivado do braquicéfalo de Grenelle e do dolicocéfalo alpino. A nosso vêr, porêm, o índice nasal do tipo palafitico de Schliz (54,0) distingue-o bastante do leptorrínico vasco.

A identificação com o Cro-Magnon, pretendida por alguns, é infundada, como não parecem

(1) Aranzadi — *Cráneos de Guipuzcoa* — «Congresso de Madrid, da Assoc. Española para el Progreso de las Ciencias, 1913».

satisfatórias as que se fizeram com os fenícios (Bertholon), com os Bituriges Vibisci de Bordeus (Sabino d'Arana), com espécimes *tuareg* (Atgier), com índios da América (Vogt e Charency), com elementos asiáticos (Charency, Retzius, Pruner Bey), turanianos (Molon), com os extintos guanches das Canárias ou com os sobreviventes da mítica Atlântida (Bory de Saint-Vincent), com os Sicanos (Avezac), com os antigos Etruscos (William Betham, Retzius), etc.

A grande antiguidade do idioma vasco não contraria a suposição de que essa curiosa população resulta de misturas étnicas, em que elementos dolicoides se fundiram em maior ou menor proporção com elementos braquioides. Aranzadi, admitindo um fundo ibérico nesse povo, supunha nêle influências fínicas ou lapónicas, e finalmente teutónicas. O braquicéfalo tem maior percentagem no vasconço francês do que no espanhol. Possivelmente trata-se do braquicéfalo alpino. Entretanto — em Espanha mais do que na França — o tipo médio do vasconço não se afasta muito do tronco mediterrâneo, de que Collignon o considerava uma sub-espécie evolutida num longo isolamento.

Se consideramos a etnogenia espanhola perante a d'outras nações europeias, particularmente a França e a Itália, somos forçados a reconhecer a sua relativa unidade. Nas cartas da índice cefálico e da pigmentação na Europa, dadas no

tratado de Ripley, a Península Ibérica aparece duma indiscutível homogeneidade, apezar dos diferentes elementos que registámos. O ibero-insular, moreno, dolicoide e baixo é o dominanto, —puro ou em cruzamento com outros elementos, que lhe modificam o índice cefálico e quiçá a estatura.

Confrontando a Espanha com o nosso país, a composição qualitativa surge análoga, nas suas linhas gerais. Difere, porém, profundamente a composição quantitativa. Nos mapas relativos á distribuição do índico cefálico, a unidade portuguesa avulta. Dir-se-hia que Portugal é marginado pelos braquioides extremenho e cantábrico, que constituem como que uma barreira não insuperável, a separá-lo do resto da Península.

Se nisso está um fundamento da individualidade nacional, na analogia qualitativa da etnogenia dos dois povos está a prova scientífica do seu parentesco.

VI

POVOS IRMÃOS

(CONTINUAÇÃO)

É FREQUENTE ouvir-se que a África começa nos Pirineus; um publicista escreveu porêm que a Europa termina no Saará. É preferivel esta fórmula que inclue na história europeia brilhantes civilisações norte-africanas, e não representa, como a primeira, uma flagrante injustiça á Espanha e a Portugal, que positivamente teem pelo seu passado e até pelas suas condições actuais tanto direito a entrar no concerto europeu como outras nações cujo *europeismo* ninguêm discute.

Ao *africano branco* se devem algumas das mais altas civilisações mediterrâneas, e, se entre êle e alguns povos da Europa meridional há estreitas afinidades de costumes, tipo físico, e quiçá d'origem, é legítimo que para todos esses grupos humanos se adopte a designação comum de *mediterrâneos*, estabelecida já por vários autores.

Homo europaeus mediterraneus (Mül.) var. é o grande ramo antropológico em que enquadramos as raças *ibero-insular* e *berbere* da classificação de Deniker, talvez a *atlanto-mediterrânea*, e dum modo geral os dolicoides morenos e harmónicos, entendendo que são formas secundárias dum mesmo grupo fundamental, talvez primitivamente uniforme. Sabendo-se que dentro dessas formas é possivel discernir outras de terceira ordem, que são as *sub-raças* ou *raças secundárias* d'alguns antropólogos, impõe-se a necessidade de reunir os numerosos tipos antropológicos em grupos mais amplos (as *sub-espécies* e *variedades* do nosso ensaio). Proceder doutra forma seria pulverisar e dispersar em vez de coordenar e sistematisar.

Na botânica e na zoologia ha grandes divisões, classes, ordens, famílias, géneros, espécies, etc.. A antropologia, restringindo-se embora aos *Hominidae*, mas reconhecendo a pluralidade das chamadas raças humanas, tem toda a conveniência em estabelecer uma serie d'entidades taxonómicas intermédias entre a família *Hominidae* e as múltiplas formas distintas sob que ela nos aparece na terra. E este modo de vêr é tanto mais legítimo quanto é certo que o parentesco de muitos tipos humanos é crença geral, e a mestiçagem é reconhecida como um dos factores mais importantes da profusa variedade de tipos.

A tendência á reunião das formas raciais em

grupos mais latos existe mais ou menos em quasi todas as classificações de hominídios. Não falemos já nas primeiras classificações que se resumiam num pequeno número de raças fundamentais. Mesmo as classificações mais recentes manifestam essa tendência, embora dentro de grupos amplos distingam uma multiplicidade de tipos secundários.

Deniker, sem se precipitar em aproximações pouco seguras, estabeleceu 29 *raças* distintas e 26 *sub-raças:* menciona-as entretanto na sua classificação numa ordem em que esboça a sua repartição em 17 grupos ou até em 6 grupos apenas, caracterisados sobretudo pela forma e côr dos cabelos, côr dos olhos e forma do nariz. E Deniker foi, entreos antropólogos, um dos mais refractários a essa sistematisação.

As classificações de Sergi, Anton, Giuffrida-Ruggeri e outros, como já a de Quatrefages, revelam com clareza que os seus autores, reconhecendo a existência de tipos múltiplos, perfeitamente caracterisados, não hesitam em os enfeixar em grupos d'ordem sucessivamente mais elevada. Nem outro deve ser o intuito duma classificação.

Nesta ordem d'ideias, sem que deixemos d'admitir tipos árabe, berbere e ibero-insular, além de outros dolicoides morenos secundários, não vemos de modo algum inconveniente em que todos êles sejam abrangidos num grupo

mais vasto: a variedade *Homo europeus mediterraneus* (Mül.). No estado actual da sciência antropológica, só a estatura parece distinguir, por exemplo, o ibero-insular dos dolicocéfalos morenos, harmónicos, de alta estatura. O que se opõe, portanto, a que, admitindo embora a sua individualidade, os reunamos num grupo de ordem superior?

Não se enfadem comigo os entusiastas propagandistas da *raça portuguêsa* (1). Dizendo que a massa principal da população portuguesa se filía no grupo antropológico que abrange espanhóis, marroquinos, argelinos, corsos, etc., não recuso individualidade á população portuguesa apezar das mestiçagens néla reconhecidas. Séculos de vida independente, em especiais condições geográficas, deram-nos direitos, psicologia especial, etnia própria, e mesmo uma *facies* somática distinta. O povo português é antropologicamente dos menos heterogéneos da Europa, e é o mais dolicocéfalo de todos—eis factos de há muito conhecidos, que não podem encarar-se como desprovidos de significado.

Mas sem os contestar, nem contestar a sua importância, cabe, ascendendo a um inquérito mais geral, estudar os traços de afinidade antro-

(1) Não há, no rigor da expressão, uma raça portuguesa. Mas há um tipo antropológico português. Já o evidenciámos num dos capítulos anteriores.

pológica e étnica entre nós, ou os povos peninsulares em geral, e outros tipos do mesmo grupo mediterrâneo. E é com vários povos da Europa meridional e com os berberes do norte do Africa que esses traços teem sido registados.

Sendo certo que a antropologia fornece dados valiosos para o estudo da origem e da evolução das sociedades, e pode elucidar interessantes problemas de psicologia étnica, compreende-se o alcance daquelas constatações para o esclarecimento de ponderosas questões nacionais. Os nossos trabalhos de antroposociologia histórica e política, especialmente os de Oliveira Martins, Teófilo Braga e Sílvio Romero (1), mostram a percepção dêsse alcance, e ao assunto consagram porisso a merecida atenção.

Oliveira Martins tem sido acusado de negativista, quási de antipatriota, entre outras razões, por ter formulado a afinidade étnica de portugueses e espanhóis. Esqueceria talvez um pouco que a nossa individualidade histórica e lingüística nos dá o direito de não exagerar as consequências de tais aproximações. Mas os capítulos da sua obra em que se exaltam heróis da epopeia portuguesa e em que se reunem preciosos documentos sôbre

(1) Infelizmente estes escritores são mais homens de gabinete do que antropólogos. Os seus trabalhos teem, porêm, utilidade, porque os servem uma larga bibliografia e a inteligência dos autores.

importantes problemas nacionais, compensam de sobra os possiveis defeitos doutros capítulos. De resto, no pento de vista rigorosamente scientífico da constatação de semelhanças profundas dos hispanos entre si, e entre hispanos e berberes, Oliveira Martins foi inexoravelmente verdadeiro. Frizando taes semelhanças, Oliveira Martins acentuava que Leibnitz e Niebulr supunham os iberos de origem africana (1).

Apresenta o sr. Teófilo Braga a sua *raça mosárabe* (2) como o produto da fusão do hispano primitivo com o berbere invasor e vê nela o fundo da população ibérica. Aludindo a um remoto parentesco dos deis elementos étnicos, reproduz um facto citado por Emile Chasles que, segundo este mesmo confessa, *faz pensar:* «na Idade Média um exército d'invasão passou da Africa á Espanha e devastou-a até aos Pirineus. Chegados ali, os africanos reconheceram imediatamente em um recôncavo da montanha, gente que falava a mesma língua que êles; em lugar de se baterem, fraternisaram em nome dum remoto parentesco qué a política e o tempo tinham

(1) Oliveira Martins — *História da Civilisação Ibérica* — 5.ª edição — Lisboa, 1909 — pág. 24 e seg.

(2) Esta pretendida *raça* não é definida, no trabalho do sr. Teófilo Braga, por uma caracterisação nitida e bastante. Julgamos, porêm, que a doutrina expendida surgiu da constatação das afinidades ibero-berberes.

obliterado» (1). Também Oliveira Martins escrevera, depois de fazer notar que os cartagineses descendiam dum cruzamento libifenício: «A ocupação cartaginesa parece ter encontrado benévolo acolhimento por parte das populações ibéricas, pois que os cronistas mais remotos não rezam dos combates e desgraças que geralmente acompanham as invasões. Se nós, lembrando-nos das origens etnológicas dos recem-vindos, recordarmos o que atrás deixámos escrito sôbre as dos anteriores habitantes da Espanha, por ventura encontraremos numa comunidade de raça—decerto não provada, embora provavel—a explicação dêste fenómeno» (2).

Afirma o sr. Sílvio Romero, embora talvez mais por intuição e palpite, do que pelo estudo de documentos, que é *fóra de dúvida* que o mais antigo povoamento da Península, após os troglo-ditas, foi feito pelos berberes, «porque os iberos não eram outra coisa» e acrescenta que «os famosos invasores árabes dos começos do século VII, dos árabes só tinham quási o nome, pois eram na quási totalidade berberes sôbre a direcção dos conquistadores mussulmanos» (3). Na verdade mui-

(1) Teófilo Braga—*Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*—Porto, 1896, págs. 30 e 47. Cfr. tambem a *Pátria portuguesa*—Porto, 1894, pág. 90.

(2) Op. cit.—pág. 46.

(3) Sílvio Romero—*A Pátria Portuguesa*—Lisboa 1906—pág. 449 e 459.

tos antropólogos concordam fundadamente na afinidade entre iberos e norte-africanos, agrupando-os na mesma entidade taxonómica.

Assim Topinard — para não invocarmos autoridades cronologicamente anteriores — diz que ha fortes presunções de «que o fundo comum mais antigo da Península Ibérica, da bacia do Garona e das ilhas do Mediterrâneo» é berbere, e êle não separa berberes e iberos do mesmo ramo *mediterrâneo* (1). Sergi estabelece uma espécie *Homo mediterraneus*, abrangendo povos da África septentrional e do sul da Europa (2). Tambêm Giuffrida-Ruggeri estabelece uma sub-variedade mediterrânea dentro da variedade *dolicomorfa* dos leucodermes *(Homo sapiens indo-europaeus*, var. *dolicomorphus*, subv. *mediterraneus)* (3). Ainda o prof. Anton enfeixa iberos e berberes no mesmo grupo *líbio-ibérico* (4).

Reflectindo as constatações dos antropólogos, um ilustre etnógrafo escreve: «Os mesmos crânios, os mesmos índices nasais, as mesmas relações de ossos curtos com ossos longos, etc., se encontram em todo o contôrno do Mediterrâneo

(1) Topinard—*Éléments d'Anthropologie Générale*, Paris, 1885, pág. 498 e 502.

(2) Frassetto—*Lezioni di Antropologia*, vol. I, Roma, 1909, pág. 316.

(3) Giuffrida-Ruggeri—*Schema de classification des hominiens actuels*. Gèneve, 1912.

(4) Hoyos Sáinz—*Etnografia*—Tomo III—Madrid, 1899.

ocidental. Temos em França populações ibero-berberes caracterisadas. Dum sardo, dum siciliano, dum português, dum espanhol, a um berbere da Tunísia, da Argélia ou de Marrocos, ha uma diferença infinitesimal» (1). A seu turno, Augustin Bernard assegura sôbre trabalhos de Quedenfeldt, Flamand, Tissot, etc., que o tipo mais comum na África do Norte é egualmente dominante na Europa meridional, em Espanha, na Itália, no sudoeste da França. É a raça—diz—que certos antropólogos chamam a raça mediterrânea ou ibero-lígure (2). Emfim—para pôr termo a esta série de citações genéricas—reproduzamos as seguintes palavras de Lissauer, dum curioso estudo sôbre os kabilas do norte de Africa: «De todos estes povos temos idêntica impressão á que nos dão os europeus meridionais, e passariam por espanhóis e italianos do sul se usassem vestuários análogos» (3).

Mas de tudo o que foi dito se não deve depreender que os povos peninsulares e os da África se-

(1) Van Gennep—*En Algérie*—2.ª edição—Paris, 1914—pág. 159.

(2) Augustin Bernard—*Le Maroc*—2.ª ed., Paris, 1913—pág. 64.

(3) Lissauer—*Archäologische und anthropologische Studien über die Kabylen* (Zeitschrift für Ethn., vol. 40, parte 4.) Berlim, 1918. Ou *The kabyles of north Africà*—(Annual Report of the Smithsonian Instit., vol. de 1911). Washington, 1912—pág. 531.

ptentrional oferecem um só tipo físico. Não ha homogencidade absoluta nessas populações, e quando as enquadramos num grupo mediterrâneo não queremos dizer que a Península Ibérica e a Africa do norte sejam povoadas apenas por uma só modalidade somática do homem. A pluralidade de tipos dentro de cada povo, a mestiçagem de raças, o entrecruzamento e a recorrência de caracteres são factos banais mesmo no seio de agregados étnicos que pelo seu isolamento geográfico e pelas suas condições históricas se poderiam supor duma grande pureza antropológica. Em Portugal já no período preneolítico havia dolicocéfalos e braquicéfalos. Como o mosáico norte-africano hoje deve ser mais complicado após tantas migrações históricas!

Para estabelecermos um confronto antropológico entre berberes e os povos peninsulares, não nos contentaremos com as genéricas citações que foram feitas anteriormente. Detenhamo-nos na menção dos principais tipos que teem sido determinados pelos métodos da análise antropológica naquelas populações. Fundamentalmente a Espanha tem, como vimos, a mesma constituição étnica que Portugal. Abstraindo do problema vasco, diremos que apenas a heterogeneidade e a mestiçagem braquióide são mais profundas na Espanha do que entre nós.

E o que nos diz a antropologia sôbre os povos da Berbería?

O tipo mais espalhado — escreve sôbre Marrocos Augustin Bernard — aquele de que mais ou menos se aproximam 2/3 dos habitantes da Africa do Norte, é um tipo de crânio alongado, de cabelos e olhos negros, de estatura média, análogo ao europeu meridional (1). Mas um tipo alto e *elancé*, semelhante aos antigos egípcios, se encontra entre os Chleuh de Sus e de Dra. Tem um aspecto oriental ou semita. O árabe, dolicocéfalo como o berbere (2), está mais ou menos representado em alguns pontos. É um tipo loiro, d'alta estatura, dolicocéfalo, d'olhos azues — como os germanos e normandos — se encontra em várias regiões misturado com populações morenas. Abundam especialmente estes loiros nas montanhas do Atlas e do Riff marroquino.

(1) Augustin Bernard. Op. cit., p. 64.

(2) É hoje bem sabido que nem todos os árabes são dolicocéfalos. Encontram-se na Ásia árabes braquicéfalos [Bertholon e Chantre — *Recherches anthropologiques dans la Berbérie orientale* (*Tripolitaine, Tunisie, Algérie*) — Extr. do «Bull. de La Soc. de Geogr.» — Paris, 1913, p. 14]. Num seu recente trabalho, Seligman (*The physical characters of the Arabs* — Journ. of the Anthr. Inst. of Great Britain», 1917), assevera mesmo, sôbre dados que colheu, que os árabes, sobretudo os da Mesopotâmia e da Arábia meridional são mais braquicéfalos do que dolicocéfalos, e que a braquicefalia da parte oeste da África do norte parece devida a uma influência árabe. Não se opõe a que os árabes braquicéfalos sejam aparentados com o *H. alpinus*, registando, porêm, que neles é freqüente o nariz armenoide ou semítico.

Topinard descreve como elemento dominante um de face longa, oval, muito contraída para baixo dos malares, de perfil vertical, fronte ampla, nariz estreito e bem marcado na sua união com a fronte; outro, dominante na grande Kabília, de face curta e oval, com achatamento malar, nariz curto, chato e côncavo, d'olhos pequenos; um terceiro elemento de face redonda e cheia, mandíbula aguda e malares proeminentes. A proporção de loiros, segundo Tissot e Viré, atinge em alguns distritos 1/3 da população. Segundo Quedenfelt, os loiros chegam no Riff a formar 2/3 da população.

Em Tunis, Bertholon distingue: neandertaloides ou *gétulos;* os *iberos* ou *núnidas*, de crânio muito longo e alto, ócciput proeminente, fronte estreita, e baixa estatura, mesclados com os árabes e refractários á civilisação; no litoral os *celto-lígures* ou *líbios,* braquicéfalos, baixos, de face arredondada, trabalhadores e progressivos; em Bizerta e no Cabo Bon, um tipo d'origem europeia, alto, de face longa, olhos e barba claras; os *árabes* nos vales, com face longa e estreita, nariz aquilino, fronte estreita (1).

Sôbre manuscritos de Preengrüber, dá Lissauer

(1) Telesforo d'Aranzadi—*Etnografia (Razas negras, amarillas y blancas)*—2.ª edição—Madrid, 1900—págs. 340 a 342. Bertholon—*Les populations et les races en Tunisie*—«Rev. Grale des Sciences», 30, XI, pág. 96.

no seu estudo sôbre a Kabília, números vários a respeito dos caracteres antropológicos dos kabilas, que descreve como morenos (ás vezes mesmo muito morenos nas partes descobertas, mas brancos nas partes cobertas), d'olhos e cabelos escuros, de estatura mediana, dolicocéfalos, de face oval, ortognata, de fronte alta, nariz estreito e bem proporcionado, de boca geralmente pequena. Aparecem estaturas altas, (24.5 %, com mais de 1m,70), raros braquicéfalos (2,7 %), e bastantes loiros (1). Também de vez em quando surgem tipos judaicos, negros e mulatos.

Resumindo os trabalhos de Collignon, Deniker estabelece as diferenças entre árabes e berberes, e as sub-raças sob que se apresentam estes últimos, que constituem 3/4 dos chamados «árabes» da África do norte. Os nómadas da Tripolitana e do deserto líbico são berbores; em Marrocos a influência do tipo árabe é mínima, e na Tunísia e na Argélia ela é ainda muito sensivel. O contraste, sob o ponto de vista social, entre

(1) Sôbre a origem dos loiros norte-africanos, Lissauer comenta as hipóteses de Faidherbe e Broca, Shan, Sergi, etc.. Não descendem, a seu ver, dos vândalos de Genserico, que 429 depois de C. passaram á África, nem de mercenários romanos, nem dos hiksos expulsos do Egito, de tipo físico tão discutido, nem tão pouco são autóctones das altitudes. Inclina-se a crêr que se trata de migrações preistóricas de europeus do norte, e não de migrações dos tempos históricos. (Lissauer—Op. cit., pag. 534, 530 e 531).

berberes e árabes, é acentuado. Fisicamente a raça berbere é definida pelo antropólogo francês, de pelo branco *basané,* cabelos ondeados e negros, estatura elevada, dolicocefalia, face alongada e quadrangular, nariz rectilíneo, grosseiro.

As sub-raças ou tipos berberes, segundo Collignon são: a sub-raça de *Djerba,* baixa, sub-dolicocéfala ou mesaticéfala, representada no sudeste e litoral este da Tunísia, entre certos Kabilas, entre os Mzabitas e Chauia do Aurés; o tipo d'*Elles,* dolicocéfalo, de face larga, do centro da Tunísia e parte da Kabília; a sub-raça *berbere* propriamente dita, dominante na Argélia e Tunísia, dolicocéfala, de face alongada e estatura superior á mediana; emfim o tipo *de Djérid* ou *dos Oasis,* da Tunísia, de estatura bastante elevada, côr escura. (1)

Bertholon e Chantre publicaram em 1913 um trabalho sôbre a etnologia da Berbéria oriental, (2) em que estabelecem os seguintes elementos:

1.°—Um de tendência braquicéfala, moreno, mesorrínico, de estatura primitivamente pequena, estendendo-se no litoral desde Trípoli a Este até á base do cabo Bon, na Tunísia. Está menos misturado nas ilhas de Gerba e do Kerkena e encontra-se com os seus principais caracteres na

(1) Deniker—*Les races et les peuples de la terre*—Paris, 1900, pp. 339 e 497 e segs.

(2) Op. cit., p. 11 e segs.

Kabília, sobretudo na porção confinando com a cadeia do Djurjura. Cruzando-se com dólico-altos de péle clara, tem uma estatura mais alta do que a Este, e é de côr menos escura. Afirmando que este elemento se póde aproximar dos braquicéfalos da Europa e da Asia Menor, Chantre atribue-lhe esta última região como logar originário.

2.º—Um elemento bastante dolicocéfalo, de pequena estatura, face curta e pigmentação acusada. Encontra-se também no litoral. Mistura-se aí com o anterior. Domina na maioria das aldeias do cabo Bon, do contôrno do golfo de Tunis e do vale da Medjerda, da maior parte das cidades e aldeias do departamento de Constantina e na Kabília ocidental e no grande Atlas, ao sul d'Argel. A sul, uma tendência platirrínica dêste tipo é atribuida a cruzamentos com negroides.

Este elemento é considerado pelos autores como comparável ao mediterrâneo pequeno, ou ibero-insular, que constituiu a população das ilhas do Mediterrâneo e que, com os braquicéfalos, assinalaria na civilisação da Berbéria uma corrente ou influência egea.

3.º—Um elemento alto, dolicocéfalo, que, quando menos mestiçado, é leptorrínico, de tegumentos claros, olhos azues. Distribuição: altos platós do centro, departamento de Constantina; a oeste, contôrno da Kabília; a este, não vai além da fronteira tunísio-argelina. Sofreu cruzamentos com braquicéfalos e negroides em vários pon-

tos, com os últimos sobretudo no sul (1). O tipo puro lembra a grande raça nórdica europeia e assinalaria uma corrente europeia primitiva na civilisação berbere.

Em Marrocos, Chantre (2) encontrou dólico-altos (63 %), dolicocéfalos misturados com braquicéfalos e altos (15 %), braquicéfalos pequenos mestiçados com dolicocéfalos (10 %).

Os norteafricanos neolíticos pertencem, segundo Bertholon e Chantre, a dois tipos: um mesaticéfalo negróide (Tebessa e Redeyef,) representado ainda hoje nos Oásis; o segundo, dolicocéfalo, mesorrínico, d'órbitas microsemas, glabela saliente, que os autores relacionam com o dolicocéfalo baixo contemporâneo. Com os monumentos megalíticos surge a raça alta, dolicocéfala, leptorrínica, d'órbitas altas e face alongada, e em Roknia constatam-se braquicéfalos.

Entre vários tipos dos cartagineses antigos predomina, em necrópoles do século XV a C., o

(1) É curioso notar a existência na parte meridional do Saará de populações que, embora tendo sofrido influências negroides em épocas mais ou menos distantes, conservam caracteres caucásicos como a leptorrinia. (Cf. F. de Zeltner — *A propos des Touareg du Sud* — «Revue Anthrop.», n.º 5, 1915, p. 173.)

(2) *La taille et l'indice céphalique au Maroc, d'après 438 sujets* — «Soc. Anthrop. de Lyon», t. XXIX, 1910, p. 88 e seg. — e «Assoc. Fr. p. l'avancement des sciences, Congrès de Nîmes, 1912», pp. 609 e 610.

dolicocéfalo pequeno do tipo moderno, e nota-se na época romana também uma constituição etnogénica semelhante á d'hoje, excepto em pontos em que os dolicocéfalos pequenos foram substituidos pelos dólico-altos.

Os árabes puros são na Berbéria relativamente pouco freqüentes, apezar da existência duma importação da Arábia, o Islam. Os importadores, contra o que muitos supõem, foram pouco numerosos e absorvidos pela população berbere (1). Em Marrocos ha algumas tríbus árabes verdadeiras: as mais importantes talvez—diz Zaborowski, são as de Khlot e Tliq, ao sul de Larache e entre El-Kçar e o Oceano. Teriam vindo do Hedjaz, pelo Egipto e pela Cirenaica. Conservam o tipo semita, mas nalgumas surgem já loiros e outros berberes incorporados (2).

A rigor não ha uma raça árabe, como não ha uma raça berbere, como não ha uma raça ibérica. A variedade de tipos que teem sido observados no ocidente ibérico como no noroeste africano parece á primeira vista desafiar toda a tentativa de sistematisação. Entretanto a análise antropológica conseguiu determinar os elementos mais importantes que entraram na etnogenia das populações líbio-ibéricas. Se não existe homoge-

(1) Bertholon et Chantre—*Recherches*, etc. op. cit. p. 15.
(2) S. Zaborowski—*Pures tribus arabes du Maroc*—«Rev. Anthrop.», n.º 9, 1913, p. 327.

neidade perfeita nas médias dos próprios iberos das várias províncias entre si, não existe mais uniformidade nas dos berbéres das diferentes regiões norte-africanas.

A estatura média do vários grupos étnicos vai de $1^{m},620$ nos Mzabitas (Amat) a $1^{m},677$ em 244 kabilas da grande Kabília e a $1^{m},73$ em algumas tríbus marroquinas (Chantre). O índico cefálico de 71 no nordeste berbere (Chantre) e 72 em Aures (Elisseieff) sobe a 79,0 nos berberes de Gerba (Bertholon) e a 82 noutras regiões (Chantre). Emfim o índice nasal, de 66,5 em 184 kabilas diversos (Preengrüber), chega a 76,6 em 113 tunisianos de Djerid (Collignon). Em Portugal a estatura média ó de $1^{m},634$ no Douro e de $1^{m},674$ na Beira-Alta (Sant'Ana Marques). O índice cefálico, de 75,3 na Beira-Alta (Mendes Corrêa) sobe a 78,7 no Baixo-Minho, mas em Espanha atingo nalguns pontos cerca de 81. O índice nasal, de 63,2 no distrito do Porto (Sant'Ana Marques), ascende a 67,2 no de Bragança (idem).

O que existe é uma relativa semelhança de composição étnica de berbores e hispano-portugueses. O tipo ibero-insular da Península está decerto representado nos *iberos* ou *númidas* que Bertholon registou em Tunis, no berbere moreno e meão descrito em Marrocos por Augustin Bernard, no kabila moreno de Preengrüber e Lissauer, nos Mzabitas e Chauia de Amat, na subraça de Djerba que Collignon estabelece em

muitos kabilas e tunisianos orientaes, em suma no dolicocéfalo de baixa estatura, que Chantre fundadamente afere pelo padrão mediterrâneo.

O elemento *Homo europaeus* (Lin.) está indubitavelmente representado tanto por loiros que na Península existem no seio da população morena, como pelos que nas regiões montanhosas do Riff marroquino, no Jurjura, no Aurés, em Emfida, e Bizerta, atestam também flagrantemente o europeismo de parte da população berbere. É o mesmo tipo que em Portugal surge nas necrópoles de Cascais, e que os antigos, muito antes da invasão vândala do norte d'África, distinguiam já entre os líbios. A invasão dos vândalos de Genserico foi em 429 depois de C., e já três seculos antes da nova era, se fala em líbios loiros, ao lado dos gétulos e dos líbios morenos (1). Notaremos que a ocupação vândala foi restrita e transitória (2).

O *Homo e. alpinus* ou suas variantes existem crivelmente no *celto-ligure* ou *líbio* que no litoral tunisiano Bertholon distinguiu, e no berbere braquicéfalo constatado por Collignon. A sua percentagem étnica é, porêm, como entre nós, dimi-

(1) Lissauer, op. cit.

(2) Sôbre a opinião d'alguns autores que exclusivamente atribuem ás condições ambientes a existência de loiros no norte d'África, afastando a hipótese, aliás fundada, de migrações europeias, v. o meu artigo em publicação: *As condições físicas na formação das raças*—«Anais da Acad. Politecn. do Porto.»

nuta. Na Tripolitana e outras regiões deve ter havido uma influência turca braquióide.

Alguns retratos dados por Chantre, como o n.º 2 da estampa XL, sugerem a convicção de que na Berbéria alguns braquicéfalos representam influências armenoides ou afins.

Os tipos semitas e negros teem sem dúvida uma importância maior na composição antropológica dos povos berberes do que na dos povos peninsulares. Já falámos dessas influências. Os *mouros* de Marrocos ao Senegal são berberes cruzados mais ou menos com os negros (1). Ao sul do Saará — escreve o capitão Meynier — é com a raça negra que se fizeram mais freqüentes cruzamentos. Sem contar os Purunhos e os Bellahs que são mestiços de mouros, de tuareg e de negros, encontram-se populações de côr negra ou vermelha que, pelo seu tipo, por vezes mesmo pelo seu nome (Béribéri, Berabras), etc., teem uma origem berbere muito provável. (2)

A classificação antropológica dos tipos dolicoides morenos, d'alta estatura, é que, na Berbéria como na Ibéria, oferece dificuldades. Chantre considera os dólico-altos morenos como mestiços dos morenos baixos e dos nórdicos altos (3). Mas não

(1) Denlker — Op. cit., p. 409.

(2) Capitão O. Meynier — *L'Afrique noire*, Paris, 1911, p. 41.

(3) Segundo Giuffrida-Ruggeri *(Quattro crani preistorici dell'Italia meridionale e l'origine dei Mediterranei—*

deveremos filiá-los antes no Cro-Magnon, no tipo atlanto-mediterrâneo (que Aranzadi considera discutivel) (1), ou em qualquer outro tipo englobando o nosso beirão ou os dolicocéfalos do sudeste espanhol, que Sanches Fernandez diz terem vindo d'África antes da história? Collignon considera o tipo d'Elles como de Cro-Magnon. Tambem em crânios encontrados em monumentos megalíticos da África do norte, Quatrefages supoz reconhecer a raça de Cro-Magnon (2). Para muitos autores um elemento camítico em tempos remotos veiu sobrepôr-se ás raças negras autóctones: era de origem asiática ou europeia, e continuador do Cro-Magnon (3). Tambêm Verneau pretendeu que os *guanches* das Canárias, pertencentes ao ramo dos berberes, se filiavam na raça dos trogloditas do Vézère, no Cro-Magnon. A sistematisação dos restos de Cro-Magnon feita por Giuffrida-Ruggeri restringe, porém, muito estas e outras identificações (4).

Extr. do «Arch. per l'Antrop. e la Etnologia», Firenze, 1916, p. 20 e 21) na secção atlanto-mediterrânea teriam entrado em forte proporção o tipo nórdico e em muito menor proporção o etiópico, e nos morenos mediterrâneos em geral, talvez em toda a secção ibero-insular, haveria ainda hoje vestígios do antiqüíssimo cruzamento dos dois tipos.

(1) Telesforo d'Aranzadi—*De Antropologia de España* — 1915 (cit em «L'Anthropologie», t. XXIX, p. 369.)

(2) Aug. Bernard — Op. cit., p. 73.

(3) Deniker — Op. cit., p. 494.

(4) Giuffrida-Ruggeri — *Per una sistemazione del tipo*

Sem pretendermos por agora classificar definitivamente os tipos dólico-altos morenos da Ibéria e do norte d'África, nem porisso deixamos d'evidenciar a relativa semelhança de composição étnica de berberes e hispano-portugueses.

Efectivamente, os conhecimentos antropológicos levam a crêr que na etnogenia das populações ibéricas e berberes entraram os mesmos elementos fundamentaes, embora em dosagens mais ou menos variadas, sobretudo no que diz respeito ao sangue negro e aos tipos morenos d'alta estatura. Evidentemente esta conclusão estende-se aos franceses e italianos meridionaes, aos corsos, aos sardos, aos sicilianos. Áquela evidente afinidade de tipos físicos corresponde porcerto uma comunidade d'origem. Mas, interrogadas a tal respeito, a arqueologia preistórica e a história dão-nos precários subsídios, a despeito da quantidade de materiaes amontoados.

Que nos tempos protoistóricos e históricos, os fenícios, romanos, vândalos, bizantinos, árabes, turcos e mais recentemente portugueses, espanhoes, francêses, italianos e ingleses, realisaram a ocupação de territórios da África setentrional — é bem sabido, como é sabido que alguns

di Cro-Magnon, etc.— «Arch. per l'Antrop. e la Etnol.», Firenze, 1911.

Id.—*La successione e la provenienza delle razze europee preneolitiche e i pretesi Cro-Magnon delle Canarie*— «Rivista Ital. di Paleontologia», Parma, 1916.

dêsses invasores impregnaram do seu sangue o tipo indígena. Mas os mais antigos invasores, os semito-fenícios (XII século antes de C.) já teriam encontrado indígenas dum tipo aproximado do berbere puro atual, tanto mais que dos povos seguintes nenhum, exceptuando os árabes, levou a efeito um cruzamento intenso e numeroso com os habitantes da região, não sendo portanto lícito atribuir a uma migração post-fenícia a *berberisação* da África do norte. Os líbi-fenícios (cartagineses) pouca diferença faziam do berbere actual, e assim se explicam os factos registados sôbre a dominação cartaginesa na Peninsula.

Segundo os egípcios, quarenta séculos antes de Cristo estavam os *líbios* a O. do Egipto. Dez séculos depois, fala-se dos *tamahu;* ora hoje, para *tuareg,* por *tamahug* ou *tamahag* designa-se a língua berbere. Os *númidas* e *gétulos* d'escritores antigos eram berberes mais ou menos mestiçados. Os númidas eram mestiços de morenos e loiros. O que textos de Heródoto, Salústio, Procópio e Khaldun dizem sobre a origem oriental dos berberes, não tem precisão e é contraditório (1).

A preistória da África do norte é bastante rica em documentos quer do paleolítico, quer do neolítico, quer emfim das edades dos metaes. Demonstram-se estreitas relações dos berberes com os egípcios, com os fenícios, com os cretenses, com

(1) Aug. Bernard. Op. cit.—pag. 67.

os negros. Dos egípcios teriam recebido grandes influências civilisadoras: adoptaram um alfabeto aparentado com o alfabeto egípcio, tiveram o culto dos animais, do sol e da lua (1). Uma gravura rupestre representa o deus Ammon. Os cretenses, que no século XIV a. de Cristo foram aliados dos berberes na invasão do Egipto, também contribuiram para o desenvolvimento da sua civilisação.

Pretendeu-se que os dolmens berberes seriam obra dos loiros, as suas gravuras rupestres obra dos negros, e os seus instrumentos líticos e a sua cerâmica resultantes d'influência etiópica. O melhor partido a tomar—escreve Bernard, versando o assunto—é confessarmos a nossa ignorância (2). Chantre e Bertholon, porêm, definem na etnografia berbere uma influência etiópica muito primitiva e reduzida, influências egeas muito acentuadas e uma influência europeia primitiva, correspondendo essas diferentes influências ás várias raças reconhecidas pela análise antropológica.

O que ó fóra de dúvida é que das afinidades arqueológicas que encontramos entre o norte

(1) Êste culto existiu também na Ibéria, mas é, ao que parece, extensivo a grande número de populações primitivas. Considera-se um culto dos mais antigos. (Sôbre êstes assuntos lêr Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*).

(2) Op. cit.—pag. 75. As relações entre os monumentos megalíticos e os loiros, afirmadas por Faidherbe, foram contestadas por muitos, entre os quaes ainda últimamente Lissauer no trabalho citado, pag. 357.

d'África e a Península Ibérica, não se póde concluir, como muitos pretendem, que os velhos iberos resultem duma migração berbere ou, pelo contrário, os velhos berberes duma migração europeia por Gibraltar. Mas as civilisações primitivas dos berberes e dos iberos são mais um argumento em favor da sua unidade d'origem.

Hartmann considerava os berberes como autóctones e de raça africana. Outros consideram-nos originários da Ásia central *(protosemitas)*. Esses últimos invocam factos como os seguintes: há na Índia uma população de *Warvarsa*; na Pérsia antiga existe uma província chamada *Barbaristan*; e alguns indígenas da Berberia como Santo Agostinho e Abu-Yezid consideravam todos os berberes ou apenas os Zenata como filhos de Canaan. Mas já dissémos que as hipóteses relativas á origem oriental dos berberes são imprecisas e contraditórias.

A sua origem africana é patrocinada por linguistas que reconhecem as afinidades entre a língua berbere, *imazirhen*, e a língua de etíopes, coptas e galas. A língua berbere não é semita, é camítica.

Mas os argumentos filológicos não bastam. Um povo póde adoptar a língua d'outro que tem origem e tipo físico muito diferentes. Os próprios vencedores adoptam a língua dos vencidos. Lissauer crê que os autóctones da Berberia fôssem parentes dos somalis. Os berberes ou kabilas te-

riam vindo da Península Ibériça, e teriam substituido a sua língua pelo *tamazirt* dos etíopes (1), expulsando-os de território. Iberos e berberes confundir-se-iam assim nas suas origens.

É esta afinidade d'origens um facto que considero já demonstrado pela análise antropólogica, não pensando agora em debater o problema mais discutivel da autoctonia dos iberos e o mito da Atlântida. A história primitiva dos iberos perde-se na conjectura e na fantasia, como a dos pelasgos, dos lígures, dos hiperbóreos, dos scitas—em suma dos mais remotos povoadores do Antigo Continente. O que é indubitável é que alguns dos primeiros habitantes da Ibéria tinham uma origem meridional, crívelmente africana, sendo impressivas as relações entre o capsiense do norte d'África e algumas civilisações do paleolítico final e do preneolítico do sudoeste europeu.

(1) Lissauer—Op. cit.—pag. 537.

VII

POVOS IRMÃOS

(CONCLUSÃO)

ESTABELECIDAS as afinidades d'origem e de tipo físico entre povos norteafricanos e os da Península Ibérica, recordaremos que a história assinala sucessivas transfusões de sangue líbio na Espanha. A ocupação cartaginesa traduziu-se em remessas de gente africana para a Península, mórmente durante as campanhas d'Aníbal. Com Sertório, o chefe de insurreição contra os romanos, passaram o estreito milhares de soldados e mercenários do norte d'África. Mas as maiores avalanches vieram durante a chamada dominação árabe. A história desta dominação é um quási permanente conflito entre berberes e árabes, em alternativas de mando e de fervor religioso.

Se um passado mais remoto não ligasse já por laços d'íntimo parentesco aqueles povos, essas verdadeiras migrações bastariam para deixar irrecusavel vinco no tipo hispânico. O mosárabe re-

presenta numa feliz expressão étnica a identidade líbio-ibérica, e a Herculano, Teófilo Braga e Oliveira Martins se deve terem, sob diversos aspectos, dado ao mosárabe uma significação profunda na vida nacional. O pretendido abismo que separa cristãos e mussulmanos durante os impérios islamitas d'Espanha foi mais um produto da imaginação e do proselitismo dos escritores cristãos, do que a fórmula sumária dum averiguado fenómeno histórico. Excepto em períodos transitórios duma intolerância mais viva, que, afirma Oliveira Martins, não era maior do que fôra a da igreja visigótica e do que seria mais tarde a dos cristãos contra os judeus, está irrefutávelmente assente sôbre numerosos factos que os sarracenos respeitaram as instituições e as hierarquias civís e eclesiásticas dos vencidos (1).

E .no entanto a história da África do norte, confirma-o Bernard, é essencialmente uma história religiosa. De movimentos religiosos nasceram os impérios sucessivos dos Idrissitas, dos Fatmidas, dos Almoravidas, dos Almohades. Os Hafsidas de Tunis, os Abd-el-Uaditas de Tlemcem, os Merinidas de Fez, êstes últimos sobretu-

(1) Oliveira Martins — Op. cit. pag. 145. As alianças de príncipes sarracenos com cristãos, a existencia de tropas cristãs nos exercitos sarracenos e vice-versa, as conversões, o regimen de culto, etc. apoiam estas asserções. Cfr. Teófilo Braga — *Patria portuguêsa*, pag. 285; e também Lafuente — *Historia general d'España*, Barcelona, 1877, vol. I, pag. 191.

do, erguem o pendão de guerras santas. Emfim as dinastiás Cherifianas nascem da agitação religiosa. Os *marabus*, escreve Bernard, não conheciam o estado, só conheciam o islam. «As altas especulações religiosas e as grandes teorias políticas são indiferentes aos berberes, quer se trate da democracia kharedjita ou do absolutismo chiita. Basta-lhes que o prègador tenha os cabelos longos e desgrenhados, os olhos brilhantes, o albornós rasgado, e o rosto sujo, a voz trovejante ou cavernosa. Se pode jejuar seis semanas a seguir, obter a chuva, fazer dansar serpentes, dar oráculos, consideram-no o Mahdi que traz o reino de Deus á terra» (1).

Analisando a etnografia e a organisação social dos berberes e dos povos peninsulares, pretendeu-se estabelecer entre uns e outros afinidades tão impressionantes como as que a antropologia acusara.

Sedentários, nómadas ou citadinos, os berberes não se entregam a qualquer dêsses modos d'existência por condições de raça, mas pela natureza da região que habitam. Na montanha são fixos, nas steppes deslocam-se em busca de pastos para o seus gados. Possíveis tendências ancestraes para a vida nómada foram no ibero dominadas

(1) Aug. Bernard, op. cit., pag. 102. Deste mesmo autor recolhemos muitas das notas referentes á vida social dos marroquinos.

pelas condições geográficas, pela montanha, pelas fronteiras marítimas, pela feracidade do solo.

O aspecto das aldeias kabilas é semelhante ao das nossas aldeias. As culturas (àparte talvez o atraso excessivo dos sistemas d'arroteamento em Marrocos), o regimen de propriedade, as indústrias populares de tecelagem, ferragens e cerâmica, são, nos sedentários do Tell marroquino ou argelino, muito semelhantes aos dos camponeses d'Espanha. O tipo arquitectónico dos *dar* ou casas dos sedentários de Marrocos é que oferece certas particularidades especiaes, e os *gurbi*, tão freqùentes, não passam de humílimas cabanas cobertas de colmo, do tipo clássico descrito já por Salústio, como os *nuala*, de forma cilindro-cónica, que tendem a substituir os *gurbi*. Os celeiros colectivos da aldeia são os *tirremt*, e em alguns pontos do Aurés, do sul da Tunísia, e entre os Chleuh, há aldeias fortificadas *(agadir)*, em que se armazenam as colheitas da tríbu inteira. Os jardins d'algumas cidades de Marrocos lembram as *huertas* da Andalusia. No vestuário e nos transportes a diferença entre berberes e hispanos é profunda.

Nas instituições sociaes não é possível tambêm estabelecer semelhanças estreitas. Sociedades patriarcaes em que a unidade é a família e não o indivíduo, e em que a autoridade do chefe de família é um princípio d'ordem mais do que o resultado da afeição, as sociedades berberes não se

podem hojo confundir com as nossas sociedades de tendência individualista. A condição da mulher é inferior; basta saber-so quo, em Marrocos, a uma charrua se vêem freqùentemente atrelados, a par, um jumento, um camelo e... uma mulher.

O Estado em Marrocos é mais teórico do que real. O domínio efectivo do govêrno, *Blad-el-Makhzen*, é pouco extenso em relação ás regiões insubmissas e mais ou menos independentos, *Blad-es-siba*. A verdadeira unidade política é a tribu *kbila*, governada por um *cheikh-el-aâm* e constituida por *khoms*, *rba*, *ferka*, ou em suma por várias famílias *(ikhs)* reùnidas. Nos nómadas o clan tem o nomo de *duar* ou *nezla;* nos sedentários forma a *djemâa*. Esta ó a união dos mais velhos, dos homens bons, que elege as autoridades, e resolvo as questões locaes. O clan também tem a sua *djemâa*.

Viu Oliveira Martins nestas e noutras instituições sociaes o políticas dos berberes, afinidades com instituições paralelas dos povos peninsulares. A *djemâa* seria o *pueblo*, o *ayuntamiento*. O celeiro colectivo existiria no *pueblo*, com a *dehesa* ou pasto do gado de todos os munícipes. Restos das formas de vida comunitária se encontram ainda hoje em Portugal, como muito bem mostrou Rocha Peixoto, mas as semelhanças registadas naquellas instituições por Oliveira Martins estendem-so mais ou menos a todos os povos de formação comunitária. E não se deve considerar,

como o ilustre escritor, a *anaia* kabila representada caracteristicamente pela *behetria* espanhola, ou o *çof* berbere pela nossa *union*. São afinidades superficiaes. A *anaia* ou *mesrag* entre os berberes é a protecção concedida a alguem por indivíduos e pelos seus amigos, mediante uma quantia, *zetata*. Visa a defender os viajantes e negociantes nas suas excursões por terras infestadas por malfeitores, ou a proteger alguem contra um perigo ou uma vingança. A *behetria* não é uma instituição tão rudimentar. A seu turno os *çofs* são apenas os partidos ou facções em que estão divididas as aldeias ou as tríbus. Mas isso é então uma instituição de todos os tempos e comum a quási todos os países com vida social de certa intensidade.

Não é em costumes, língua, instituições e outros factos etnográficos que devemos ír procurar analogias mais ou menos reaes, que não constituirão base suficiente para a tese sumária que nestes artigos pretendi exprimir. A variedade de costumes e instituições em tão extensas regiões como aquelas a que se referem estas notas, desafia uma sistematisação perfeita, e a língua, como já temos dito, é um elemento de segunda plana no estudo do parentesco étnico. Está bem definida a influência que na organisação social possue o factor geográfico. Os fracos recursos do solo na rota dos desertos árabo-africanos tornaram insuficiente a arte pastoral, e trouxeram comsigo o

desenvolvimento do comércio e do fabrico, que a seu turno originaram a constituição permanente dos organismos da vida pública (1). Nos oasis o trabalho torna-se sedentário, a condição da mulher eleva-se, e organisam-se as teocracias, que só nos confins dos desertos evolutem para govêrnos láicos. Esta justa interpretação da vida social das nações árabes, saarianas, assíria, etc., mostra como o elemento geográfico pode explicar as diferenças, aparentemente profundas, que separam as nações norte-africanas das nações peninsulares. Há apenas um traço do paralelismo entre a meseta ibérica e a meseta marroquina, entre o ocidente ibérico e o Rarb. Mas a latitude, que engloba tantos elementos, é já diferente, e seria ocioso procurarmos semelhanças entre o Tell e as regiões ferazes da Península hispânica, submetidas a condições climáticas (pressão, temperatura, humidade, etc.) difícilmente identificáveis ás daquele, embora próximas. Ligação não implica semelhança, e não devemos considerar a Ibéria e o norte d'África uma unidade geográfica pela simples razão de sabermos que o estreito de Gibraltar é apenas uma das depressões do sistema orográfico constituido pela Cordilheira bética e pelo Atlas. A Andalusia, Múrcia e Valência, com

(1) Edmond Demolins — *Comment la route crée le type social. Les routes de l'antiquité* — Paris, pag. 204 e seguintes.

os seus invernos pouco rigorosos, têm como o Algarve, um clima considerado *mediterrâneo* ou *africano*, mas o resto da Península tem condições climatéricas diferentes.

Ora, se é certo que os factores mesológicos são também de monta na psicologia étnica, não é menos certo que, englobando-se na palavra raça uma sucessão de meios, a psicologia duma raça não é uma expressão vazia de sentido. A mentalidade, os sentimentos e a acção dos povos sofrem o influxo directo do meio actual, mas a génese do fundo psicológico que resulta dos meios anteriores, escapa já bastante á nossa observação e dilue-se tanto mais quanto mais remontamos ao passado. Chamamos a êsse substrato psicológico a alma da raça, e temos de reconhecer que, na vida familiar, social, política, religiosa, etc., dos berberes e dos povos peninsulares, se descortina uma psicologia, que, envolvendo múltiplos detalhes discordantes, apresenta no entanto alguns traços comuns. É a alma, o génio do líbio-ibero.

Ha perigos em ajuizar-se do modo de ser psíquico dum povo pelas expressões de escritores geralmente optimistas e quási sempre tendenciosos. A psicologia étnica mal se esboçou ainda, porque é difícil fazê-la sem paixão, sobretudo sem paixão nacional.

Se percorrermos as páginas do vários autores, em que se pretende desenhar a mentalidade e o

caracter dos povos a que nos vimos referindo, surge-nos o cáos. Mas façamos uma triagem, sob um critério d'observação própria, e alguma coisa sae da barafunda.

É claro que um catalão não se confunde moralmente com um castelhano; um aragonês ou um biscaínho com um andalus; ou até um minhoto com um alemtejano. Teem uns e outros o seu feitio característico, definido com alguma justiça por Pawlowski, e a que tambêm aludiu com brilho Oliveira Martins. Se estas diferenças surgem dentro do próprio território peninsular, dentro de Portugal até, como as não haverá com os povos norte-africanos?

Mas não é mais ou menos sobriedade, mais ou menos indolência, mais ou menos simplicidade, o que bastará para cavar um abismo entre a mentalidade ibérica e a mentalidade berbere. Há um génio ibérico — não o neguemos —, há um sentir, um pensar, uma acção que são comuns a todos os espanhoes e portugueses a despeito de séculos de rivalidades históricas. E a alma da raça não se abriga apenas para cá do estreito de Gibraltar. Mais longe se estende a sua força imaterial: ao norte d'África, até aos confins do deserto líbico. Não nos fira a aproximação o orgulho d'europeus. O berbere não é um selvagem, nem portador de defeitos taes que pelo confronto nos sintamos amesquinhados. Muitos são sedentários, monogamos, mais laboriósos, sinceros, to-

lerantes e económicos do que os árabes. Um autor escreve que êles passaram quási despercebidos na história, apesar da sua bravura, hábitos de trabalho, inteligência e aptidões manuaes, e atribue êsse facto singular ao isolamento feroz das suas tríbus, originado pelo factor geográfico — falta de grandes rios e planícies. O isolamento das tríbus, facto real, não resulta porêm apenas das condições geográficas, mas dum altivo feitio separatista, (que se nota tambem flagrantemente na história peninsular), e dum estado de estagnação mental, que se traduz tanto na sua insociabilidade como no seu progresso quási nulo.

Essa estagnação intelectual atribue-a Van Gennep á acção do Islam, ao desenvolvimento precoce da sexualidade, e talvez aos efeitos perniciosos, sobre sucessivas gerações, do seu regímen educativo e social da mulher (1).

O Islam, repete Van Gennep, é uma fôrça de morte, não uma fôrça de vida. A sua acção na unificação moral de povôs d'extensas regiões e na génese dos impérios árabes e berberes, correspondeu a sua inércia para a marcha progressiva da civilisação. Influenciando povos de grande delicadeza de sensações, mais do que de grande poder de raciocínio, prometeu fartos gosos materiaes no Paraizo, pois os seus primeiros sequazes

(1) Van Gennep — *En Algérie* — 2.ª ed. — Paris, 1914, pag. 166,

arrastavam uma existência difícil, o essas compensações duma propaganda armada, embora nem sempre consciente, deram aos mussulmanos um poder político, que foi efémero, porque a sua religião nada mais lhes dava.

Mas há muitas tríbus berberes que são islamitas só no nome; no fúndo riem-se do Islam, de todas as religiões. É o que diz ainda Van Gennep, acrescentando que os franceses teem feito paradoxalmente a islamisação da Argélia por erros da sua acção colonial (1). Quanto a êste ultimo ponto, não diz o mesmo Mury, que considera o Islam vítima recente dum quádruplo cheque: na Turquia, em Marrocos, no Centro Africano (vitória francesa sôbre o Rabbah em 1900) e em Trípoli (2).

Islamitas ou pagãs, as tríbus berberes devem o seu estacionamento mental a outras causas, e os casamentos precoces, motivados pela organisação social e pelo clima, nele devem ter um papel importante, como o péssimo regímen educa-

(1) «Um berbere far-se-ha, por um *sou*, católico ou budista», escrevia Camille Sabatier, o que não admite é que lhe toquem na *sua* terra e no direito de a adquirir. Capaz d'evolutir, é diferente do árabe, «que é hoje o que era hontem e outr'ora». (F. Schrader—*Le Maghreb* — «Rev. Anthrop.» n.º 3, 1913, p. 83).

(2) F. Mury—*Le futur champ d'action d'Islam*, na «Révue», n.º 21, 1913.—F. Mury vê na Índia o futuro campo d'acção do Islam.

tivo e a inferioridade social da mulher. Esta inferioridade soma-se pelas células sexuaes femininas de geração em geração, e reflecte-se na própria educação masculina feita nos primeiros anos por mulheres.

Mas, a nosso vêr, o atrazo dos berberes tem ainda origem em condições próprias da raça. Documentam esta asserção largas páginas d'história. Há na capacidade psíquica, nas tendências, nas faculdades da raça, um *quid* que a não tem deixado acompanhar o progresso e colaborar fecundamente com êle. A despeito da vivacidade d'espírito, da lucidez e intuição, que possam existir, e existem, na raça, há nela dois defeitos poderosos: um de sentimento, outro de faculdades de acção. O primeiro é um orgulho rebelde e indomavel, que vae dum individualismo invejoso a um bairrismo estreito e que se traduz no isolamento das tríbus berberes, como nos episódios separatistas da história das nações peninsulares e na ridícula mesquinhez das nossas lutas políticas, todas pessoaes e demonstrativas do fraco conceito que em geral nos merecem os outros, principalmente os outros que pensam, que agem, que lutam, que mandam ou que querem mandar.

O segundo é uma discordância estupenda entre o campo mental e o campo de realisação. Se o berbere, pela ausência das condições apontadas por Van Gennep, abrangesse a esfera ideativa do europeu, um abismo ainda ficaria entre êle

e os mais adeantados povos da Europa. Era o abismo que nós, hispano-portugueses, ainda não conseguimos de todo fazer desaparecer — o da capacidade de realisação prática.

Prega-se nas folhas periódicas do nosso país contra a *crise de carácter*. Mas o carácter neste caso, não deve considerar-se sinónimo de honra, de probidade. Pontos d'honra, altiva nobreza, lídima hombridade, muitos teem reconhecido no espanhol como no português, a despeito do que se diz da *podridão* dos nossos costumes. Não somos tão optimistas, mas não nos parece exacta a afirmativa de que vivemos numa sociedade estruturalmente imoral.

Carácter — o carácter cuja crise entorpece êstes povos — é o laço que une o pensamento e a acção, é a energia que concretisa em factos as representações mentaes. Esse poder de volição esclarecida, secundada por uma tenacidade fecunda (que não é a vulgarissima *paciência*, nem se confunde com uma actividade desorientada), é o que falta á raça. Pois está na sua posse todo o segredo da hegemonia das grandes nações modernas.

O berbere tem os nossos defeitos agravados pelas condições geográficas, pela religião, pelo seu regímen social. A *independência* — eufemismo com que Oliveira Martins (1) definiu no carácter hispano-berbere o orgulho rebelde — fez na Berberia

(1) Oliveira Martins — Op. cit., p. 36.

a anarquia permanente, na Península o separatismo regionalista, a desorganisação política e social, a decadência nacional após uma fase efémera d'hegemonia. A *crise de carácter* que, acrescida dum estacionamento intelectual deploravel e do defeito anterior, não facilita a modernisação do berbere misoneista, tambem é o factor da imperfeição com que os países peninsulares acompanharam a civilisação mundial contemporânea. Adquiriram apenas um verniz superficial, adoptaram os ultimos figurinos, apaixonaram-se pelas ideias (sobretudo quando extremas) importadas do estrangeiro, e afinal não se integraram plenamente no espírito moderno, não alcançaram as qualidades de disciplina mental, d'acção e de tenacidade que distinguem os povos triunfantes. Até deixam as melhores emprezas comerciaes, industriaes, mineiras, etc. nas mãos d'estrangeiros, numa ironia desairosa para todos nós que nos consideramos civilisados, esclarecidos, preparados para a concorrência que é o aspecto dominante da vida social d'hoje.

Terra onde nulos andam mascarados de gigantes, terra de heroes de tão fácil quão fugitiva glória, terra onde um gesto mais ou menos d'acaso tem maior êxito do que uma empreza de alcance patriótico, terra em que se discutem só fórmulas e simpatias num desdêm dos conceitos fecundos e das aptidões reaes, Portugal atravessa, além disso, a sorte amarga das pequenas nações,

numa conjuntura trágica e anciosa da história. A nossa vizinha, a Espanha, está lançando os olhos para o futuro, numa ambição expansiva, que traduz irrefutavelmente o seu renascimento. Da nossa parte, um entendimento diplomático lançou-nos na conflagração ao lado da Inglaterra, a quem por antigos pactos d'aliança a independência de Portugal deve possível auxílio, embora seja notória a sua acção na desagregação de parte do nosso património colonial, o que é um extranho procedimento para com um país aliado. Mas é tal aliança razão para que não pensemos em realisar também uma aproximação com a Espanha, que nos é ditada pela geografia, pela antropologia, pelos interesses colectivos? Para mais, a Espanha, segundo é lícito depreender das informações jornalísticas, está na iminência duma aproximação com a Inglaterra e com a França, o que nos deixaria num perigoso isolamento. Ela é claramente a nossa aliada natural.

O A B C da América do Sul, as grandes confederações, são lições explendidas de política internacional pelas suas consequências proveitosas para os póvos que nesses entendimentos colaboram.

As alianças, as *ententes,* as aproximações, devem inspirar-se rigorosamente no interesse nacional, e não em sentimentalismos ou idealismos sem uma segura base d'utilidade pátria. E de

todas as indicações dos factos resulta que Portugal e a Espanha, finalisando uma velha política de antagonismos, se deveriam entender amigavelmente para uma acção comum, que permitisse o estabelecimento, no ocidente europeu, dum forte bloco de nações irmãs, opondo, nos azares do destino, ao imperialismo das grandes potências actuaes um novo imperialismo, em que cooperariamos com vantagem. Temos nós portugueses em salvaguarda da nossa independência, uma etnia distinta, uma história, uma língua, direitos, o próprio interesse comum das duas nações.

Mas, regressando d'esta breve divagação, fique expresso, em fecho do que expuzemos sôbre berberes e os povos peninsulares, que para os defeitos comuns, acusados pela sua psicologia, há felizmente uma possível terapêutica política e educativa.

Teem-no compreendido os povos europeus que efectuam modernamente a colonisação da África do Norte? Parece que sim. Bernard, referindo-se á acção europeia em Marrocos, diz que a maior riqueza do país é a população berbere (1). Tudo está em «iniciá-la.»

A tarefa entre os povos peninsulares é mais fácil. Devemos agradecê-lo ás condições geográficas e históricas que nos permitiram uma evolução mental e social diferente da dos povos

(1) A. Bernard—Liv. cit. p. 416.

norte-africanos. Não tivemos o seu marasmo tantas vezes secular, não ficámos tanto atrás.

Mas nem porisso uma acção política e educativa se dispensa entre nós. Porque o mal, embora de raça, não é incurável. O que se engloba em grande parte na palavra raça — já o dissémos — senão uma sucessão de meios? Crie-se um novo meio político e educativo. Está nas mãos de todos nós. *Sursum corda.* Ergamos os corações muito alto.

VIII

O VALOR SOCIAL DO PORTUGUÊS

Não temos ilusões sôbre a dificuldade em ligar os dados antropológicos com os da história e da sociologia. Avêssos ao método estreito de Lapouge, que relaciona factos sociaes com caracteres somáticos isolados, baseámo-nos antes nas relações desses factos e da história com os tipos definidos por um conjunto de caracteres. É o que fizeram Bertholon e Chantre, referindo ás principaes influências antropológicas na África do norte as diversas manifestações etnográficas da região (1).

É claro que imediatamente esbarrámos com fortes obstáculos. Quaes são socialmente superiores: as raças puras ou os mestiços? Por outro

(1) Bertholon et Chantre. — *Recherches anthropologiques*, etc. Op. cit., p. 15 e seg.

lado, o valor social dum agregado étnico corresponde exactamente á combinação ou fusão dos valores específicos de cada elemento antropológico componente? Além disso, é sempre difícil averiguar o que deve atribuir-se á raça e o que resulta d'outros condicionalismos, de causas meramente acidentaes inclusivé. Emfim, a maior prudência não impede as soluções verbaes, que, como scientista, tanto detestamos.

Assim, pois, limitámo-nos a fazer um sumário balanço das principaes características que definem, sob o ponto de vista social, este agregado étnico, e a procurar extrair do confronto com os póvos com que a analise antropológica estabelece o seu parentesco, conclusões geraes sobre a sua evolução política e social. A antroposociologia é ainda uma sciência em embrião. Não é porisso extranho que Papillault a negue, embora admita a biosociologia e a antropologia criminal. Comquanto das páginas deste livro pouco resulte pois na parte relativa ao valor dos factores antropológicos nos destinos da sociedade portuguesa, alguma documentação subsistirá, porém, sôbre a nossa otnogenia e as nossas afinidades étnicas.

E assim, quando de mais não sirva, esta tentativa possuirá ao menos o dom de acentuar que temos na raça um substrato real da consciência da nacionalidade.

*

Sob o ponto de vista social, os três elementos, ariano, braquicéfalo e mediterrâneo, hierarquisam-se nesta mesma ordem» — assim se exprime Lapouge (1), designando por arianos os dólico-loiros do norte. É o que já Gobineau pretendia, e é o que o brilho d'algumas civilisações mediterrâneas permite pôr em dúvida. Indubitavelmente a hegemonia dos nórdicos é um facto da actualidade, que demonstra poderosas qualidades da raça. Mas nem os povos mediterrâneos são desprovidos inteiramente de aptidões e faculdades — di-lo a história! — nem todos os nórdicos e braquicéfalos os excedem em valor social. A fórmula de Lapouge, como muitas outras das suas fórmulas, é excessivamente simplista.

Pelo que particularmente respeita ao povo português, conhecem-n'o mal os estrangeiros ignaros que o julgam um povo de mulatos, portadores de todos os defeitos destes, ou os estrangeiros superficiaes que o ajuizam sómente atravez dum ou outro episódio político mais ruidoso e mais ou menos deturpado lá fóra por gazetas tendenciosas ou mal informadas. O seu valor social é irrecusável, a despeito da crise moral e económica que atravessa presentemente: documen-

(1) *Race et milieu social*, pag. 177.

tos flagrantes e palpáveis o fundamentam. A principiar num passado inegávelmente brilhante, e a finalisar nos dados numéricos que com a mais estrita independência scientífica atestam a vitalidade e vigor da raça.

As virtudes, bem conhecidas, dos velhos Lusitanos, o seu valor indómito, os seus costumes guerreiros, a sua altivez heroica, o seu sentimento ardente d'independência, a sua resistência contra as influências estrangeiras, são factos estabelecidos pelos textos históricos mais fidedignos e constituem o mais remoto padrão da epopeia nacional. O génio guerreiro de Viriato simbolisa as primeiras manifestações de vida duma Pátria. Não pode atribuir-se a lendas de patriotas entusiastas o que é documentado por investigações arqueológicas e pelos depoimentos imparciaes de historiadores antigos que não eram Lusitanos.

As virtudes ancestraes e o anceio d'independência são expressos em factos da história da monarquia, cujo brilho tambêm não pode considerar-se o méro produto d'exagêros fanáticos dos escritores da época, porque se traduzem tanto na forte individualidade e na autonomia de Portugal como na realisação das descobertas geográficas e dum dos maiores impérios coloniaes da história. Este último, por si só, é uma prova cabal do valor português.

Erros e desfalecimentos ensombraram de vez

em quando o rutilante fulgor da epopeia pátria. Uma decadência evidente se manifesta a partir dos últimos reinados da dinastia d'Aviz, e essa decadência assumiu proporções alarmantes quando as lutas políticas do liberalismo começaram convulsionando o país, e ainda se agravou agora com as conseqüências moraes e materiaes do conflito europeu. De par e passo, o velho império colonial se foi esboroando, mas não a tal ponto que ainda hoje o microscópico Portugal não seja uma das maiores potências coloniaes do mundo.

A raça é inegávelmente vigorosa e forte. Diodoro Sículo considerava já os Lusitanos os mais fortes de todos os Iberos. E os números, as estatísticas, não acusam ainda hoje nos portugueses uma decrepitude ou degenerescência física que os coloque em plano de nítida inferioridade perante os povos mais vigorosos e robustos.

Em vários caracteres e índices somatológicos (capacidade craniana, índice sagrado, algumas proporções do corpo, etc.) apresenta o português condições de superieridade antropológica, que lhe dão um logar de modo algum secundário no grupo das raças europeias em que se filia pelo conjunto da sua caracterisação morfológica. Os *coeficientes de robustez física de Piguet* (1) que

(1) Este coeficiente é determinado com a estatura, peso e perímetro torácico. Preferimos-lhe o *valor numérico de*

calculámos sobre os resultados d'observações feitas nos alunos do Liceu de Coimbra (1) não se afastam sensívelmente dos padrões estabelecidos em França por Lucien Mayet (2) e quaesquer pequenas diferenças podem atribuir-se ao facto dêste adoptar o perímetro torácico mamilar e não o xifo-esternal adoptado em Coimbra; esse coeficiente era nos rapazes de Coimbra, em média, de 42,7 dos 10 para os 11 anos, 25,3 dos 19 para os 20, e 24,9 dos 20 para os 21, emquanto que Mayet dá as médias de 42-43 aos 10 anos, e cerca de 23 aos 20.

Talvez mais concludente é, porém, o estudo das condições fisiológicas do povo português.

Os primeiros séculos da monarquia encontraram uma população diminuta no nosso território talado por guerras e invasões. Os esforços dos reis da primeira dinastia para a adensarem quebrou-se por vezes d'encontro a factores poderosos que se opunham á intensificação do processo de-

Messerli, que entra também em linha de conta com a circunferência do braço, mas não temos elementos por emquanto para o utilisar neste trabalho. O coeficiente de Piguet diminue da infância para a idade adulta, e na mesma idade é tanto menor quanto maior é a robustez.

(1) Alves dos Santos—*O crescimento da criança portuguesa*—«Boletim bibliográfico da Universidade de Coimbra», 1916.

(2) Lucien Mayet—*Le développement physique de l'enfant*—«Journal Médical Français», n.º 9, 1912.

mogénico. É extraordinário entretanto como as guerras, as pestes, as fomes, o estabelecimento das colónias, etc., permitiram nos séculos XV e XVI um aumento, que de resto coincide com a era do explendor máximo da história nacional. Com a decadência começa tambêm a declinar a população. Do século XVII para o século XVIII o movimento descensional detêm-se, e novo acréscimo se opéra, mais acentuado no decurso do século XIX.

O aumento anual médio de população, segundo os dados valiosos do sr. prof. Bento Carqueja (1), coloca Portugal hoje acima da Itália, da Espanha e sobretudo da França. Como a Irlanda, a França tem coeficientes de natalidade mais fracos do que Portugal, em que êsse coeficiente orça pelos da Espanha e da Itália. Tendo lisongeiras taxas de natalidade, não é dos países com maiores taxas de mortalidade, o que atesta a vitalidade orgânica do português. Se se descontar a mortalidade infantil que é pavorosa sobretudo no Porto, e que indicia mais a carência de cuidados higiénicos do que a fraca resistência física da raça, os índices de vitalidade no povo português sofrem confronto com os dos povos favorecidos. Os estudos biométricos do sr. prof. Carqueja dão-lhe, dos 5 aos 70 anos, boas *taxas de sobrevivência.*

(1) Bento Carqueja — *O povo português* — Porto, 1917. Pp. 95, 165, 282, 453, etc.

A densidade média de população, que é de 73 habitantes por km², coloca Portugal muito acima dos países menos povoados da Europa. Alguns distritos — como o do Porto, em que a densidade é de 213,6 habitantes por km² — teem um adensamento de população egual ao de regiões das mais numerosamente povoadas no continente europeu.

Se a percentagem de casamentos é ligeiramente inferior ás das outras nações da Europa, se Portugal é dos países em que a família conta em média menor número de pessoas, e ainda se as taxas de emigração só são excedidas pelas da Escócia, Itália e Irlanda (1), é preciso não ver nesses factos um desfalque fisiológico ou patológico na vitalidade da raça mas apenas a tradução dum estado social que não é bom, especialmente nos seus aspectos económicos, moraes e educativos.

O que das qualidades dos nossos emigrantes nos dizem os relatórios de diversos cônsules em resposta a um excelente inquérito da Sociedade de Geografia de Lisboa, é, aparte as que resultam da lamentável falta de cultura, extremamente honroso para os portugueses. O sr. prof. Fernando Emígdio da Silva, no seu importante estudo sobre a emigração portuguesa (2) define o nosso

(1) Bento Carqueja — *Op. cit.*, pp. 127, 138, 143 e 395.
(2) *Emigração portuguesa* — Lisboa, 1917 — pp. 273 e seg.

emigrante como «honesto, sóbrio, trabalhador, arrojado, ordeiro, tolerante e caritativo». O bom comportamento e a probidade são, segundo o sr. Ernesto de Vasconcelos que resumiu os resultados do inquérito supracitado, as suas qualidades dominantes. É curioso que a tolerância é uma virtude que só nasce no coração português longe da Pátria . . . Infelizmente a falta de cultura gera nesses emigrantes uma tendência desnacionalisadora, a que só a língua e o espírito associativo resistem bastante. Pena é também que os portugueses emigrem para países estranhos que vão valorisar, em vez de emigrarem para as colónias ou de valorisarem a própria terra. É certo, entretanto, que a emigração para o Brazil, tendo inconvenientes, algumas vantagens apresenta também.

Outro índice do valor do português se encontra no estudo da criminalidade. Como nos nossos trabalhos criminológicos (1) fizemos salientar, Portugal tem uma percentagem de criminalidade inferior à de alguns países mais cultos e progressivos. Os homicídios são aqui mais freqüentes do que na França e nos países do norte (efeitos climáticos?), mas são menos freqüentes do que na Austria, na Espanha, na Hungria e na Itália. Quanto aos furtos não conheço país algum

(1) Mendes Corrêa — *Os criminosos portugueses*, op. cit., pp. 35 e seg.

em que a sua percentagem seja menor. Só nas rebeliões políticas, o nosso país bate o *record* das taxas elevadas. Nos Estados Unidos, a percentagem dos homicídios era em 1897 sete vezes maior do que a correspondente em Portugal.

Para mais, mostra-se nas estatísticas de criminalidade uma acentuada tendência á diminuição desta, depois do aumento considerável operado nos dois últimos decénios do século findo. As percentagens anuaes dos réus condenados na metrópole, por 1.000 habitantes, são, segundo os nossos cálculos:

Períodos	Condenados por 1000 hab.
1878-1881.	1,75
1886	2,39
1891-1897.	3,48
1903-1909.	3,33
1912-1916.	2,19

Dadas as más condições económicas da população portuguesa, a sua desorganisação familiar, jurídica o política, e o mau ambiente educativo em que ela respira, seria de esperar uma delinqüência mais desenvolvida. Apenas nas rebeliões políticas o nosso povo obedece ás previsões que um tal condicionalismo sugere.

Se as estatísticas não falham, a crise moral que o país tem atravessado, não modificou estru-

turalmente o nosso povo. Trata-se talvez duma escuma superficial, o que nem porisso deixa de ser um perigo grave.

A moderação observada em várias taxas de criminalidade, sòbretudo nas dos crimes contra a propriedade, é um documento feliz da psicologia do português: «é excessivo e instável (escrevemos nós ha anos), como autêntico meridional, mas em geral atenua as suas demasias com os lances de uma bondade resignada e simples que floresce ás vezes a par de uma coragem épica. Agressivo e inteligente, é dos meridionaes o menos feroz e o menos astuto».

O dr. Ferraz de Macedo definiu-o: «é muito inteligente, mas tem pouca iniciativa, tenacidade e persistência; instavel na observação e na pesquiza como na opinião formulada, mas imitador primoroso; é um impulsivo bom, fatalista e resignado com a pobreza, incauto e imprevidente, poucas vezes traiçoeiro e poltrão».

Raczynski considera o povo português «inteligente, laborioso, moderado, de carácter bom, doce e alegre». Declarava-o tambêm amante do trôno e da religião.

Não esquecendo o valor e a resistência do nosso soldado em expedições coloniaes não muito remotas, Antonio Arroyo escreve com optimismo: «Este povo português que tão mal apreciado tem sido por nacionaes e estrangeiros, a ponto de o darem como moribundo, revela todavia hoje

energias latentes que, como vimos, se prendem ás épocas mais gloriosas da nossa história...» (1)

Os números são talvez mais eloqüentes do que todos os retratos, nalguns dos quaes o amor pátrio pode turvar a imparcialidade do observador. Mas êsses mesmos conduziram ás conclusões gratas que rapidamente sumariámos. «A população portuguesa, escreveu o sr. prof. Silva Teles (2), é vigorosa mas faltam-lhe neste momento instituições sociaes que favoreçam o seu crescimento». A raça é forte, dizemos nós, mas há no seu modo de ser psíquico um defeito estrutural, que é a causa primária dos males portugueses.

Como outros povos mediterrâneos, como os seus vizinhos espanhoes, os portugueses assinalaram-se na história pelo seu espírito de independência e de aventura e pelas sua aptidões de conquista, mas faltou-lhes a tenacidade, a sciência, o carácter, que deveriam imprimir uma feição duradoura ás suas emprezas admiraveis. Foi esse defeito que tornou inconsistente e fragil a obra colonial de fomento e civilisação, que deveria ter sido o complemento indispensavel da conquista. É esse defeito que avulta hoje e sempre em todas as manifestações da vida portuguesa.

(1) António Arroyo — *O povo português* — «Notas sobre Portugal», II, p. 97.

(2) Silva Teles — *Portugal — Introdução geográfica* — «Notas sobre Portugal», I, p. 54.

O químico Ostwald no seu livro sobre os grandes homens (1) diz que descobria os futuros sábios e homens de mérito ainda nos bancos das escolas: vinham a sê-lo os estudantes que se não contentassem com a sciência fornecida pelos compêndios e nas aulas, e alargassem mais o campo das suas inquirições estudiosas.

Quando li este trecho do químico alemão, sorri tristemente. Pensava em que na nossa terra é raro o estudante nessas condições.

Ao estudante português, como ao português em geral, faltam o espírito de seqüência, a tenacidade, a aplicação. As curiosidades intelectuaes — quando as tem — satisfa-las com umas vagas tinturas de sciência, que nada se parecem com a investigação, o trabalho aturado, persistente, disciplinado, dos estudiosos das nações progressivas.

O carácter dominante das manifestações da actividade nacional é o efémero, o transitório. Como os grandes impérios árabes e berberes, assim se desmoronou o nosso império do século XVI. Somos, como muito bem diz Anselmo do Andrade, os fidalgos arruinados do morgadio dos mares. Com um vasto domínio colonial quási não temos marinha mercante. Com grandes extensões de terreno arroteavel, abandonamos o país e vamos para terra estranha arrastar uma existência penosa e dura. «Com capacidade territorial

(1) *Les grandes hommes* — Paris, 1912, p. 3.

dentro do país para alimentar 15 milhões de habitantes—escreve o referido economista (1)—não alimentamos a terça parte. Com um domínio ultramarino vinte vezes mais extenso do que a metrópole, por tal maneira estão estabelecidas as suas mútuas relações que nem as colónias servem a metrópole, nem esta serve as colónias». A ignorância e a deficiente alimentação do trabalhador constituem factores importantes da insuficiência da produção nacional. Montanhas de papel impresso tem sido estéreis incentivos para a obra de emigração que fertilisaria as vastas planuras alentejanas. A cultura saçarina não é o que podia e devia ser, e sômos tributários do estrangeiro em produtos industriaes, que poderiam ser aqui fabricados. A exploração duma relativa riqueza hidro-eléctrica apenas se esboçou. As importações sobrepujam sempre as exportações, significando uma existência parasitária, artificial, ruinosa, um estado económico que não póde prolongar-se indefinidamente. Na situação financeira é ocioso falar: a dívida flutuante ascendendo em progressão geométrica, a circulação fiduciária aumentando desproporcionadamente, o crédito nacional estiolando a olhos vistos, a bancarrota surgindo no horisonte.

Este quadro pessimista da economia e finan-

(1) Anselmo d'Andrade — *Portugal económico* — Coimbra, 1918, p. 84.

ças de Portugal tem um desolador paralelo na situação política. Esta apavora. Após a calma transitória do último quartel do século passado, volvemos á agitação desorientada e aterradora do seu segundo quartel, com a agravante de se estar tambem em presença dum movimento de carácter social, que, se reflecte as *grèves* revolucionárias do estrangeiro e a revolução russa, espelha tambêm um deplorável mal estar interno, aumentado naturalmente pelo conflito europeu. Inconsequentes, versateis, apaixonados, os políticos portuguêses são os tristes *meneurs* de multidões, que, tendo os defeitos de todas as multidões, ainda teem a mais os que são peculiares ás turbas portuguesas. Vive-se no regimen da inconstância, da desorientação, da indisciplina. Ha um alto ideal da Pátria, servido por uma consciência educada e nobre? Não. Ha interesses de seita, ha interesses d'indivíduos.

Tudo em Portugal tem hoje uma feição anárquica. É a anarquia nos espíritos e nas ruas, nas *elites* e nos iletrados, nos serviços públicos, nas finanças, no governo, na economia do país. É uma incoordenação, uma ataxia social.

E porquê? Porque as boas qualidades da raça carecem de ser orientadas para um ideal superior e completadas com as que lhe faltam e que são o segredo dos progressos das grandes nações. Porque não ha *carácter*, que é a tenacidade, o espírito de sequência, a disciplina mental, a lógica

dos actos, a volição inteligente, a força que concretisa a ideia em acção.

O carácter é a chave de todos os êxitos, de todas as vitórias duradouras. Sem êle, toda a hegemonia é efémera. Ninguem recusa ao português a capacidade para um feito de sublimada grandeza: do que se duvída é que desse feito êle saiba extraír perenes e fecundas consequências.

Se a raça fôsse um bloco intransformavel e rígido, a constatação feita deixar-nos-ia a mais desoladora mágua: estariamos em face do irremediavel. Mas não é assim. A raça é a tradução plástica dum passado mesológico. Crie-se-lhe um novo ambiente, ela transformar-se-ha decerto.

Acabo de lêr o livro de Ezequiel de Campos *Pela Espanha*. A despeito da sua crítica aos dirigentes do país vizinho eu sinto que as impressões das minhas rápidas viagens em Espanha se confirmam. Está ali um povo que renasce, que se transforma. A ampliação da actividade metalúrgica e mineira do Bilbao e dos Cantábricos, os progressos fabris de Barcelona, a produtiva tarefa de irrigação do vale do Ebro e da orla mediterrânea, são, entre outros, os sintomas duma resurreição. Isto, após as convulsões políticas dum século, a derrota, a perda dum império colonial — em suma após a catástrofe.

Essa catástrofe imensa ainda não sobreveio a Portugal. Se a crise é do carácter, estabeleçamos á acção individual e colectiva o ambiente que o

determina. Acudamos a tempo, porque a ameaça paira sobre as nossas cabeças. Chegou a hora dos estadistas e educadores de esclarecida vontade. O problema não pode continuar a ser profanado pelas mãos impuras de aventureiros, *declassés* ou ignorantes que nas audácias da vida partidária grangeiam situações que uma concorrência séria lhes não lograria em qualquer outro ramo de actividade: o momento é das competências e dos caracteres.

*

Vimos quem somos, de onde viemos. Perscrutámos as orígens na sombra misteriosa do passado, e friamente, serenamente, com o escalpelo da análise antropológica, dissociámos os elementos raciaes cuja fusão produziu a massa homogénea da população portuguesa de hoje.

Num rápido esboço de história étnica assistimos ao desenvolvimento da Nação, e em seguida, confrontando tipos e caracteres, desfiando parentescos, procurámos os nossos irmãos.

Dêstes, pela vizinhança, pelos recentes progressos e pela categoria internacional, um nos surgiu digno de mais devotada eleição: a Espanha. Quando escrevemos essas linhas, em que inspirados na mais escrupulosa imparcialidade, preconisámos a aliança luso-espanhola, ainda a guerra europeia estava no seu máximo de inten-

sidade. Hoje, que a guerra finda, sem que a Espanha haja tomado lugar ao lado dos portugueses, em nada modificamos porisso a orientação expendida.

Se a Sociedade das Nações vier a constituir-se, o que não é certo ainda, naturalmente o princípio das afinidades étnicas dominará as relações internacionaes. Se, pelo contrário, os conflitos armados e a ameaça militarista continuarem sendo os meios de acção de imperialismos que se não tenham extinguido, é lógico ainda fundar as alianças em afinidades concretas dos povos, como são as de ordem antropológica. Em qualquer dos casos, em vez de procurar um apoio exclusivo em potências cujos sentimentos a nosso respeito não sejam ditados por uma estreita identidade de origem, de passado e de aspirações, está indicada uma aliança com a Espanha logo que se hajam extinguido os últimos rumores desta guerra nefanda e os últimos ecos da Conferência da Paz.

Se a Sociedade das Nações, concepção cuja natureza real ainda não sabemos qual seja, não tiver passado de mais uma utopia de governantes idealistas, ou encobrir afinal uma nova organisação de intuitos imperialistas, a aliança luso-espanhola estabelecerá na Península uma força poderosa que se oporá com vantagem, quando necessário fôr, ás ambições expansivas, aos desígnios absorventes das grandes nações.

Aliança não quer dizer nem federação nem fusão. Tranquilisem-se os patriotas. Já mostrámos que uma admirável homogeneidade étnica, a honrosa filiação lusitana, oito séculos de história e uma epopeia grandiosa nos dão individualidade e direitos. A autonomia portuguesa é um axioma formidavel. No maior abastardamento de caracteres que fosse possivel imaginar, se qualquer atentado contra a nossa independência se consumasse, surgiriam por uma necessidade histórica, por uma fatalidade inexoravel, os netos dos soldados do Valverde e de Aljubarrota.

Mas tal se não dará, crêmo-lo bem. Ilude-se, por exemplo, quem pensa que a história de Portugal é pelos espanhoes ensinada em desfavor nosso. Eles são os primeiros a reconhecer os nossos direitos, a prestar homenagem ás autênticas glórias portuguesas, tantas vezes em detrimento do seu amor-próprio ofendido com a derrota.

Se Lafuente escreveu que Portugal é um florão arrancado á coroa real de Espanha e se um conhecido asserto espanhol vulgarisado em jornaos portugueses, é que «sem Gibraltar e sem Portugal a Espanha nunca será nada» é bem verdade que as *elites* e os dirigentes do país visinho não acusam o menor desejo de absorpção perante Portugal. È o reconhecimento duma realidade jurídica e histórica.

«A balda do inimigo natural de ao pé da porta devia ser mudada na emulação amigavel, na coo-

peração recíproca em obras de progresso, e em entendimentos para cada vez maior valor internacional de efeitos mútuos dos povos da Ibéria. As greis peninsulares deviam ser educadas para o respeito recíproco e salutar amizade, trocando-se as palavras e reticências agressivas por sentidas e eficazes acções de camaradagem no trabalho. Não reste dúvida que cabemos todos na Ibéria, cada qual em sua casa.»

Assim se exprime lucidamente um autor já citado, o sr. Ezequiel de Campos (1), e, se nós vemos nas afinidades étnicas e na vizinhança geográfica razões fortes da aliança, aquele economista brilhantemente demonstra como é necessário e patriótico estabelecer a cooperação industrial, agrícola, comercial e económica dos dois países. O aproveitamento do Douro como estrada comercial e fonte de energia hidro-eléctrica, a solução do problema agrícola do sul do país, importam o concurso da Espanha, e esta tiraria o mais alto partido da utilisação do Douro, pelo arroteamento do planalto castelhano, que teria a sua via de exportação como a teriam outras regiões do noroeste espanhol. Um regímen aduaneiro especial seria um auxiliar eficaz da patriótica tarefa. O que é, como muito bem diz o mesmo autor, um contrasenso nacional é deixar a Ibéria inculta,

(1) *Pela Espanha*, p. 408.

«exportando como gado muita, e da melhor, da sua gente».

O maior perigo para Portugal não está em sermos amigos dos espanhóes; está em subordinarmo-nos a nações estranhas, de interesses diversos dos nossos e de diferente estirpe ótnica, que, quando nos não deixem expoliar, nos expoliem elas próprias!

*

A marcha vertiginosa e quási sempre ilógica dos acontecimentos políticos dos últimos tempos em Portugal; a anarquia que reina nos serviços públicos, nas indústrias, no comércio, na instrução; o desequilíbrio sempre crescente na economia nacional; o descalabro financeiro que hora a hora nos dá cada vez mais pavorosa e sombria a perspectiva da completa ruína; a desvalorisação da moeda em consequência do esgotamento de todas as reservas, dos esbanjamentos, da passividade e erros dos governos, e do alargamento desmesurado da circulação fiduciária, expediente desgraçado dum tesouro falido e de estadistas sem uma visão clara dos factos ou sem patriotismo; o progressivo agravamento da luta das classes que, espelhando o mal estar universal desta era de anciosas interrogações, encontra um propicio meio de cultura num país em que todos gostam de ganhar muito trabalhando o menos

possivel e em que o contágio das ideas más é tão forte como o das boas; a insuficiência governativa que, numa dança macabra de favoritismos e incompetências, nem parece lembrar-se de que 2 anos depois de assinada a paz temos de pagar uma dívida enorme á Inglaterra—são factos que, pela sua gravidade extrema, se devem encarar com mais serenidade do que paixão.

Que todos os portugueses consultem as suas consciências e reconhecerão que a todos cabe uma parcela de culpa. O momento é delicado de mais para retaliações. O que acima de tudo é preciso, é não perder a fé nos destinos da nação, mas é preciso tambem que se não alimente a fogueira com as torrentes de ódio que, como um caudal de lava destruidora e esbraseada, teem assolado esta pobre terra portuguesa.

Se todos os homens de inteligência e boa vontade se compenetrassem de que não ha solução para a crise actual dentro dum sectarismo intolerante e obstinado e se dispuzessem a prestar o seu concurso leal e honesto a uma obra de reorganisação nacional, sacrificando no altar da Pátria quaesquer divergências de pessoas ou de fórmulas, não deveria haver temor do futuro.

A abstenção política das competências é um crime contra a nação. Nada a explica, senão egoismo ou covardia. Não se operará talvez tão cedo uma feliz convergência de muitas actividades sãs, mas adivinhámo-la já num futuro não

distante. Os acontecimentos poderão mais do que os homens, e o instinto de conservação salvará mais uma vez a nacionalidade. Factos recentes constituem os sinaes precursores duma acção que vivificará e orientará as energias nacionaes quebrantadas por uma crise das mais graves da nossa história.

Portugal tem ainda grandes recursos territoriaes e humanos. A questão está apenas em os aproveitar. O desequilíbrio financeiro e económico, o mal estar das classes, os erros políticos, as conseqüências da guerra e do estado social da Europa, terão remédio numa regularisação dos processos de governo, na intensificação da produção e numa valorisação dos recursos nacionaes especialmente das colónias.

Sem duvida a crise é angustiosa. Mas Portugal não viveu já a hora alanceada de Alcacer? Não foram tambem tragicamente anciosas outras conjunturas da sua história?

Não ha um optimismo meramente retórico nesta afirmação de fé. Há naturalmente patriotismo, mas ha tambem o conhecimento sereno das virtudes e do valor da raça. Os defeitos que com essas virtudes coexistem no plasma germinativo nacional, são, é certo, consideráveis, mas não irremediáveis. O que é indispensável é que, sem esquecermos a tradição e o passado, saibamos encarar como nação moderna as realidades do presente. Os problemas da

hora actual, não se resolvem decerto com a espada religiosa e heroica de Nun'Alvares. Mas o brio dum povo, que soube realisar uma admiravel epopeia, deve dar a esse povo valor e estímulo para, dentro do espírito contemporâneo, cumprir uma nova missão histórica.

Agora que a América latina — produto maravilhoso e quási exclusivo da colonisação ibérica — surge, pletórica de recursos e de juventude, no tablado da vida mundial, as condições geográficas conferem necessariamente a Portugal e á Espanha o papel de intermediários naturaes entre a velha Europa, gasta e inquieta, e os países novos, exuberantes de vida e de riqueza. Por outro lado, as nossas colónias africanas, abrindo-se a uma exploração intensiva e metódica, serão um património cuidadosamente conservado, o nosso imenso tesouro.

Debruçado sobre o Atlântico, teatro de passadas glórias, Portugal, por uma predestinação feliz, renascerá.

ÍNDICES

ÍNDICE ANALÍTICO DAS MATÉRIAS

I — **A Crise da Antroposociologia**, 9.—Imperialismo e Antroposociologia, 9; a doutrina de Gobineau e o pangermanismo, 10; o ariano, 11; a crítica da doutrina, 12; interesses materiaes de povos e doutrinas scientificas, 13; mestiços e raças puras, 14; hierarquia das raças, 14; o que é a Antroposociologia, 15; definição psico-social das raças, 15; raça e passado mesológico, 17; o meio em antropologia, 20; o génio dum povo, 21; as dificuldades em antroposociologia, 21; a antroposociologia e a psicologia étnica, 25; o factor antropológico em demografia, geografia humana, economia política, história, etc., 26; o método scientifico em antroposociologia, 28.

II — **Etnogenia Portuguesa**, 31. — A nação portuguesa resultado dum condicionalismo natural, não dum fortúito episódio político, 31; o homem terciário em Portugal, 33; o paleolítico, 36; o tipo físico do homem quaternário em Portugal, 40; o epipaleolítico, 41; os kiökkenmöddinger do Vale do Tejo, 41; os restos humanos dessas estações, 44; hipótese do asturiense português, 49; o neolítico, 49; os tipos físicos do homem neolítico português, 53; as raizes da nacionalidade, 56.

III — **Etnogenia Portuguesa** *(continuação)*, 57. — A época dos metaes em Portugal, 57; eneolítico, 57; influências extranhas, 58; a idade do bronze, 58; a individualidade da

cultura ibérica, 59; a idade do ferro, 59; a resistência á cultura extranha, 62; as tentativas de filiação étnica dos portugueses, 63; velhas lendas, 63; os mais antigos povos históricos do território, 64; Iberos, ligures e celtas, 64; individualidade étnica e individualidade antropológica, 65; fenícios e gregos, 67; ligures, 68; os povos da «Ophiusae frons» segundo o poema d'Avieno, 69; a primeira possível referência histórica aos lusitanos, 71; os celtas, 71; os cartagineses, 73; Lusitânia e lusitanos, 73; as primeiras manifestações da nacionalidade, 75; invasões nórdicas, 75; dominio árabe e berbere, 76; identidade de raça, 76; a independência portuguesa, 77; mouros e judeus na história da monarquia, 78; ciganos, 79; outras migrações étnicas em Portugal, 80; a pureza racial e o valor português, 81; dados antropológicos da protoistória e história portuguesa, 82.

IV — **Etnogenia Portuguesa** *(conclusão)*, 87. — A população portuguesa d'hoje, seus caracteres antropológicos, 87; côr, 87; estatura, 88; índice cefálico, 89; índice nasal, 89; índice orbitário, 89; índice facial, 90; capacidade craniana, 90; prognatismo e outros caracteres cefálicos, 90; coluna vertebral e membros, 91; conclusão, 93.

V — **Povos Irmãos**, 97. — Antropologia d'Espanha, 97; pigmentação, 97; estatura, 98; busto, pêso e perimetro torácico, 99; índice cefálico, 99; relações verticaes, 101; índice facial, 101; índice nasal, 102; índice orbitário, 103; elementos antropológicos na população espanhola, 104; o problema vasco, 105; unidade espanhola, 107.

VI — **Povos Irmãos** *(continuação)*, 109. — O africano brancó, 109; «Homo europaeus mediterraneus», 110; os povos peninsulares e os berberes, 113; os norte-africanos na Península, 114; os tipos físicos do norte d'África, segundo A. Bernard, 119; sègundo Topinard, 120; segundo Bertholon, 120; segundo Lissauer, 121; segundo Collignon, 121; os loiros norte-africanos, 121; os estudos de Bertholon e Chantre na Berbe-

ria oriental, 122; em Marrocos, 124; os neolíticos e cartagineses antigos, 124; os árabes da Berberia, 125; paralelo entre a composição antropológica da Ibéria e a do norte d'África, 126; a classificação dos dolicóides morenos, 128; os líbios, os númidas e gétulos, 131; afinidades arqueológicas entre iberos e norte-africanos, 131; as origens dos berberes e iberos, 133.

VII — **Povos Irmãos** *(conclusão)*, 135. — As transfusões de sangue líbio na Espanha, 135; relações entre mussulmanos e cristãos, 136; etnografias berbere e ibérica, 137; razões das diferenças, 140; o génio líbio-ibero, 142; estagnação intelectual dos berberes, 144; o Islam, 144; inferioridade da mulher berbere, 145; traços comuns da psicologia ibero-berbere, 146; o carácter, 147; relações entre Portugal e Espanha, 149; a iniciação da população berbere e o progresso dos povos peninsulares, 150.

VIII — **O Valor Social do Português**, 153.— As dificuldades dos estudos antroposociológicos, 153; a antropologia portuguesa dá-nos um substrato real da consciência da nacionalidade, 154; o valor social das principaes raças europeias, 155; o valor português, 155; confirmação histórica, 156; o vigor físico da raça, 157; coeficiente de robustez, 157; evolução demográfica, 158; natalidade, mortalidade, taxas de sobrevivência, 159; densidade de população, nupcialidade, emigração, 160; qualidades dos emigrantes, 160; criminalidade, 161; retratos psicológicos dos portugueses, 163; a decadência nacional, 165; o exemplo espanhol, 168; a aliança luso-espanhola, 169; o perigo espanhol, 171; conclusão, 173.

ÍNDICE DOS AUTORES CITADOS

Abu-Yezid, 133.
Adachi, 14.
Alves dos Santos, 158.
Alves Pereira (Félix), 40 e 49.
Amat, 126.
Amato Lusitano, 84.
Ammon, 10, 11 e 26.
Andrade (Anselmo de), 165 e 166.
Anton y Ferrandiz (Manoel), 97, 111 e 116.
Arana (Sabino d'), 107.
Aranzadi (Telesforo d'), 14, 97, 98, 100, 101, 105, 106, 120 e 129.
Aristóteles, 71.
Arroyo (António), 163.
Atgier, 107.
Avezac, 107.
Avieno (Festo), 68, 69, 70 e 73.
Bellucci (G.), 35.
Berkeley Cotter, 43.
Bernard (Augustin), 117, 119, 126, 129, 131, 132, 136, 137 e 150.
Bertholon, 107, 119, 120, 124, 125, 126, 127, 132 e 153.
Betham (W.), 107.
Bory de St. Vincent, 107.

Braga (Teófilo), 113, 114, 115 e 136.
Breuil (H.), 38, 44 e 52.
Broca, 14, 25, 88, 90 e 121.
Brunhes (J.), 26.
Campos (Ezequiel de), 168, 171 e 172.
Campos (Vieira de), 92.
Cardoso (Fonseca), 39, 53, 67, 84, 87, 94 e 98.
Carqueja (Bento), 159 e 160.
Chamberlain, 10.
Chantre (E.), 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132 e 153.
Charency, 107.
Chasles (Emile), 114.
Choffat (Paul), 39 e 49.
Coelho (Adolfo), 80.
Collignon, 121, 122, 126, 127 e 129.
Corrêa (Vergilio), 39 e 53.
Costa Ferreira, 61, 84 e 95.
Costa (Pereira da), 41 e 42.
Dalgado (D. G.), 81.
Dally, 14.
Daubenton, 105.
Dechelette, 58, 61, 62 e 73.
Demolins (Edmond), 141.
Deniker (Joseph), 110, 111, 121, 122, 128 e 129.
Diodoro Sículo, 72, 74 e 157.
Dionísio, 70.
Darand du Gros, 82.
Elisseief, 126.
Emigdio da Silva (Fernando), 160.
Éphoro, 71.
Estácio de Veiga, 60.
Estrabão, 72.
Faidherbe, 121 e 132.
Ferraz de Macedo, 53, 54, 83, 84, 89, 90, 94, 99 e 163.
Fischer, 14.
Flamand, 117.

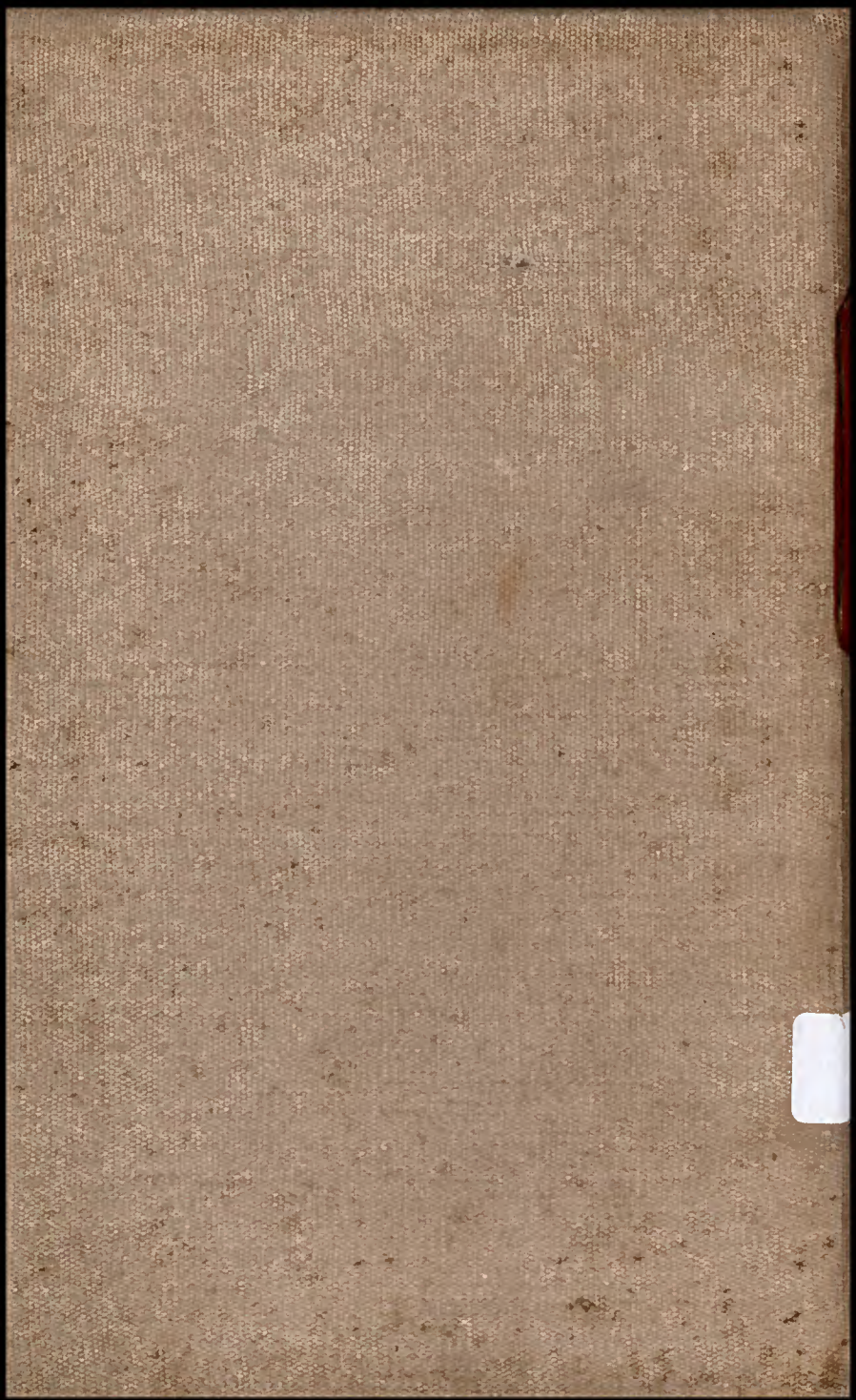
Fontes (Joaquim), 37, 38, 39, 50, 59 e 61.
Fortes (José), 59 e 60.
Frassetto (Fabio), 116.
Gennep (van), 117, 144, 145 e 146.
Giuffrida-Ruggeri (V.), 46, 111, 116, 128 e 129.
Gobineau, 10, 11, 13, 14 e 155.
Gomes (Felismino R.), 90.
Harlé, 38.
Hartmann, 133.
Hecateu de Mileto, 65.
Herculano (Alexandre), 136.
Herodoro, 69 e 70.
Heródoto, 71 e 131
Hervé (G.), 14.
Hesíodo, 66.
Hipócrates, 18.
Houzé, 12 e 28.
Hoyos Sainz, 97, 100, 101, 102, 104 e 116.
Jacques (Victor), 106.
Jubainville (D'Arbois de), 64.
Keith (Arthur), 48.
Khaldun, 131.
Knox, 14.
Kollmann, 90.
Lafuente, 136 e 171.
Lapierre (padre), 39.
Lapouge (Vacher de), 10, 11, 17, 25, 26, 48, 153, 154 e 155.
Leal (Pinho), 64.
Le Bon (Gustave), 21 e 27.
Leibnitz, 114.
Leite de Vasconcelos, 29, 39, 54 e 132.
Lissauer, 117, 121, 126, 127, 132, 133 e 134.
Loades, 15.
Lopes (Gonçalves), 87.
Manouvrier, 28.
Marnoco e Souza, 26.

Martins Sarmento, 64 e 70.
Mayet (Lucien), 158.
Mendes Corrêa, 16, etc.
Meynier, 128.
Molon, 107.
Mortillet, 36.
Mury (F.), 145.
Nery Delgado, 35, 38, 41 e 55.
Niebuhr, 114.
Oliveira Martins, 113, 114, 115, 136, 139, 143 e 147.
Oloriz, 97, 98, 99 e 100.
Ostwald, 165.
Palante (G.), 25.
Papillault, 154.
Paula e Oliveira (F.), 42, 46, 53, 55 e 85.
Pawlowski, 143.
Perier, 14.
Plínio, 72.
Políbio, 71 e 73.
Pompónio Mela, 72 e 74.
Preengrüber, 120 e 126.
Prisciano, 71.
Procópio, 131.
Pruner Bey, 107.
Pyle, 15.
Quatrefages (A. de), 14, 111 e 129.
Quedenfeldt, 117 e 120.
Raczinsky, 163.
Ratzel (F.), 18.
Reclus (Elysée), 20.
Reitzeinstein (barão de), 14.
Retzius, 107.
Ribbert, 14.
Ribeiro (Carlos), 33, 35, 37, 41, 42, 50 e 52.
Ripley (W.), 97, 98, 99 e 108.
Rocha Peixoto, 139.

Romero (Silvio), 113 e 115.
Rowe, 15.
Sabatier (Camille), 145.
Saffiotti (F. U.), 15.
Salústio, 131.
Sanches Fernandes, 97, 99 e 129.
Sant'Ana Marques, 89 e 126.
Santo Agostinho, 133.
Santos Rocha (A.), 50 e 60.
Schutel (A.), 64.
Schrader (F.), 145.
Scimnos de Chio, 71.
Seillière (E.), 11.
Seligman, 119.
Sergi (G.), 111, 116 e 121.
Severo (Ricardo), 53 e 84.
Shan, 121.
Silva Teles, 164.
Strong, 15.
Tamagnini (Eusébio), 87, 88 e 92.
Tarde (Gabriel), 21.
Tissot, 117 e 120.
Topinard (Paul), 12, 116 e 120.
Turner, 47.
Vasconcelos (Ernesto de), 161.
Vega del Sella (Conde de la), 49.
Verneau (R.), 99 e 129.
Viré, 120.
Vogt, 107.
Woltmann, 10.
Zaborowski, 25 e 125.
Zeltner (F. de), 124.

CORRIGENDA

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
28	30	o futuro	e futuro
52	1	alguns dos relacio-nam	alguns dos quaes rela-cionam
53	5	se lhes pode	se se lhes pode
63	6	hipótese de erúditos	hipóteses de eruditos
69	22	habituando	habitando
92	10	glenóidea	glenoidea
101	25	facil	facial
115	23	sôbre	sob
119	11	É um tipo loiro	E um tipo loiro

Alguns outros pequenos lapsos, que o leitor facilmente corrigirá, escaparam à revisão.

ACABOU DE SE IMPRIMIR
NA TIPOGRAFIA DA «RENASCENÇA PORTUGUESA»
RUA DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE 178,
AOS 19 DE DEZEMBRO DE 1919.
PORTO